Prospecção Arqueológica em Mazagão Velho

Encaminhado à
2a Superintendência Regional do IPHAN
Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Infraestrutura.

Prof. Dr. Marcos Albuquerque
Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE
Pesquisador do CNPq

e

Profa. Dra. Veleda Lucena

2006

Prospecção Arqueológica em Mazagão Velho

Encaminhado à

2a Superintendência Regional do IPHAN

Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Infraestrutura.

Prof. Dr. Marcos Albuquerque

Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE

Pesquisador do CNPq

Profa. Dra. Veleda Lucena

Arqueóloga SAB Nº 237

Junho de 2006

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Marabaixo, dança típica regional, da qual participam desde crianças, jovens, adultos de todas as idades, com um espírito alegre e ordeiro. 15

Figura 2 - Crianças no folguedo de Marabaixo, em Mazagão Velho. 15

Figura 3 - Distribuição da gengibirra, nos festejos, em Mazagão Velho. 16

Figura 4 - Festa de São Tiago, em Mazagão Velho, rememorando os combates entre cristãos e mouros, no Marrocos. 16

Figura 5 - Criatório de búfalos, nos pastos alagadiços à margem da estrada. 17

Figura 6 - Vestígios da cerimônia realizada pela população, no local em que começaram a surgir os primeiros vestígios de sepultamento. 18

Figura 7 - Possessões portuguesas no Norte de África. Fonte: https://sites.google.com/site/expancaomilitarportuguesafl3/home/imperio-portugues 21

Figura 8- Vista parcial de El Jadida. Fonte PT Wikipedia. 22

Figura 9 - Planta de Mazagão de 1757, de J. Bélicard, Bibliothèque Nationalle de France. 22

Figura 10 - Detalhe, abrangendo aproximadamente a área que veio a ser ocupada pela Fortaleza. Observe-se a pequena obra de defesa, próxima ao rio. 41

Figura 11 - “Mapa topográfico dos rios Preto, Mutuacá e seus repartimentos 1769”. (Sambucetti. Casa da Ínsua 60ª) Modificado. 52

Figura 12 - Detalhe do anterior – área da aldeia Santana onde foi planejada a Nova Mazagão. 52

Figura 13 - Carta Thopografica da Circunferencia da Villa de Mazagam (modificada, pondo em realce a Vila) 53

Figura 14 - Detalhe da planta anterior, modificada, pondo em relevo a Villa. 53

Figura 15 - Detalhe da Carta Thopografica..., modificada onde se observa a área delimitada por dois igarapés. 54

Figura 16 - Detalhe da EXPLICAÇÂO da "Planta do Terreno místico ao lugar de Ata. Anna do Rio Mutuacá" (adiante). 54

Figura 17 - "Planta do Terreno místico ao lugar de Ata. Anna do Rio Mutuacá". 55

Figura 18 – “Planta da nova Vila de Mazagão situada em 22’ minutos de latitude austral e na longitude de 326º e 20’ min contado na Ilha do Ferro em ótimo e vantajoso terreno na

margem do rio Mutuacá que correndo o rumo de leste pelo espaço de duas léguas deságua na margem esquerda do Amazonas.”.....56

Figura 19 - Planta anterior, modificada, ressaltando as áreas alagadas. 57

Figura 20 - Detalhe da Carta Thopografica..., modificada, onde se observa a igreja afastada do rio.....58

Figura 21 - Planta anterior, modificada, ressaltando a praça maior.....59

Figura 22 - Povoado de Mazagão Velho, visto do porto no Rio Mazagão. 60

Figura 23 - Planta do Distrito de Mazagão Velho, fornecida pela Prefeitura municipal. 60

Figura 24 - Vista da rua principal, a partir do rio.....61

Figura 25 - O chamado cemitério velho, guarda muitos túmulos, em sua maioria do século XIX. 61

Figura 26 - Túmulo do final do século XIX. 62

Figura 27 - O traçado ortogonal ostenta ruas largas. 62

Figura 28 - Vista da área onde antes corria um riacho.....63

Figura 29 - Confrontando-se e escalonando as plantas da povoação atual e a planta da antiga Vila. 64

Figura 30 - Casa em taipa, provável remanescente do século XVIII. Gradil do XIX. Patrimônio em vias de desaparecer.....67

Figura 31 - Detalhe da técnica de taipa utilizada.....68

Figura 32 - Casa em taipa existente em 2002, hoje destruída. 68

Figura 33 - Casa de madeira com coberta de buçu. 69

Figura 34 - Observe-se o desnível no terreno, correspondendo à biqueira. 69

Figura 35 - Outro exemplo da erosão no entorno da casa, promovido pelas águas que caem do telhado. 70

Figura 36 - Ruínas de uma casa de madeira, mostrando a estrutura básica. 70

Figura 37 - No terreno foi possível observar o desnível que assinalava o antigo traçado da casa que ali existiu. 71

Figura 38 - Prospecção arqueológica nas áreas florestadas, adjacentes ao povoado.....71

Figura 39 – Detalhe mostrando a presença de tijolos e pedras 72

Figura 40 - Marcas da erosão diferenciada no interior da mata. 72

Figura 41 - Detalhe da erosão diferenciada associada a vestígio de estaca, no trecho menos erodido. 73

Figura 42 - Possível vestígio de antiga cacimba aterrada. 73

Figura 43 - No limite da povoação atual. Observa-se os limites com a mata. 74

Figura 44 - Planta de localização das ruínas. 76

Figura 45 – Detalhe da Planta de localização das ruínas. 77

Figura 46 - Ruínas em meio a mata foram os primeiros indícios da extensão da antiga Vila. 78

Figura 47 - Aspecto das ruínas antes da prospecção. 79

Figura 48 - Início da prospecção, quando foram reunidos os tijolos esparsos após registrar-se a área de ocorrência. 80

Figura 49 - Quando a prospecção identificou as ruínas da igreja, moradores ali realizaram uma cerimônia elevaram flores que deixaram no local, juntamente com a referência escrita em uma lâmpada florescente. 81

Figura 50 - Aspecto da prospecção por decapagem onde se pode observar resto de um piso em tijoleira. 82

Figura 51 - Sobre planta de Sambucetti, assinalado em amarelo a dimensão atual do povoado. Estão ainda assinaladas as posições da matriz, no projeto e a posição das ruínas localizadas. 83

Figura 52 - Lacuna deixada no alicerce pela desintegração da madeira do esteio. 83

Figura 53 - Planta de localização das estruturas conhecidas e das estruturas resgatadas. 84

Figura 54 - Estudo da área de desabamento do frontão 85

Figura 55 - Marcas deixadas nas paredes que permaneceram em pé, pelos esteios incrustados em seu interior. 86

Figura 56 - ista do alicerce da parede da nave onde se pode observar a sequência de lacunas decorrente da decomposição dos esteios de madeira. No limite do alicerce, a partir de onde teria início a parede, a estrutura era nivelada por uma camada de tijolos. ..86

Figura 57 – Nomenclatura utilizada, para as estruturas, durante a escavação arqueológica. 87

Figura 58 - Planta de localização dos cortes escavados. 88

Figura 59 – Perfil do corte 09 realizado ao pé da parede IPLE-1 89

Figura 60 - Colunas e paredes interiores em tijolos rejuntados com argamassa de cal.....90

Figura 61 - Tijolo em semicírculo, disperso na superfície do terreno.....90

Figura 62 - Trecho remanescente de uma coluna geminada.....91

Figura 63 - Vista de perfil de tijolo com a extremidade chanfrada, utilizado na decoração das colunas que suportavam os arcos do altar mor.....91

Figura 64 - Fragmentos de reboco pintado que tombaram sobre o piso.....92

Figura 65 - Observa-se a camada de fragmentos de telhas sob uma camada de argila superficial.....92

Figura 66 - Vestígios de tijoleira quadrada, que constituía o piso da igreja, provavelmente do século XX.....93

Figura 67 - Vista panorâmica da área da igreja, durante a decapagem.....93

Figura 68 - As setas indicam os locais em que o alicerce foi interrompido para dar lugar a uma cova para sepultamento.....94

Figura 69 - Observe-se plaquetas brancas que assinalam a presença de sepultamentos, localizados ao nível de uma antiga soleira de porta.....94

Figura 70 - Observe-se a quantidade de fragmentos de telha expostos pela tradagem. 95

Figura 71 – Planta de localização dos sepultamentos escavados.....97

Figura 72 - Detalhe do S-27, com restos de um solado de calçado e fivela.....98

Figura 73 - Parte das pernas do sepultamento primário S-13 evidenciada durante as escavações.....98

Figura 74 - Evidências da perturbação das camadas e, consequentemente, dos sepultamentos foram registradas durante as escavações. O S-15, por exemplo, apresenta ossos esfacelados.....99

Figura 75 - Os sepultamentos S-18, S-19 e S-20 foram realizados muito próximos uns dos outros, no mesmo nível, abaixo da parte superior dos alicerces. Os S-16 e S-17 foram localizados pouco acima..... 100

Figura 76 - Conjuntos funerários, onde se observa a diferença de posicionamento em relação ao altar. Observa-se ainda que a área recebeu diversos sepultamentos, em momentos diferentes, e que alguns deles removeram parcialmente os anteriores..... 100

Figura 77- Detalhe do S-27, onde se pode observar uma grande quantidade de colchetes e botões, vestígios de sua vestimenta..... 101

Figura 78 - Em destaque o S-27, sepultado com a cabeça voltada para o altar..... 101

Figura 79 - Cada sepultamento, devidamente catalogado, foi acondicionado em uma urna de vidro. 102

Figura 80 - Mausoléu construído pelo Governo do Estado, para receber os restos mortais dos antigos mazaganenses..... 102

Figura 81 a e b - Cerimônia na qual foi realizado o translado dos sepultamentos da área de escavação para um memorial especialmente construído para abrigá-los. Na imagem à esquerda (a), pode-se observar as urnas com os sepultamentos aguardando o momento de serem conduzidos ao Memorial. À direita (b), os sepultamentos seguem em cortejo e são acomodados no interior do mausoléu. 103

Figura 82 - Aspecto do interior do mausoléu, já com as urnas. 103

Figura 83 – Conjunto de tijolos fruto do desabamento do frontão da igreja..... 106

Figura 84 – Exemplar de fragmento de tijolo batido com vestígio de argamassa de cal.. 107

Figura 85 - Exemplo de acabamento de parede apresentando pintura. 108

Figura 86 - Exemplo de acabamento arquitetônico em relvo. 108

Figura 87 - Representantes do material de revestimento apresentando decoração fitomorfa, nas cores verde, amarelo, branco e azul, a partir da utilização de molde vazado. Conjunto de fragmentos, à esquerda e peça reconstituída fisicamente, à direita. 109

Figura 88 - Reconstituição virtual de azulejo. 109

Figura 89 - Reconstituição virtual de azulejo; acima; montagem de quatro azulejos. 109

Figura 90 - Reconstituição virtual de azulejo que, repetido formou o padrão que deveria ter existido no interior da antiga igreja. 110

Figura 91 a e b - Azulejo com decoração fitomorfa, nas cores, azul e branco, a partir da utilização de molde vazado. Conjunto de fragmentos, à esquerda e peça reconstituída fisicamente, à direita..... 110

Figura 92 - Reconstituição virtual de azulejo resgatado. 111

Figura 93 - Reconstituição virtual de azulejo resgatado; e montagem de quatro azulejos para constituir o padrão..... 111

Figura 94 - Reconstituição do padrão que deveria ter existido no interior da antiga igreja. 111

Figura 95 a e b - Material de fixação: pregos em ferro oxidado, apresentando diferença de dimensão. Alguns exemplares apresentam a ponta curva, rebatida, indicando a espessura da madeira utilizada. 112

Figura 96 a e b - Material de fixação: pregos de ferro oxidado. Alguns exemplares apresentam evidência de que foram rebatidos, sendo possível mensurar a espessura da madeira que prendeu. 113

Figura 97 - Material de articulação: pequena dobradiça em ferro oxidado. 113

Figura 98 - Instrumento de trabalho: lâmina de machado em ferro oxidado..... 114

Figura 99 - Botões em osso e em plástico. 114

Figura 100 - Artigos de vestuário em metal. 115

Figura 101 a e b - Botões com insígnia da artilharia, ou seja, uma granada flamejante, em metal com banho dourado. Estes botões foram resgatados em dois tamanhos distintos. Período republicano. 115

Figura 102 - Fragmentos de sola de calçado. 116

Figura 103 - Medalha religiosa contendo uma cruz com o lençol formando um "M". 117

Figura 104 - Cruz Pátea, em ferro oxidado. Este formato de cruz foi inicialmente utilizado pela Ordem do Templo (Templários). 117

Figura 105 - Material bélico, arma de fogo: estojo de munição. 117

Figura 106 - Moeda colonial, em cobre, no valor de V rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1768. 118

Figura 107 - Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1778. 118

Figura 108 - Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1796. Recebeu carimbo de escudete, que duplicou seu valor. 118

Figura 109 - Moeda brasileira, no valor de CR$0,10, cunhada em 1977. 118

Figura 110 a e b - Conjunto de fragmentos de borda e bojo, de recipientes distintos, integrantes do subsistema alimentar. 119

Figura 111 - Fragmentos de peças em faiança portuguesa, compatível com os séculos XVII e XVIII. 119

Figura 112 - Fragmento de aba de prato apresentando a decoração conhecida como Shell Edged na cor azul. Produção Britânica do século XIX. 120

Figura 113 - Fragmento de aba de peça apresentando decoração caracterizada pela presença de friso e faixas. Século XIX. 120

Figura 114 - Gargalo evidenciando o processo artesanal do acabamento da boca cortada com fita aplicada abaixo do lábio. 120

Figura 115 a e b - Fragmento de gargalo de garrafa evidenciando a implantação artesanal da boca no final. 121

Figura 116 - Conjunto de pequenos pregos que integravam um contexto funerário. 121

Figura 117 a e b - Tachas em latão presas em madeira. A peça da esquerda também inclui um prego..... 122

Figura 118 - Fragmentos de recipiente em faiança branca não decorada de origem portuguesa. 123

Figura 119 - Fragmento de peça de origem portuguesa, produzida entre 1751 e 1825... 123

Figura 120 - Fragmento de peça em faiança branca apresentando decoração marmorizada em verde. 123

Figura 121 - Boca de garrafa artesanal, em vidro. 123

Figura 122 - Passarela sobre as estruturas encontradas nas escavações arqueológicas 124

Figura 123 - As placas apostas no local, informavam acerca da pesquisa realizada, e convidava a todos a acompanhar. 124

Figura 124 - Técnicos atendendo o público que visitou as escavações. 125

Figura 125 - Pessoas de todas as idades acorriam ao local, acompanhando de perto a escavação..... 125

Figura 126 - Após as aulas, crianças acorriam ao local, acompanhando cada descoberta. 125

Figura 127 - Estudantes e imprensa foram também recebidos pela equipe, que buscou transmitir os objetivos buscados, bem como os resultados alcançados. 126

Figura 128 - Urnas projetadas pelo arquiteto Alcir Matos, onde foram encerrados cada um dos sepultamentos resgatados. 127

Figura 129 - Placa alusiva, na área das escavações arqueológicas..... 127

Figura 130 - Porto de Mazagão Velho, onde as autoridades foram recebidas. 128

Figura 131 - Chegada das autoridades para a cerimônia. Rememorando a chegada dos antigos mazaganenses, o Governador do Estado, o Embaixador de Portugal e o representante da Embaixada do Marrocos fizeram o percurso de barco a remo, ao som dos tambores. 128

Figura 132 - Recepção às autoridades, quando do desembarque 129

Figura 133 - Autoridades recebidas pelo Prefeito de Mazagão. 129

Figura 134 - Autoridades cumprimentando a equipe de do Laboratório de Arqueologia da UFPE. 130

Figura 135 - Urnas cobertas com as bandeiras do Brasil. de Portugal e do Marrocos, durante a cerimônia religiosa de 'encomendação'. 130

Figura 136 - Ofício religioso assistido pelo povo e autoridades. 131

Figura 137 - Cerimonia de 'encomendação'. 131

Figura 138 - Urnas funerárias sendo conduzidas por integrantes da Polícia Militar do Amapá. 132

Figura 139 - Aspectos do cortejo com maciça participação da comunidade. 132

Figura 140 - Cerimônia na área da antiga Praça Maior da Vila, próximo às ruínas da igreja e do novo cemitério do povoado. 133

Figura 141 - Palanque montado para a cerimônia em homenagem aos primeiros mazaganenses. 133

Figura 142 - Em frente ao cemitério foram hasteadas as bandeiras do Brasil, de Portugal, do Marrocos e do Amapá. 134

Figura 143 - Representantes do 34º BIS prestaram as honras militares aos antigos guerreiros de Mazagão. 134

Figura 144 - Os "cavaleiros de São Tiago" prestam sua última homenagem aos antigos guerreiros de Mazagão. 135

Figura 145 - Sob as tendas, perfilados, representantes da Polícia Militar do Amapá, montam a guarda de honra aos antigos mazaganenses. 135

Figura 146 - Homenagem do 34º BIS. 136

Figura 147 - Homenagem do 34º BIS. 136

Figura 148 - Disposição das urnas durante a cerimônia. 137

Figura 149 - Vista panorâmica da homenagem prestada pela população de Mazagão Velho. 137

Figura 150 - Religiosos católicos procedendo ao ritual para a deposição dos corpos. 138

Figura 151 - Salva de tiros, homenagem prestada aos antigos mazaganenses, pelo 34º BIS. 138

Figura 152 - Cerimônia de aspersão de água benta nos restos mortais. 139

Figura 153 - Governador do Estado acompanha a deposição de urna no mausoléu..... 139

Figura 154 - Urnas, em cortejo, sendo conduzidas ao mausoléu. 140

Figura 155 - Toque de Silêncio em homenagem aos antigos mazaganenses. 140

Figura 156 - Urnas no interior do mausoléu. 141

Figura 157 - Placa aposta no mausoléu, alusiva à homenagem aos antigos mazaganenses. 141

Figura 158 - Visita ao local das escavações, após a cerimônia. 142

Figura 159 - Sobre a passarela, população visita o local das escavações arqueológicas. 142

Figura 160 - Demonstração de compromisso do povo de Mazagão Velho para com a preservação da História. 143

Figura 161 - O aniversário de Mazagão Velho é comemorado em 23 de janeiro, data em que chegaram os primeiros mazaganenses ao Amapá. Durante o restante do dia após a cerimônia póstuma aos primeiros mazaganenses, a população voltou-se para o marabaixo, dança local..... 143

Figura 162 - Ofício religioso assistido pelo povo e autoridades. 144

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS 2
SUMÁRIO 11
APRESENTAÇÃO 13
INTRODUÇÃO 15
METODOLOGIA. 27
DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO 36
Levantamento da documentação textual 36
Levantamento iconográfico 42
Base de dados cartográficos 43
Análise comparativa da cartografia antiga 49
Avaliação Geoarqueológica 49
Avaliação das Plantas do século XVIII 51
Avaliação dos resultados comparativos 63
CONEXÕES HISTÓRICAS E CONEXÕES MATERIAIS. 66
Vestígios do abandono da Vila. 67
Ruínas em meio à mata 74
Escavação arqueológica 79
Conjuntos funerários localizados na área da igreja da antiga “Nova Mazagão” 96
Análise do Material Arqueológico Resgatado na Antiga Nova Mazagão-AP 104
Material arqueológico móvel resgatado 106
PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 124
HOMENAGEM AOS ANTIGOS MAZAGANENSES 127
Relatório Imagético comentado 127
EQUIPE: 145
CONCLUSÕES 146
CONSIDERAÇÕES FINAIS 149

FONTES E REFERÊNCIAS 151
APÊNDICE 157
AP 0002 LA/UFPE – Mazagão Velho-AP. 158
Material Arqueológico Móvel – Coleção de Referência 158

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Infraestrutura, vem buscando resgatar e preservar o patrimônio histórico-cultural, material e imaterial do Amapá. Com a ativa participação da 2ª Superintendência Regional do IPHAN, se vem buscando que os trabalhos de preservação/restauração se dê em moldes de respeito às origens, sem negligenciar a possibilidade de uso pela população, inclusive com fim turístico-cultural.

A documentação histórica levantada por Renata Araujo[1], utilizada em sua tese de Mestrado, encontrava eco nas tradições populares mantidas em um pequeno distrito, Mazagão Velho, às margens do rio Mazagão (antes referido Rio Mutuacá). Uma encenação épica, dramatizando combates entre cristãos portugueses e mouros do Marrocos, recriada e mantida pela pequena comunidade a cada mês de julho, mantém viva a história de um 'povo' que, forçado, se viu transferido para mundos tão distantes, tão distintos.

Se a história e as tradições comungavam de fortes pontos comuns, o povoado já não mantinha traços visíveis das descrições, das plantas resgatadas pela pesquisa histórica. Uma única casa fora reconhecida no citado trabalho como possivelmente correspondente às primeiras casas da antiga 'Nova Mazagão'.

Considerando a possibilidade de se promover uma avaliação preliminar da correspondência espacial entre o atual povoado de Mazagão Velho e a antiga 'Nova Mazagão', bem como o potencial de vestígios arqueológicos, a 2ª Superintendência Regional do IPHAN solicitou ao Laboratório de Arqueologia da UFPE uma prospecção preliminar da área do entorno do povoado, no que contou com o apoio do Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Infraestrutura.

A prospecção arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE no povoado de Mazagão Velho, por solicitação conjunta do Governo do Amapá e do IPHAN, revelou que os dois paredões em ruínas, localizados fora da área ocupada pelo povoado, estão relacionados a uma igreja que ocupou cerca de 600 m^2.

[1] Araújo, Renata Malcher **As cidades da Amazônia no século XVIII**. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 199

Além das ruínas da igreja a prospecção registrou em meio à mata que circunda o povoado, vestígios que sugerem se tratar de ruas e habitações de há muito abandonadas. Integrariam quadras do plano original do século XVIII, quiçá com mais de um século ou mesmo dois séculos, inteiramente em desuso.

A Secretaria de Infraestrutura do Amapá, em concordância com a opinião de técnicos do IPHAN que acompanharam o processo, considerou que tais áreas se mostram promissoras, do ponto de vista do resgate de elementos que poderiam vir a dar suporte à transformação da antiga Vila em um parque histórico.

INTRODUÇÃO

Mazagão Velho é uma pequena comunidade à margem esquerda do Rio Mazagão, afluente do Amazonas pela margem esquerda. Uma população alegre e ordeira, que zela tanto por suas tradições culturais, quanto pelo futuro das novas gerações. Um aspecto que se distingue nesta comunidade é a participação indistinta de sexo e de idade, em suas manifestações tradicionais: idosos, jovens, crianças, de ambos os sexos, participam ativamente dos preparativos e na realização dos eventos, dos folguedos populares.[2]

Figura 1 - Marabaixo, dança típica regional, da qual participam desde crianças, jovens, adultos de todas as idades, com um espírito alegre e ordeiro.

Figura 2 - Crianças no folguedo de Marabaixo, em Mazagão Velho.

Grande parte destes festejos está relacionada às festas religiosas católicas, como os autos de Natal. Mas é no Marabaixo que se concentra um dos aspectos distintivos da comunidade. Música, canto e dança, o marabaixo se desenvolve basicamente ao ritmo dos tambores e seu canto é em grande parte resultado da inspiração de seus cantores que 'tiram' os versos de improviso.

[2] Todas as fotos, exceto aquelas individualmente assinaladas são do Acervo do Laboratório e Arqueologia da UFPE, assinadas por Doris Walmsley.

É na mata que envolve o povoado que vão buscar os 'rolos' de macacaúba[3], com que fazem os tambores. Nos dias de festa, ao som dos tambores, praticamente toda a população canta e dança ao longo das ruas, 'visitando' cada uma das casas da comunidade. Sob o calor equatorial a energia é em parte recuperada com a gengibirra, uma doce e deliciosa bebida alcoólica, à base de abacaxi e gengibre.

Figura 3 - Distribuição da gengibirra, nos festejos, em Mazagão Velho.

De preparação doméstica, a gengibirra é generosamente distribuída entre os amigos, entre os membros da comunidade, e mesmo aos visitantes que tiverem a oportunidade de participar do festejo.

Um festejo, carinhosamente mantido pela população é a celebração do 'Dia de São Tiago', em julho.

Figura 4 - Festa de São Tiago, em Mazagão Velho, rememorando os combates entre cristãos e mouros, no Marrocos.

O povoado de Mazagão Velho dista cerca de 60km de Macapá, através de estrada de rodagem. Este trajeto inclui a

[3] [Do tupi amazônico = 'árvore do macaco']. Designação comum a duas árvores da família das leguminosas (Platymiscium trinitatis e P. ulei), produtoras de belas madeiras que vão do pardo-avermelhado até o vermelho-escuro, e que servem particularmente para confecção de objetos de luxo. Dicionário Aurélio Eletrônico

travessia de dois grandes rios, o Matapi e o Anauarapucu, um ‘furo’ que atinge o rio Vila Nova. Neste percurso estão também outros rios de menor porte, como o Ajudante.

Além dos rios, a estrada tem boa parte de seu traçado através de matas de igapó, e campos alagáveis em grande parte do ano. Deste modo o estabelecimento deste acesso terrestre se fez em grande parte sobre muitos quilômetros de aterros.

Figura 5 - Criatório de búfalos, nos pastos alagadiços à margem da estrada.

Por solicitação conjunta do Governo do Amapá e do IPHAN, o Laboratório de Arqueologia da UFPE realizou prospecções preliminares no entorno das ruínas existentes em meio a mata que circunda o povoado de Mazagão Velho. Ali, dois paredões em ruínas se erguiam entre árvores nativas cujo porte sugeria uma idade em torno de 25 a 30 anos.

O delineamento de algumas estruturas, obtido através da prospecção arqueológica realizada, sugeria se tratar de uma igreja que teria ocupado cerca de 600 m^2.

Na memória coletiva, o local estava registrado como ‘igreja velha’; entretanto não restava na memória de qualquer dos habitantes, reminiscência de tal igreja. Nem mesmo aqueles de avançada idade tem na memória aquela igreja em pé, muito menos em funcionamento (informação de um antigo morador de Mazagão Velho, então com 80 anos, residente no povoado de Carvão).

Embora fora dos limites da área ocupada pelo povoado, ali também a tradição popular se encarregava de recriar a história. Reconhecia-se ali a presença de sepultamentos humanos, provavelmente em decorrência de afloramentos fortuitos de ossos.

Apesar dos moradores atuais não terem utilizado aquele espaço como igreja, de alguma forma restou no inconsciente coletivo uma associação entre o local da antiga igreja e a presença de sepultamentos, o que conferia ao local uma aura de mistério e um certo respeito ou mesmo temor, por parte de alguns moradores. Até mesmo uma missa campal foi rezada no local, em memória dos mortos desconhecidos que ali jaziam[4].

Figura 6 - Vestígios da cerimônia realizada pela população, no local em que começaram a surgir os primeiros vestígios de sepultamento.

Os mais antigos rememoravam que aquelas ruínas, mais amplas então, estavam envolvidas pela mata densa, que foi derrubada para dar lugar a uma grande roça de mandioca, há cerca de 30 anos. A derrubada da mata, naquela ocasião teria provocado a queda de algumas paredes. Lembravam ainda que, segundo a tradição oral, daquelas ruínas muitas pedras haviam sido ajuntadas e levadas para a sede do município, para a construção dos alicerces do Grupo Escolar de Mazagão, algumas décadas atrás. Naquela ocasião outras paredes restavam em pé e foram derrubadas para recolherem-se as pedras. A implantação do Município de Mazagão se deu em 1915, quando Mazagão Velho praticamente se encontrava abandonada.

[4] Muitos moradores, mesmo os mais jovens, recordam que aquela área é tida como “assombrada”. Tal receio, freqüentemente associado à presença de sepultamentos, teria levado possivelmente a solicitarem a realização de uma missa no local, talvez aquela realizada em 1993, a que se refere o Professor Elias. Certamente nesta época a igreja já não estava de pé.

Na realidade a história documental de Mazagão Velho revela uma longa luta pela sobrevivência.

Uma linha de continuidade histórica para o atual povoado de Mazagão Velho, pode ser estabelecida desde as primeiras décadas do século XIX.

Quando da emancipação política do Brasil, o que fora o Estado do Grão Para, Rio Negro e Maranhão continuou fiel ao governo português até 15 de agosto de 1823 quando os governantes portugueses foram afastados do governo provincial sendo substituídos por brasileiros, declarando a adesão do Grão-Pará ao novo Estado brasileiro. Àquela época, as mais antigas vilas do extremo norte, da antiga Capitania do Cabo Norte, experimentavam um período de graves problemas econômicos. Em 1833, o então Governador Bernardo Lobo de Sousa impetrou uma reforma administrativa na Província, na qual Mazagão teve seu território anexado a Macapá perdendo o foro de vila e o próprio nome: passou a constituir o povoado de Regeneração. De nada valeram os protestos da população e da própria Câmara de Mazagão, que contava ainda com o apoio do povo e da Câmara de Macapá. O pedido de revogação do ato de 14 de maio não foi atendido pelo Governador apesar dos esforços de moradores e dirigentes locais.

Pouco tempo depois, a Cabanagem, revolta armada que eclodiu na Província, em 7 de janeiro de 1835, derrubou o governo de Bernardo Lobo de Sousa que fora assassinado no Pará. Mas a revolta não contou com o apoio quer dos macapaenses, quer dos antigos mazaganenses. Macapá e Regeneração uniram suas forças contra a ação dos cabanos que ameaçavam invadir a vila. De fato a vila não chegou a ser invadida e em 1836, a ação dos cabanos na área já teria sido neutralizada. Mas foi só em meados de 1840 que de fato cessaram as hostilidades na Região, quando o Imperador Pedro II concedeu anistia aos insurretos.

Em 30 de abril de 1841 a Lei Provincial do Pará de nº 88 restaurou a autonomia administrativa e a denominação de Mazagão.

Ainda durante o segundo Império, em 19 de abril de 1888, a Lei Provincial de n° 1.334 elevou Mazagão à categoria de cidade.

Mas a economia da região passou por momentos de prosperidade e de queda. Em 1915 os relatórios oficiais acerca da velha Mazagão conduziram o governo a reeditar a antiga medida de anexar o território de Mazagão sob a administração de Macapá. Desta feita os apelos populares surtiram efeito e a autonomia do município foi mantida.

Entretanto a sede municipal foi transferida para Mazagão Novo, cerca de 30 km a norte ainda às margens do Rio Vila Nova.

Mais uma vez a velha Mazagão perdeu seu status, deixando de ser cidade, passando à condição de povoado através da lei estadual n° 46, e a 15 de novembro de 1915 foi instalada Mazagão Novo (hoje Mazagão)

A decadência que naquela época ali se instalara refletiu-se no abandono não só material como também espiritual (do ponto de vista católico). É o que se pode perceber a partir dos depoimentos dos padres da Irmandade de Maria, que chegaram a Mazagão em 1911. É provável que date desta época a última referência à igreja cujas ruínas estão hoje em meio à mata.

Em decorrência de suas experiências *em* 1911, o padre Elsing publica em 1912 no "Le Messager" (fls 28), onde se lê: *"Mazagão apesar de constar no mapa como cidade, tem o aspecto de simples vilarejo. Todas as casas, menos a da Prefeitura, são feitas de taipa (barro) (3). A igreja apresenta um aspecto lastimável. Está tão ruim que a gente, na hora de entrar nela, é levado a rezar o ato de contrição. A paróquia é grande demais. São 40 mil km^2. Não sabemos, ao certo, seus limites. O povo é de índole boa mas ignorante. Alguns nem sabem fazer o sinal da cruz".*

Em agosto de 1911 o missionário Padre Paulssen, fora celebrar em Mazagão, durante o que seria a festa da Assunção de N. Senhora, padroeira do lugar. Mas à missa compareceram apenas o sacristão e o Irmão Boaventura, que o acompanhava.

Este quadro delineado remete ao panorama de abandono espiritual (católico) ao qual se achava entregue aquela população, descendente possivelmente de antigos cruzados.

Com a transferência da sede para um outro local praticamente esmoreceram as chances de uma nova retomada no impulso econômico.

Mazagão não é um nome singular entre as vilas portuguesas nas colônias. De fato, muitas das vilas instaladas pela coroa, sobretudo no século XVIII, receberam nomes de vilas e cidades portuguesas. Isto é particularmente notável entre as vilas da região norte, sobretudo aquelas relacionadas à estratégia pombalina para garantir a Amazônia aos portugueses.

No caso de Mazagão, uma outra colônia portuguesa, com o mesmo nome, existiu do outro lado do Atlântico, no norte da África, cujas origens remonta aos primeiros anos do século XVI.

Durante o século XVI o Mediterrâneo continuava a desempenhar um papel preponderante nas rotas de comércio. Garantir bons portos ao longo da rota, no Norte da África representava garantia ao comércio.

Àquela época, Portugal que já fincara raízes em diferentes terras de além mar, empenhou-se em estabelecer pontos de comércio, colônias, no Norte da África, na América, e mesmo no Oriente.

As investidas contra os mouros levaram a ocupação de diferentes cidades da área meridional de Marrocos.

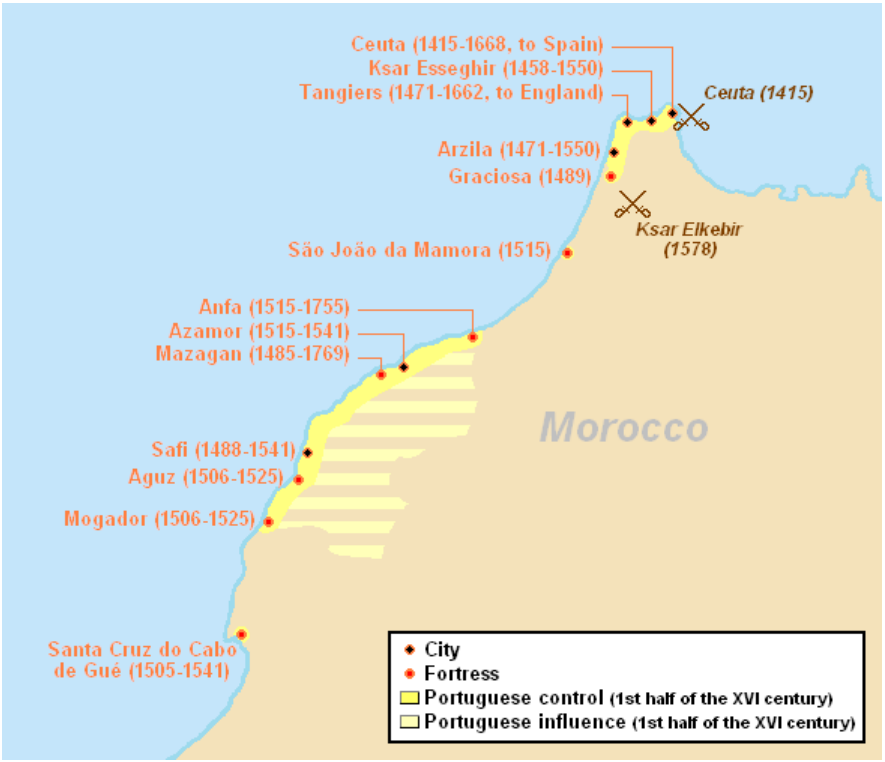


Figura 7 - Possessões portuguesas no Norte de África. Fonte: https://sites.google.com/site/expancaomilitarportuguesafl3/home/imperio-portugues

Aos poucos, no entanto, os mouros começavam a recuperar suas cidades. Em março de 1541, Santa Cruz de Cabo de Gué caiu em poder dos mouros. A perda deste baluarte compeliu o rei D. João III a determinar já em outubro daquele ano, o abandono e a evacuação de Safim e Azamor. Alguns anos mais tarde, em 1550, Alcácer-Ceguer e Arzila foram abandonadas pelos portugueses, restando a Portugal, de suas conquistas em Marrocos apenas Ceuta, Tânger e Mazagão.

Tendo Portugal se libertado do julgo espanhol, nem todas as suas colônias aderiram ao movimento de libertação. Em 1640 Ceuta optaria por permanecer espanhola.

Em 1662 Tânger, que permanecera portuguesa, foi cedida à Inglaterra como parte do dote de casamento de D. Catarina com Carlos II. Assim, no final do século XVII até meados do XVIII apenas Mazagão permaneceu como marco de resistência do sonho lusitano em Marrocos.

Figura 8- Vista parcial de El Jadida. Fonte PT Wikipedia.

Figura 9 - Planta de Mazagão de 1757, de J. Bélicard, Bibliothèque Nationalle de France.

A cidade de Mazagão estava situada à beira mar, ao sul da baía. Por determinação de D. João III fora fortificada, transformada em uma cidadela, considerada como praticamente inexpugnável. E por dois séculos Mazagão garantiu a presença portuguesa em Marrocos.

Mas a posição da cidade certamente inspirava cuidados, apesar de suas sólidas muralhas. Isolada por terra pelos mouros, apenas por mar poderia ser socorrida no

caso de um cerco muito prolongado. E muitos foram os cercos, os ataques sofridos por Mazagão: em 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763, a cidade se viu na iminência de ser tomada. Mas foi em 1769 que um poderoso contingente de 8.000 homens montou o último cerco à cidade.

Duzentos e cinquenta e seis anos já haviam se passado desde que os portugueses fundaram Mazagão. Mas à volta da cidadela crescia a hostilidade das tribos árabes. Liderados pelo Sultão Sidi Mohamed bem Abdallah, o cerco a Mazagão se mostrava disposto a ser prolongado além do que seria razoável tentar resistir. A vida, a economia de Mazagão passaria a depender exclusivamente de seu contato marítimo com a Metrópole; e mais, a conjuntura sinalizava para a inviabilidade dos objetivos daquela colônia, sejam seus objetivos econômicos, sejam os objetivos religiosos[5].

Por outro lado, no reinado de D. José, a política portuguesa assumia novos rumos. A intensificação dos conflitos em Marrocos coincidiu com um período em que a política portuguesa buscava intensificar o povoamento das fronteiras de sua colônia americana, garantindo assim as reservas do ouro que vinha sendo explorado.

Assim é que, entre 1755 e 1759, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do Grão Pará entre 1751 e 1758), haviam sido fundadas cerca de 60 vilas e povoados no Estado do Grão-Pará.

Mas nos meados do século XVIII, parece que já não se mostrava muito fácil arregimentar colonos voluntários para a América. Os dois problemas confluíram para a solução: transplantar para a América a colônia de Marrocos.

Deste modo, ao tomar conhecimento do cerco que se montava a Mazagão, o Rei ordenou o abandono da praça e o embarque imediato da população para Lisboa. Mas não era Lisboa o destino final daquela população: as preocupações da coroa portuguesa com a ocupação da Amazônia fizeram com que se integrasse a estratégia de evacuação de Mazagão em Marrocos, com a implantação de uma Nova Mazagão na Amazônia.

[5] "Havendo S. Majestade há muitos anos conhecido o quanto inútil era sustentar a praça de Mazagão, e a grande despeza, que era obrigada a fazer para a sustentar, e não se seguindo fructo algum ao christianismo; porque era impossível o propagar-se por aquella porta, pelo ódio irreconciliável que aqueles bábaros conservávão aos moradores da mesma praça, por cuja causa também não podia fazer progresso algum o comércio, e em conseqüência acharem-se aqueles miseráveis moradores condenados a uma perpétua penúria, sendo-lhes necessário até para terem uma pouca de lenha arriscarem as vidas, como todos os dias estava sucedendo." Carta de 16 de Março de 1769, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando o governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde e Teive da decisão régia de abandonar a praça marroquina e de transferir os seus moradores para o Pará.

A decisão tomada chegou a Belém através de uma carta dirigida ao Governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde e Teive, datada de 16 de Março de 1769. Nela, Francisco Xavier de Mendonça Furtado informava ao Governador a decisão régia de abandonar a praça marroquina e de transferir os seus moradores para o Pará.

A Nova Mazagão não deveria ser instalada nas proximidades de Belém. Para os antigos "guerreiros do cristianismo" estava reservada uma nova 'missão'. A nova vila deveria compor a estratégia de defesa da entrada do Amazonas [6]

Dentre as famílias resgatadas do Marrocos em março de 1769, cerca de duas mil pessoas deveriam ser imediatamente transferidas para o Pará. Mas a estada em Lisboa não foi tão rápida quanto pretendiam os governantes[7]. Apenas seis meses depois, em setembro de 1769, embarcavam as primeiras famílias para Belém[8]. Mas no conjunto de todas as levas de migrantes, apenas cerca de 1022 mazaganenses chegariam ao Pará. A maioria relutava para deixar Lisboa. A grande transformação que a transferência para o Grão Pará traria aos mazaganenses abrangia desde as condições ambientais, às condições socioeconômicas. A velha Mazagão do Marrocos com seu clima mediterrâneo, à borda do mar envolvia condições climáticas e de salubridade a que se haviam acostumado por mais de dois séculos as gerações de colonos portugueses. Por outro lado, no Marrocos a sociedade mazaganense, originária de cruzados, guerreiros, nos momentos de paz desenvolvia atividades comerciais. As expectativas na Amazônia diferiam bastante. Tanto em termos de clima, de salubridade, de convívio com a mata e com a fauna, como ainda, e talvez principalmente, com a expectativa da atividade econômica. Haviam sido treinados para comerciantes, combatentes, não para lavradores. A própria constituição da população, em termos de homens livres e escravos, revela a composição urbana do contingente. Se a atividade comercial poderia ser exercida com dignidade, o trato direto com a terra aviltava. A produção agropecuária apenas poderia ser exercida através de escravos. E era pequeno o número de escravos das 340 famílias que chegaram ao Pará, para fazer face às atividades de uma 'plantation'; insuficiente mesmo para a agricultura de subsistência, sem envolver os homens livres. E a

[6] "Com estas famílias ordena El Rei Nosso Senhor, que se estabeleça uma nova Povoação na Costa septentrional das Amazonas, para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza." Idem

[7] Em sua carta, Mendonça Furtado estimava que em cerca de 15 dias estariam os mazaganenses partindo de Lisboa rumo ao Pará. Ibidem

[8] A expedição partiu de Lisboa a 15 de Setembro de 1769, chegando a Belém em Janeiro de 1770. AHU Para caixa 814 / 24 de Agosto de 1771. Relação das Pessoas que vieram de Mazagão e deixaram de embarcar para o Pará na expedição que se fez em 15 de Setembro de 1769 pelas causas declaradas.

colônia de Mazagão se previa exatamente que fosse capaz de se auto sustentar[9]. Ao que parece, ao chegarem em Lisboa aqueles colonos portugueses já haviam passado por muitas privações nas terras marroquinas. A despeito de receberem pagamentos do Governo português, os frequentes cercos a que foram submetidos, os deixaram, muitas vezes, a mercê apenas dos suprimentos que chegavam com os barcos. Até mesmo a obtenção de lenha fora dos muros da cidade era perigosa. Provavelmente com a escassez de recursos a saúde de muitos se deteriorara[10].

Mantidos em Lisboa às custas do Governo, os mazaganenses deixaram de receber as tenças e ordenados com que se haviam em Marrocos. Muitos adoeceram gravemente e cerca de 300 vieram a falecer em Lisboa.

Mas a postura do governo pombalino se manteve inflexível no tocante à transferência daquelas famílias; admitia porém que, juntamente com os povoadores, seriam enviadas as ferramentas e munições para os colonos, assim como o dinheiro para os pagamentos[11].

Assim, em 1770 chegaram a Belém 340 famílias das que deixaram a velha Mazagão, no Marrocos.

Pouco tempo se demoraram em Belém. Uma parte daquelas famílias, 167 delas foi transferida para uma nova vila que se fundara, especialmente para recebê-los: a Nova Mazagão, como ficou conhecida até que foi abandonada.

Uma vila planejada, composta de muitas quadras que se distribuíam nas terras firmes às margens do Rio Mutuacá, que posteriormente recebeu o nome da Vila (hoje Rio Mazagão). A vila prosperou, tornando-se uma das grandes produtoras da região. Seus produtos, comerciados e transportados através do rio, iam abastecer Belém.

Com a Morte de D. José, assumiu o trono português D. Maria, seguindo-se a queda do Ministro Pombal e a rigidez com que Portugal encarara o povoamento do Norte.

[9] "Entre os Rios que vem por aquelas partes buscar as Amazonas lembrar o Mutuacá, o qual tendo campo capazes de gado e criações, parece o mais próprio, mas sempre será necessário que V. Sª mande explorar por pessoas capazes, que possam bem conhecer a terra, se é capaz de creações e de produzir fructos para que os nossos moradores vivão em abundância, para se tirarem para sempre da miséria, em que nascerão, e se crearão." Carta... op cit.

[10] "Se porém se não acharem estas qualidades nas margens daquelle Rio, os exploradores que V. Sª mandar, áquella diligencia, poderão escolher ouro qualquer dos que desaguão nas ditas Amazonas por aquella margem setentrional, que mais a propósito lhe parecer para este utilíssimo estabelecimento; contemplando porém a pureza dos ares; por que a caridade, e as positivas ordens de S. Magestade recommendão a saúde destas miseráveis gentes" Idem

[11] Um alvará régio de Agosto de 1770 irá, em parte, rever a situação dos mazaganenses neste aspecto. Araújo, Renata Malcher As cidades da Amazônia no século XVIII. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porte, 1998 p. 266.

Do mesmo modo que aconteceu a muitas vilas de então, no século XVIII, Nova Mazagão foi assolada por epidemias. Desgostosos com a situação, e provavelmente atribuindo as moléstias aos 'maus ares', a maior parte da população voltou a apelar, agora à Rainha D. Maria, por licença para deixar a Vila. Atendidos que foram, a maioria migrou, dispersando-se. O foro de vila exauriu-se com a saída da maior parte da população; a antiga vila praticamente desapareceu. Uns poucos moradores permaneceram, conta-se que na maioria negros.

METODOLOGIA.

Do ponto de vista metodológico este estudo é uma replicação da abordagem por nós proposta e aplicada na localização não invasiva de testemunhos materiais do Forte Maurício em Penedo, Alagoas[12]. Nesta abordagem alternam-se em primeira instância, as análises geoarqueológica e cartográfica, antiga e atual, na busca de uma reconstituição de antigas formas do terreno que venham a permitir apontar-se no terreno, o antigo traçado das estruturas historicamente relatadas.

Representa certamente um trabalho em muiti-estágios em cujo processo capitaneiam alternativamente as informações históricas, ora documentais, ora iconográficas; informações cartográficas; informações geológicas; análises geoarqueológicas, bem como dados arqueológicos. A tradição oral foi outro fator relevante e estritamente considerado em cada uma de suas nuances, levando-se em consideração não apenas o depoimento de antigos moradores, como de crianças que em suas andanças palmilham cada pedaço do terreno. Foram importantes também as informações de trabalhadores rurais da área que bem conhecem os diferentes fácies de solo que ocorrem na área, podendo facilmente distinguir entre os terrenos locais e as áreas aterradas. Outro aspecto em que as informações orais se mostraram relevantes se referem aos problemas de assoreamento dos cursos d'água e a localização de antigos portos, hoje abandonados. Várias informações foram ainda coletadas acerca da ocorrência de achados fortuitos no âmbito do povoado, bem como da ocorrência de pequenas concentrações de materiais naturais, incomuns na área.

Um grande apoio documental foi a tese de Renata Malcher[13], bem como os trabalhos de Rúbia Nogueira[14] e Milena Duarte[15], então estagiárias do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

[12] Albuquerque, Marcos et alii. **Reconhecimento arqueológico em Penedo**. (Estudo comparativo e georeferenciamento com base na iconografia histórica e na análise geoarqueológica do sitio do forte Maurício). Laboratório de Arqueologia da UFPE. Junho 2005.

[13] Malcher, Renata. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII.** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porte, 1998

[14] Nogueira, Rúbia. **O Sistema Defensivo da Foz Setentrional do Amazonas.** O Caso da Vila Nova de Mazagão Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História, Recife, 2006

[15] Duarte, Milena. **O Povoamento da Amazônia na Segunda Metade do Século XVIII: Execução do projeto pombalino.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

Grande parte da iconografia histórica utilizada foi também reunida por Renata Malcher, quando da elaboração de sua tese, bem como através do Projeto desenvolvido por Marcos Albuquerque junto ao CNPq, Remanescentes Coloniais no Norte e Nordeste do Brasil. O Projeto Resgate desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa e Ensino em História - LAPEH do Departamento de História da UFPE que possibilitou o acesso à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (disponível em CD-ROM). Outro trabalho fundamental, o de Isa Adonias, que reuniu uma densa cartografia referente ao Brasil.[16]

A cartografia disponível é em grande parte produzida a partir das expedições de reconhecimento (séculos XVI e XVII), quando se buscava entender a rede hidrográfica, as possíveis rotas para as minas de ouro, as possíveis conexões com os Andes. Na segunda metade do século XVIII a preocupação com o estabelecimento das fronteiras em implantar uma malha de assentamentos que justificassem o *uso possidetis*, somou ao material cartográfico o material produzido por engenheiros militares, quando, foram encarregados de promover os estudos para a escolha do local onde assentar as Vilas. Os trabalhos do século XIX assumem um caráter já científico, com expedições que traziam estudiosos, naturalistas, efetivamente voltados às questões científicas.

Considerando-se os objetivos dos estudos realizados por aqueles engenheiros, a precisão das informações em suas anotações nos documentos produzidos, permitem uma ampla gama de observações de grande interesse arqueológico. São informações que possibilitam, à vista das condições atuais, inferências acerca do processo de transformação que se instalou.

A cartografia histórica reunida, sobretudo a que abrange documentos do século XVIII, está relacionada à escolha do terreno, à elaboração e execução do projeto da Vila Nova Mazagão. Um documento mais recente, havido como do século XIX bem pode representar uma cópia, uma reprodução de antiga planta, prática tão comum aos cursos de engenharia de então, quando os alunos deveriam treinar suas habilidades em representar graficamente as obras projetadas e mesmo construídas. Nestes treinamentos, toda uma gama de técnicas estava reunida, desde a escolha da escala a ser adotada, ao preparo das tintas que seriam empregadas. Tintas cujas cores previamente estabelecidas, iriam explicitar obras planejadas, obras construídas, o que estava a ser demolido, aterrado ou rebaixado.

[16] Adonias, Isa; Furrer, Bruno. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro; Fundação Emílio Odebrecht em 1993.

Certamente o nível de detalhe entre diferentes trabalhos não são similares. Entretanto, o estudo comparativo entre elas não trouxe divergências significativamente efetivas. Um aspecto a ser ressaltado é a questão das ilustrações utilizadas: embora se saiba que ordinariamente não reproduzem em detalhe o conjunto representado, muito provavelmente refletem o modo como foi visto por seus contemporâneos.

A documentação textual reunida está praticamente constituída pelos relatos de autoridades de então, através dos relatórios enviados seja ao Governador, no Pará, seja à própria Metrópole. Os relatórios técnicos, que envolvem a construção da Vila foram uma fonte particularmente rica a ser explorada.

A documentação eclesiástica também foi consultada. Trazem informações que refletem os tempos da Inquisição que atuou particularmente na Vila Vistosa da Madre de Deus, contemporânea da Nova Mazagão. Por outro lado, também expõe o abandono religioso a que foram relegados aqueles descendentes de antigos cruzados.

Não foi descurada a documentação secundária, escritos de autores mais recentes e mesmo atuais, que se debruçaram sobre a documentação tanto luso-brasileira oficial, quanto eclesiástica, que recuperaram muito da história desta área.

Outro tipo de documento que poderia talvez se enquadrar na documentação textual, mas que vai bem mais além, aproximando o relato da imagem, são as legendas explicativas que se pode ler, dos mapas e plantas reunidos da iconografia histórica referente à área.

O ponto de partida para a metodologia proposta é a identificação de elementos registrados na iconografia, sobretudo na cartografia histórica, passíveis de terem persistido ao longo do tempo. Tais elementos estão representados principalmente por acidentes geográficos, e neste tocante é particularmente importante a rede fluvial. Eventuais elementos decorrentes da ação humana são também considerados de grande importância na identificação de aspectos atuais que possam estar assinalados na documentação histórica.

Em um segundo momento buscou-se analisar a paisagem do local em busca de elementos naturais que pudessem corresponder àqueles assinalados na cartografia antiga.

A análise da paisagem em busca de elementos assinalados na antiga cartografia deverá necessariamente levar em consideração o processo natural de modelamento do terreno. Os rios, por exemplo, em princípio guardam seu curso, entretanto, nas terras baixas da bacia amazônica o baixo gradiente se reflete em assoreamento impondo uma tendência meandrante aos rios. Tem-se assim, muitas vezes alterações

significativas em alguns trechos dos cursos dos rios. Tais alterações podem se tornar particularmente significativas nos estudos de reconstituição da paisagem, quando ocorrem nas proximidades de áreas urbanas, em zonas portuárias.

Este é um aspecto que merece uma avaliação geoarqueológica detida, quanto ao regime pluvial e seus reflexos nos rios quanto às cheias, os processos de desgaste das margens e de assoreamento do leito, e as consequentes alterações de fluxo das águas.

Outros fatores preponderantes são a geologia regional e o modelado do terreno, que podem revelar o aterro de áreas anteriormente alagadas, permitir ou não a conexão terrestre natural entre as comunidades próximas.

Outro fator a ser considerado é a qualidade e intensidade do trabalho agropecuário, sobretudo no que diz respeito ao desmatamento e a recuperação ou sucessão da vegetação nativa.

Em se tratando de áreas mais intensamente modificadas pelo homem, as feições atuais tendem frequentemente a esconder pontos notáveis, considerados no passado. Em tais casos, assume importância fundamental a busca de semelhanças entre o traçado imposto pelo homem, sobretudo na distribuição das áreas ocupadas, no traçado das ruas e caminhos antigos, na disposição do traçado urbano. Tal se aplica sobretudo às vilas e cidades de crescimento espontâneo, sem planejamento urbanístico inicial. Mas este, em princípio, não seria o caso do povoado de Mazagão Velho.

No caso das cidades planejadas, os acessos, os antigos caminhos, constituem-se nos principais fatores de referência a serem buscados. Em tais casos há que se considerar ainda a origem do traçado da malha rodoviária atual. Sobretudo as vias expressas, as autoestradas, que decorrem de um sistema planejado, implantado, com base na tecnologia mais recente, em meios modernos de transporte. Assim, seu traçado, em grande parte dos casos, se afasta, mais ou menos, do traçado dos antigos caminhos.

Comparando-se o processo de ocupação de diferentes áreas, tem-se que, muitos assentamentos se formaram com a instalação de casario ao longo de trechos de uma estrada. No caso da Amazônia, as principais ‘estradas’ são os rios. Embora a modernidade tenha aportado novos recursos de transporte terrestre e com eles as estradas de rodagem, por outro lado, o transporte fluvial mantém-se como uma realidade do cotidiano. Muitas outras regiões além da Amazônia, que antes tinham nos rios suas melhores ‘estradas’, foram forçadas a abandoná-los, não por superação

do tipo de transporte, mas sobretudo pela perda da condição de navegabilidade dos rios, promovida pelo assoreamento.

Certamente os caminhos não foram incomuns, nem tardios na Amazônia. Sobretudo nas terras altas são frequentes as referências aos caminhos, às trilhas, estabelecidas e utilizadas pelos grupos nativos, pelos colonos, mormente relacionadas a atividades extrativistas. Mesmo nas terras baixas, onde a densidade dos cursos d'água é maior e a presença das áreas alagadas mais frequente, não impediu a constituição de caminhos terrestres no período colonial. Entretanto as estradas de longo curso, estas se tornavam mais difíceis de manter, perigosas, e frequentemente mais cansativas, sobretudo considerando-se a necessidade de transporte de carga.

No caso da Nova Mazagão, no século XVIII, não foi possível estabelecer-se um caminho por terra que permitisse a conexão entre Macapá e Nova Mazagão.

A análise da cartografia antiga privilegiou separadamente dois tipos de informação: as informações geográficas e as informações antrópicas. Inicialmente foi levantada a cartografia regional, onde se buscou localizar referências à Vila de Mazagão. O objetivo foi o de se estabelecer a faixa cronológica em que se fez referência à presença da Vila. Ou seja a partir de quando representou um assentamento a ser considerado (frequentemente do ponto de vista estratégico), e a partir de quando já não mais fora registrada na cartografia. É esta documentação que ressalta a incidência de assentamentos de distintas bandeiras, o assédio de diferentes países e companhias, na busca pelo espaço na Amazônia, ou, pelo menos para garantir o tráfego das mercadorias obtidas no *interland* amazônico.

Centralizando a atenção na calha norte da desembocadura do Amazonas, a atenção se foca no conjunto dos pequenos afluentes da margem esquerda que desembocam a sul de Macapá. Nesta análise se buscou localizar alguns pontos mencionados na documentação e ainda outros assentamentos referidos pelos documentos textuais contemporâneos, como é o caso da povoação que se deveria fundar.

Assim, foram consideradas as representações relativas à toponímia, à geografia da área, seus rios, topografia, o delineamento das margens, os contornos do leito principal do rio, a localização de pequenos afluentes, bem como a presença dos igarapés.

Considerando a iconografia relativa à área mais restrita, são especialmente importantes os estudos levados a efeito pelos encarregados de projetar, de assentar a nova Vila. São estudos que refletem a preocupação com a distribuição das terras firmes e alagados, com as distâncias e disponibilidade de acesso. Do ponto de vista

da prospecção arqueológica, tais estudos detalhados são particularmente importantes no sentido de confrontar a localização da Vila planejada, com a localização do povoado atual. Neste tocante é importante o estudo relativo aos Rio Preto e Mazagão

Nesta gama de documentos, entre as estruturas antrópicas consideradas, a principal, evidentemente, é a representação gráfica, o plano da Nova Mazagão. Também a distribuição do casario (construído ou apenas planejado) registrado na iconografia e particularmente a distribuição dos templos católicos de então, recebeu atenção específica. Buscou-se destacar ainda os acessos fluviais da vila, e seus portos.

Na análise dos portos assinalados ou inferidos, buscou-se avaliar não apenas sua distribuição, mas ainda correlacioná-los ao calado das embarcações que o demandavam.

A etapa seguinte do trabalho preliminar consistiu na análise comparativa da iconografia levantada, assinalando-se os pontos de convergência e as inconsistências entre elas. O mesmo procedimento foi empregado em relação à documentação textual, buscando-se sobremodo se comparar os dados descritos com as informações contidas na iconografia. Tais comparações interessam particularmente à análise do traçado da vila, suas dimensões e a distribuição do casario e das estruturas governamentais e eclesiásticas.

A etapa seguinte do trabalho consistiu em elegerem-se os pontos notáveis na cartografia, a serem buscados através de um reconhecimento de campo. Buscou-se selecionar pontos, na medida do possível que checassem as distâncias em dois eixos aproximadamente ortogonais, ou pelo menos não lineares.

Em campo, os pontos foram localizados e georreferenciados[17], avaliando-se em seguida sua consistência em termos de persistência temporal. O georreferenciamento de tais pontos é referido como *Waypoints* que, na realidade representam posições geográficas específicas. Tem-se assim que os waypoints a serem utilizados no georreferenciamento da cartografia histórica foram criados por captura de posição dos elementos reconhecidos em campo.

Por outro lado, georreferenciar uma imagem é posicioná-la e fixá-la sobre uma região específica, relacionada ao posicionamento global. Quando isto é feito, algumas distorções podem ocorrer, e depende diretamente do tamanho da imagem, de sua resolução e da distância entre os pontos considerados.

[17] O Datum utilizado foi o SAD69.

Atualmente os programas que trabalham especificamente com o georreferenciamento de imagens por informação de posições, basicamente o fazem georreferenciando imagens apenas por dois pontos. Sabe-se, entretanto que quanto maior o número de pontos, teoricamente melhor será o georreferenciamento.

O modo tradicional de georreferenciar um mapa consiste em informar ao programa, as coordenadas das extremidades superior esquerda e inferior direita. Mesmo utilizando-se este princípio, o resultado obtido não se traduz com exatidão. Os resultados obtidos são tão melhores quanto maiores forem as escalas, isto é, quão mais detalhados forem os mapas. O tipo de projeção utilizado nos mapas é um outro fator que poderá promover distorções, promovendo a curvatura de linhas que anteriormente se apresentavam como retas

Um outro método bastante usado no georreferenciamento de imagens é aquele em que se utiliza de informação de pontos no meio da imagem. Também neste georreferenciamento por pontos centrais, quanto mais opostos e em diagonal, estejam os pontos, melhor será o georreferenciamento da imagem.

O princípio básico do processo que interessa a este projeto, é a capacidade de se criar um novo *waypoint* com base no mapa ou imagem georreferenciada. Ou seja, georreferenciada a planta ou imagem, a partir de pontos possíveis de serem reconhecidos na atualidade, permitiria reconstituir-se a partir da iconografia outros pontos atualmente impossíveis de serem reconhecidos no terreno.

Certamente a precisão dos *waypoints* criados a partir de um mapa ou imagem georreferenciada não será a mesma que a de um *waypoint* diretamente capturado no local, no terreno. Tal diferença de precisão decorre de diversos fatores. No caso deste material utilizado, a precisão está principalmente relacionada ao fato de se estar usando uma planta não adequada aos atuais critérios de precisão, ou seja uma imagem não georreferenciada em sua origem.

Retomando a sequência do processo empregado, foi considerada a restrição de uso de apenas dois *waypoints* para o georreferenciamento de imagens, imposta pelo programa que lida com o sistema de posicionamento global[18], que dispomos atualmente. Assim, optou-se por utilizar em paralelo um programa gráfico que também permite o ajuste de duas imagens. Buscou-se, então, a partir dos pontos georreferenciados no terreno e gravados em arquivo digital, ajustar-se através de um

[18] Foi utilizado o programa GTM Track Maker.

programa gráfico[19], a cartografia histórica aos pontos, sobrepondo-se as duas imagens. A imagem georreferenciada foi mantida fixa, alterando-se as dimensões da cartografia, sem entretanto alterar suas proporções. Tal procedimento foi repetido sobre as diferentes iconografias históricas disponíveis, que abrangiam a área. Naquelas iconografias para as quais se dispunha de escala, fez-se uma checagem, de modo a testar o resultado obtido. Por outro lado, tal checagem permitiu atribuir-se, em um primeiro momento, uma escala aproximada às imagens que não apresentavam escala.

A partir dos resultados obtidos, foi possível estabelecer-se uma aproximação da distribuição das estruturas, no terreno.

Esta aproximação, que representa o foco central do trabalho, visou projetar na cartografia atual, a possível localização da antiga Vila, de modo a possibilitar uma avaliação do potencial da área para um futuro projeto de prospecção arqueológica de seus remanescentes.

Com base nas prospecções realizadas em campo, observou-se a presença de ruínas que se elevavam junto às árvores da mata que atualmente limita o povoado. A escavação arqueológica concentrou-se no entorno das ruínas, onde se chegou a identificar os vestígios de uma antiga igreja, em cujo solo foram realizados sepultamentos, conforme foi costume até o início do século XIX.

A pesquisa foi realizada em duas etapas; a primeira (2004) envolvendo apenas a prospecção de superfície; a segunda (2005), quando foram realizadas as escavações na área das ruinas

A escavação arqueológica foi realizada inicialmente por decapagem em grande superfície e em seguida, pontualmente, em cortes, após se ter atingido a superfície de ocupação contemporânea ao uso da igreja.

Delimitada a extensão da estrutura através da decapagem em grande superfície, fez-se necessário a remoção de algumas árvores que ameaçavam as estruturas remanescentes. Neste trabalho contou-se com a participação do Sr. Jorge da Conceição Videira, machadeiro experiente, que ofereceu seus serviços como uma contribuição à preservação da história de Mazagão Velho.

Durante as prospecções de superfície no entorno do povoado, bem como durante as escavações realizadas, todas as ações foram acompanhadas de perto por integrantes

[19] Foi utilizado o software AutoCad.

da comunidade, que demonstraram sempre um forte interesse na recuperação de informações acerca do passado de sua comunidade. A participação da comunidade foi demonstrada ainda com a realização de uma missa campal, no local das ruínas, no período entre as duas campanhas de pesquisa.

Ao final da etapa de pesquisa o governo do Estado atendendo a sugestão de salvaguardar a área das ruínas e ao mesmo tempo permitir a visitação pública do local, implantou, observando as sugestões do Iphan, passarelas no entorno do sítio.

Por fim, o Laboratório de Arqueologia da UFPE, em parceria com o Governo do Estado do Amapá, a Representação do Iphan no Amapá e o 34º Batalhão de Infantaria de Selva, promoveu uma cerimônia de traslado dos restos mortais resgatados durante as escavações arqueológicas, para um mausoléu construído diretamente para este fim, no cemitério local. A cerimônia contou com a participação do Sr. Waldez Gomes, Governador do Estado, do Sr. Francisco Manoel Seixas da Costa, Embaixador de Portugal, Sr. Jalil Sesraoui, Adido Comercial e representante da embaixada do Marrocos, e de outras autoridades como o Sr. José Carlos Correa de Carvalho (Marmitão), Prefeito de Mazagão e do Coronel Moraes, comandante do 34º BIS. Contou ainda com a maciça participação da comunidade local, que acompanhou o cortejo que se seguiu à missa de encomendação realizada na matriz local.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Levantamento da documentação textual

O levantamento da documentação textual foi centrado na documentação produzida por autores coevos, buscando-se reunir opiniões tanto de autoridades da Metrópole, quanto as locais, bem como o ponto de vista dos colonos oriundos do Marrocos.

A documentação histórica específica, reunida, se concentra no período que tem início quando da ascensão de D. José à coroa portuguesa (1750).

Até então a política portuguesa em relação a Amazônia praticamente não fora estruturada. De início, face ao Tratado de Tordesilhas, a região estaria fora dos limites portugueses. Mas com a união das coroas ibéricas, em 1580, tais limites não representavam algo impeditivo aos avanços portugueses na região. Por outro lado, apesar de instituídas capitanias que segmentavam administrativamente a área, na realidade não se implantara uma efetiva política de ocupação e nem mesmo prevalecia a autoridade civil. De fato os religiosos, ditavam as normas de comportamento, mormente os jesuítas em suas comunidades de população nativa. De fato eram as ordens religiosas que, dispondo da autoridade religiosa e temporal ditavam a política de ocupação da Amazônia. Os colonos portugueses, muitas vezes dispersos em comunidades bem mais reduzidas, tentavam manter seu contingente de mão de obra nativa, contra a política dos religiosos. Por seu turno, as comunidades religiosas progrediam com o trabalho dos nativos aldeados em comunidades onde não era permitida a presença de outros 'brancos' além dos religiosos. A estruturação das aldeias religiosas que tiveram início ainda no século XVI e XVII, atravessou o período da União da Coroas Ibéricas, continuando até mesmo após o Tratado de Madri em 1750, que buscava definir os limites territoriais da América do Sul entre portugueses e hispânicos.

A morte de D. João V, em 1750, marca o início de um novo período na história de Portugal e em particular de suas colônias na América do Sul. Seu sucessor, D. José I, dá início à implementação de uma nova política interna, como também para com as colônias de além mar. Desde o século XVI, ruíra-se o sonho português no Norte da África. Ali as colônias portuguesas, sobretudo Ceuta, Tanger e Mazagão eram de extrema importância no controle do Estreito de Gibraltar, no acesso ao Mediterrâneo. Apesar de importantes para o comércio dos portugueses, estas colônias

representavam um pesado ônus à Coroa[20], face aos constantes conflitos com os muçulmanos.

Assim as últimas colônias portuguesas que restaram no Norte da África após a Restauração portuguesa, Tânger, fora cedida aos ingleses em 1662 e Mazagão, fora reduzida de ponto estratégico de abastecimento das naus, na rota da Índia, a uma população praticamente encerrada nos limites da cidade, reabastecida apenas pelo mar. Este quadro tornou-se ainda mais grave a partir de 1751, com os consecutivos cercos de 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763 e por último o de 1769.

O governo de D. José I, em relação às colônias americanas é marcado por uma política de povoamento, de colonização e de fortificação de pontos estratégicos, de modo a garantir a manutenção da região. A política portuguesa deste período traz a marca do Secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra (1750), e posteriormente Secretário de Estado e Negócios do Reino (1756), Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

A despeito das opiniões divergentes dos estudiosos, a política do reinado de D. José I, tendo à frente o Marques de Pombal, resultou em grandes transformações tanto internas quanto nas colônias. Por uns considerados como responsáveis por promover uma das grandes etapas do progresso português, por outros como 'déspotas esclarecidos', de fato, neste governo tem início um amplo ciclo de reformas na política portuguesa.

No início daquele reinado, o Tratado de Madri teoricamente já garantia aos portugueses o direito sobre suas conquistas no Norte e Nordeste (o que representa cerca de 70% do território brasileiro). Embora aquele Tratado tenha sido anulado em 1761, pelo Tratado de Prado, em 1777, com o Tratado de Santo Idelfonso a questão das fronteiras do Norte, com a Espanha, foi resolvida.

As reformas implantadas na Amazônia tinham por base a demarcação das fronteiras, redução do poder religioso, controle no uso da mão-de-obra indígena e implementação de meios para um melhor desempenho comercial.

Assim foi criada a Comissão de Demarcação das fronteiras, que contou com o concurso de experientes profissionais da cartografia e da engenharia; foi promulgada a

[20] É muito claro que esta atividade não era muito bem vista pela coroa que dela pouco lucrava e que criava problemas militares de grande peso. Digamos que uma parte da nobreza sonhava com essas cavalgadas, a Coroa via nelas inconvenientes e até despesas. MATOS, J. Semedo de. *Cidade Portuguesa de Mazagão: Patrimônio Mundial em 2004*. Disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2004/pag_17.html , 27/08/2006.

Lei de Liberdade aos Índios (junho de 1755), que juntamente com o '*Diretório que se deve observar das povoações dos índios do Pará e Maranhão'*, retirava dos religiosos o poder temporal sobre os indígenas e foi instituída a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com a chamada Liberdade dos índios, incluía a transformação dos antigos aldeamentos em vilas civis. Para tanto era mister não apenas 'cristianizar', mas também 'civilizar' os índios. A adoção desta política previa a *"introdução dos brancos nas ditas Povoações (...) para que os mesmos índios se possam civilizar pelos suavíssimos meios do comércio e da comunicação e estas Povoações passem a ser não só populosas, mas civis".* [21]

Tal importância foi dada à política das colônias da América do Sul que, para garantir a fiel execução do projeto traçado é o irmão do próprio Marques de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado que é mandado a assumir o governo do Grão-Pará e Maranhão, já em setembro de 1751.

Notava-se no nome do Estado, já os primeiros sinais das mudanças. Em abril daquele ano, o Maranhão e Grão-Pará tornaram-se Capitanias distintas, cada uma com sua própria sede de governo: Belém, a sede do Grão-Pará, e São Luís, a sede do Maranhão. Belém torna-se a capital do Estado que passa a ser chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão.

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que funcionou até 1778, se encarregava de disponibilizar para compra, escravos africanos que deveriam assumir o trabalho nas plantações, como acontecia (com sucesso) no vizinho Estado do Brasil. Mas o monopólio exercido pela Companhia, no entanto desagradava a muitos. Um dos objetivos com a criação da Companhia de Comércio era o de promover a agricultura, ainda que mantendo a exploração dos produtos da terra, as 'drogas do sertão'. A agricultura voltou-se para produtos exportáveis como o cacau, o algodão e o café, bem como o arroz. Também a pecuária foi estimulada a se desenvolver. O governo, por seu turno, estabeleceu uma política de estímulo aos agricultores propiciando dez anos de isenção de impostos.

Todas estas medidas, entretanto convergiam para o povoamento e a defesa do território. Povoamento que se fez em primeira instância com a transformação dos

[21] *'Diretório que se deve observar das povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário'*, Lisboa, 1758, p. 34.

aldeamentos indígenas em vilas, muitas das quais recebendo nomes que evocavam cidades e vilas de Portugal.

Grande parte destas aldeias, entretanto estava disposta no interior, ao longo dos cursos dos rios. Era preciso defender a grande porta de entrada da região, a foz do Amazonas. Dois grandes canais representavam as vias principais de acesso. O canal ao sul do arquipélago de Marajó, junto ao qual fora erguido o Forte do Presépio que deu origem a Belém, e o canal Norte constantemente frequentado por estrangeiros: franceses, ingleses, holandeses.

Como capital, Belém atraía comerciantes, dispunha de um sistema de defesa mais cuidado. Às margens do canal Norte, entretanto o povoamento era esparso e os assentamentos de defesa seguidamente trocavam de bandeira face aos ataques que se sucediam.

A administração de Mendonça Furtado empenhou-se em garantir aos portugueses o acesso ao Amazonas. De há muito, o canal Norte representava uma grande preocupação. A necessidade de construir-se uma obra de defesa na margem esquerda da foz fora percebida por ingleses, por franceses e pelos portugueses que seguidamente tiveram que investir contra os inimigos ali estabelecidos, e mesmo se viram desalojados de seus assentamentos por contingentes inimigos. De início os planos de fortificação daquela margem foram modestos.

Desde o século XVII a área vinha sendo disputada aos portugueses por ingleses, holandeses e franceses. Ingleses construíram à margem do Amazonas, bem próximo de onde mais tarde seria erguida Macapá, o fortim de Cumau. Tomado e desmantelado pelos portugueses, sobre suas ruínas, os portugueses construíram em 1688, o Forte de Santo Antônio do Macapá, que pouco depois, em 1697 foi dominado por franceses que desciam de Caiena. Posteriormente o Forte de Santo António foi retomado aos franceses por Francisco de Souza Fundão e João Muniz de Mendonça Furtado. As disputas entre Portugal e França pelos limites de suas fronteiras no Norte da América do Sul arrastaram-se por séculos. Sobretudo durante o final do século XVII e o XVIII, a área do canal Norte permanecia sob a constante ameaça de invasão.

Em 1738, um pequeno baluarte foi erguido a cerca de 2 ½ léguas de distância do Forte de Santo Antônio. Uma defesa ainda insuficiente. O Conselho Ultramarino, sobretudo a partir de 1740, encaminhara ao Rei diversas solicitações para que ali fosse construída uma fortificação de maior envergadura. Atendendo às solicitações, o Rei de Portugal determina a construção de um forte de “fachina e terra” no mesmo

local do reduto construído em 1738. Na realidade, aquele projeto elaborado por Manoel Luiz Alves, discípulo de Manoel de Azevedo Fortes na Academia Militar, não chegou a ser construído por falta de recursos.

É durante a vigência da política pombalina que o problema é tratado de forma abrangente. Para aquela área foi concebido um sistema de defesa integrado que previa não apenas a construção de obras de defesa, mas buscava garantir um efetivo de defensores capazes, que não representassem um pesado ônus apenas para a coroa.

Assim, além das obras de defesa planejadas, o sistema defensivo abrangia uma política de povoamento daquelas terras. Três núcleos foram planejados. O primeiro deles, Macapá[22], à margem do Amazonas, deveria servir de sede. Uma vila planejada nos moldes mais avançados de sua época, seria então o baluarte setentrional mais avançado, ainda que os portugueses já tivessem se aventurado mais para Norte, ultrapassando o Araguari, atingindo mesmo o Cabo Norte.

Em março de 1752, Macapá, que integraria o sistema defensivo da Amazônia, recebeu a visita do Governador do Grão Pará e Maranhão, Mendonça Furtado. Um sistema que, de acordo com a engenharia militar, com os conceitos e estratégias que passaram a prevalecer a partir do século XVII, não se restringia à defesa. Certamente, na guerra de posição de então, Macapá representava, sobretudo, um ponto que visava cercear o acesso do inimigo ao Rio Amazonas. As estratégias de defesa da época admitiam como válidas duas alternativas: fortificar todo o entorno do núcleo urbano; ou situar uma estrutura permanente de defesa, em ponto tal, capaz de defender o núcleo urbano.

A segunda proposta foi considerada a melhor para as condições locais, mas sua execução não se deu de imediato.

O novo Governador Manoel Bernardo de Mello e Castro, em viagem a Macapá em março de 1761, percebendo, a fragilidade da defesa daquela praça, sempre sob a ameaça francesa, retoma a questão da necessidade de reforçar as defesas de Vila.

[22] Durante a administração pombalina foi notável o empenho em prol da defesa, povoamento e colonização do território. Foi estruturado todo um sistema defensivo capaz de assegurar para Portugal as terras da foz setentrional do Amazonas. Tal sistema foi montado através de uma rede de fortificações e núcleos populacionais. Dessa maneira é que durante esse período Macapá surge como cidade-modelo para as demais povoações, esbanjando civilidade e promovendo mais um núcleo de povoação, que era de fundamental importância para a manutenção do território. Nogueira, Rúbia. **O Sistema Defensivo da Foz Setentrional do Amazonas.** O Caso da Vila Nova de Mazagão Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História, Recife, 2006

A argumentação do Governador recebeu a atenção do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, e um novo forte foi planejado para Macapá. Desta feita foi encarregado da planta o Capitão Engenheiro Gaspar Geraldo Gronfelds. Mais uma vez um projeto de caráter nitidamente provisório, e sobretudo pouco dispendioso, para um forte também em fachina e terra.

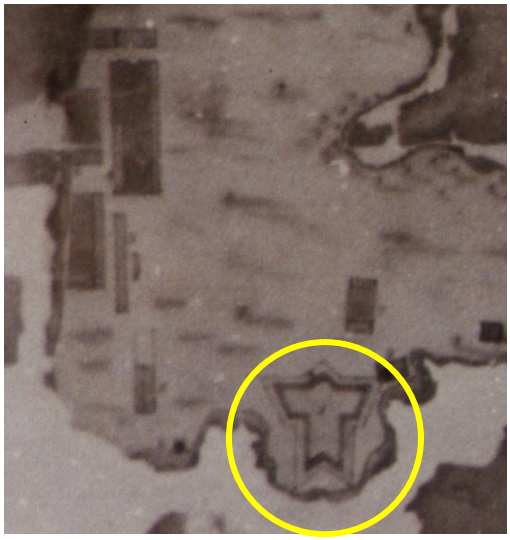


Figura 10 - Detalhe, abrangendo aproximadamente a área que veio a ser ocupada pela Fortaleza. Observe-se a pequena obra de defesa, próxima ao rio.

Em pouco tempo o fortim provisório foi construído, pois em 31 de julho de 1761 estava concluído, assentado provavelmente na mesma área onde antes existira o reduto.

A dimensão da área fortificada não comportava o alojamento dos defensores da praça. Os quartéis e armazéns estavam dispostos junto ao rio, fora da área fortificada.

Levantamento iconográfico

O levantamento da documentação iconográfica reuniu neste estudo sobretudo mapas e plantas, produzidos por diferentes autores, de distintas nacionalidades. O segmento temporal buscado não se restringiu ao período construtivo e imediatamente pós-construção, da Nova Mazagão. Antes se buscou um enfoque temporal mais amplo de modo a que se pudesse avaliar o conhecimento anterior da região, e sobretudo a importância relativa atribuída pelos autores, aos assentamentos humanos na região. O acervo abrange trabalhos que retratam a região em diferentes momentos, desde o século XVI ao XIX. Cada um deles nitidamente reflete as preocupações ou os objetivos daqueles que encomendavam o serviço.

A representação da hidrografia, em maior ou menor detalhe, é uma preocupação comum a todos. Alguns chegam mesmo a detalhar as sondagens que foram realizadas.

A distribuição geográfica dos grupos nativos, sobretudo nos primeiros séculos, é outra preocupação que se reflete na cartografia. Possivelmente as notícias dos embates, das chacinas havidas, que vitimaram exploradores, espalharam-se entre navegadores que se dirigiam àquelas terras. Outros grupos eram amistosos, ou pelo menos seletivamente amistosos, em respostas às primeiras experiências com que se depararam frente a europeus de distintas bandeiras.

As iluminuras chamam a atenção para aspectos presentes, quer nas experiências dos autores, quer nas imagens fixadas no inconsciente coletivo daqueles aventureiros.

A cartografia mais tardia, ou seja posterior ao período de D. José, foi buscada no sentido de tentar resgatar informações sobre a presença ou importância atribuída àquela Vila, após a dispersão de pelo menos grande parte de seus primeiros habitantes.

As plantas reunidas, em sua maior parte se concentram no período pombalino. Embora o enfoque central seja a Vila de Nova Mazagão, buscou-se plantas da mesma época, voltadas para a mesma região amazônica, em especial aquelas elaboradas por engenheiros que trabalharam em paralelo, ou que se sucederam nas diferentes obras daquele período. São plantas de vilas a serem construídas, plantas das casas, das igrejas. Trabalhos em estágio de planejamento, e trabalhos que parecem refletir a obra realizada, em uso.

Base de dados cartográficos

A cartografia reunida se estende desde a época das primeiras incursões europeias do século XVII, preocupados em assinalar os pontos alcançados, que permitissem um reconhecimento da costa, dos locais mais promissores, daqueles de maiores riscos, fossem eles relativos à navegação, fossem relativos à receptividade ou não dos grupos nativos. Assim é que na cartografia, frequentemente, se encontra referência ao nome dos grupos que ocupavam as terras.

A cartografia muitas vezes representa um verdadeiro 'relato' dos 'feitos praticados' por uma ou mais expedições. Detalha o local dos assentamentos inimigos, por vezes ilustrando, ainda que grosseiramente, suas instalações. As ações são registradas na carta em texto, como "o forte que lhes tomamos", ou "as casas que queimamos".

As mais antigas imagens da área, selecionadas para este estudo remontam ao final do século XVI início do XVII.

O trabalho de Isa Adonias, publicado pela Fundação Emílio Odebrecht em 1993 reúne um conjunto cartográfico inestimável, que serviu de base a este estudo. Daquele conjunto selecionamos alguns exemplares que serviram de base à compreensão da área e de como interagiam os europeus, de deferentes nacionalidades, face ao meio e aos grupos nativos que ali habitavam.

No final do trabalho reproduzimos parte da cartografia que nos serviu de base e sobre a qual tecemos alguns comentários:

A gravura de BLAEU, de 1631, intitulada 'Guiana ou reino das Amazonas'[23] traz ainda a já antiga lenda do índio empoado de ouro que se banhava no Lago de Guatavitá

É aproximadamente da mesma época o trabalho de João Teixeira Albernaz, o velho, 'Província do Grão-Pará', que registra os limites das incursões portuguesas em direção ao Cabo Norte, ao longo da costa do atual Estado do Amapá. Assinala ainda

[23] BLAEU, Willem Janszoon (Blaeuw, Guiljelmus) (1571 - 1638) Guiana ou reino das Amazonas. (1631) Gravura. 38 x 49 cm. Na margem ocidental do lago Parima: Manoa, o el Dorado, reminiscência da lenda do índio empoado de ouro que se banhava no Lago de Guatavitá.

Adonias, Isa; Furrer, Bruno. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro; Fundação Emílio Odebrecht em 1993.Pag 78 – 28

a fronteira do domínio português, com a representação de um marco que ostenta a coroa real portuguesa.

"Ao longo da costa, hoje amapaense, legendas confirmam essa soberania: "Aqui chegaram os portugueses"; Costa do Aranha corre até o Cabo do Norte", e "Aqui chegaram os portugueses em companhia de Feliciano Coelho de Carvalho".[24]

É ainda de João Teixeira ALBERNAZ, o velho, o trabalho do mesmo período 'Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas. ' Onde estão indicadas as povoações indígenas e os locais onde foram destruídas as fortificações e casas de holandeses e ingleses, instaladas na região. Inclui ainda a indicação pormenorizada do resultado das sondagens de fundo realizadas. [25]

Um pouco mais tarde (1666) tem-se o trabalho de João Teixeira ALBERNAZ, o moço, intitulado 'Demonstração do Pará', que traz a indicação de vários grupos indígenas habitantes das ilhas e margens na foz do Amazonas. Também aí estão registrados os resultados das sondagens de fundo realizadas.[26]

A preocupação com os povos nativos se fez muito presente. Desde o início, quando os espanhóis, valendo-se do Tratado de Tordesilhas, buscaram melhor conhecer aquelas terras, os contatos entre espanhóis e nativos já não foram pacíficos.

Em março de 1500 os reis espanhóis enviaram uma expedição comandada por **Vicente Pinzon**, que esteve na costa leste do Novo Mundo, navegando ao longo do litoral do atual Amapá, e adentrando pelo rio Oiapoque. Em seu contato com os habitantes da terra, assumiu logo de início a postura de confronto: trinta indígenas foram aprisionados e levados ao mercado de escravos. Os espanhóis se foram praticamente ilesos, mas deixaram entre os nativos o ódio plantado, cujos reflexos recaíram sobre muitos navegantes que tentaram estabelecer contatos pacíficos.

[24] Albernaz, 1631, 34 ALBERNAZ, João Teixeira, o velho (fl. 1602 - 1666) Província do Grão-Pará. Na foz do rio Vicente Pinzón está desenhado um marco cuja face dianteira ostenta o brasão de Portugal e a coroa real, atestando o limite da soberania territorial lusitana, ao norte. MS 39 x 61 cm

Adonias, Isa; Furrer, Bruno. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro; Fundação Emílio Odebrecht em 1993 Pág 103 - 53

[25] Albernaz, 1631, 35 (COCHADO), Antônio Vicente Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas. MS 40 x 66 cm. Indica as nações indígenas e os locais onde foram destruídas as fortificações e casas de holandeses e ingleses instaladas na região. Representação pormenorizada das sondas. Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 102 – 52

[26] Albernaz, 1666, 2 ALBERNAZ, João Teixeira, o moço (fl. 1627 - 1675) demonstração do Pará. Indicação das sondas, em braças, e a localização de inúmeras nações indígenas, no delta amazônico: Tupinambás, Tocantins, Joanes, Anduras etc.. MS 23 x 37 cm

Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 104 – 54

Poucos anos após a viagem de Pinzon, uma nova expedição espanhola de reconhecimento, desta feita sob o comando de Diogo de Lepe, navegou ao longo do litoral do Amapá. Durante um desembarque, no confronto que se estabeleceu com os nativos, a sorte não pendeu para o lado dos espanhóis, como acontecera antes: muitos espanhóis ali perderam a vida no combate com índios do Amapá.

Em 1545, partindo do Peru, Francisco Orellana, desceu o Amazonas atingindo o litoral. Acompanhando a costa, navegou ao longo do litoral do Amapá. Cinco anos mais tarde, Orellana retomou ao Novo Mundo. Desta feita tentava, possivelmente, estabelecer o curso inverso, isto é, subir o Amazonas. Em vão. Não conseguiu reencontrar os pontos por onde passara, e assim traçar uma rota para subir o rio. O insucesso de Orellana não estimulou outras tentativas espanholas para explorar a **Nueva Andaluzia** subindo o Rio das Amazonas.

Desde 1534 Portugal dera início à colonização do Brasil através da implantação das Capitanias Hereditárias, que abrangiam, pelo menos teoricamente, todo o território a leste do meridiano de Tordesilhas. O afastamento dos espanhóis da foz do Amazonas, estimulou expedições portuguesas a se arriscarem além dos domínios que lhes havia concedido o Papa.

Mas a expedição de 1553, comandada por Luiz de Melo da Silva, não foi bem sucedida. Navegando ao longo do litoral do Amapá, estendeu-se até a costa da Guiana. Em terra, entrou em conflito com os nativos, tendo sido massacrada.

A união das coroas ibéricas entre 1580 e 1640, tornava sem sentido para portugueses e espanhóis, o Tratado de Tordesilhas. Não o tornava inócuo, contudo, às demais nações europeias que almejavam domínios nas Américas. Na realidade, sobretudo à França, desde cedo desconsiderara aquela determinação papal.

O Rei Francisco I de França, insatisfeito com a repartição de terras entre Portugal e Espanha, feita pelos Papas[27], oferece cobertura e mesmo alimenta a ação dos flibusteiros do Mar do Norte. Desde em 1521 era intensa a ação dos corsários franceses, de modo a pôr em risco o domínio lusitano das costas do Brasil.

Atuaram nas costas do Brasil desde o Rio de Janeiro, ao longo do Nordeste, em diferentes pontos, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, e Maranhão. Foram mais além. Estabelecidos na Guiana intentaram ampliar seus domínios até a

[27] ...a Bula papal dividira o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as coroas portuguesas e espanhola. O litoral brasileiro ficava na parte lusitana, e os espanhóis respeitaram seus direitos. O mesmo não se deu com os franceses, cujo rei (Francisco I) afirmaria desconhecer a cláusula do testamento de Adão que reservara o mundo unicamente a portugueses e espanhóis. Caio Prado Júnior,1941, p.25

foz do Amazonas. Em abril de 1697, uma considerável esquadra partindo de Caiena, invade a região, tomando a fortificação existente, guarnecida por apenas 20 homens, que se rederam sem oferecer resistência.

Na realidade o ataque francês não fora uma surpresa. Em uma carta enviada ao governador do Estado do Maranhão, datada de 1697, o marques de Ferrolies, discutia a questão da fronteira, assinalando o rio Amazonas como limite entre a Guiana e o Brasil.[28]

A reação não se fez esperar muito tempo. No mesmo ano foi organizada uma expedição com o fito de expulsar os franceses. Francisco de Sousa Fundão, comandava uma tropa de 160 soldados e 150 índios. Estabelecidos na ilha de Santana, àquela tropa juntou-se outra, comandada por João Muniz de Mendonça. Dali partiam os ataques ao forte conquistado pelos franceses, que naquela ocasião contava com um efetivo de 43 soldados. Durante o sítio estabelecido, onze franceses morreram e os demais foram presos e enviados à Belém.

Data deste período as obras de Van Keulen, 1683, uma Carta do litoral do Brasil entre os cabos do Norte e de Cumã e do padre Samuel Fritz, um Mapa do Rio Amazonas e região circunvizinha, elaborado em 1691[29] e do Padre Samuel Fritz[30].

O final do século XVII foi marcado por tentativas de soluções diplomáticas.

A colonização portuguesa da região que recomeçara em 1688, com base na Fortaleza de Santo Antonio, fora atacada pelos franceses. A sua retomada não chegou a garantir a fixação de colonos na região. O Tratado Provisional assinado em 1700, deixou em suspenso a questão dos limites entre a as terras portuguesas e as francesas. Nelas não seriam permitidos assentamentos quer de portugueses, quer de franceses, deveriam ser retirados os colonos de qualquer nação.

De fato o Tratado não foi efetivamente respeitado. Mesmo com a ratificação do Tratado Provisional em 1701, os franceses continuaram frequentando a região, sob protesto dos portugueses, até a anulação dos acordos. Em 1713, com a mediação da

[28] Pagan, 1656, 1 Mapa do Rio Amazonas. O mapa é uma prova das pretensões francesas na região. Gravura 16 x 19 cm. Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. pág 79 – 29

[29] Van Keulen, 1683, 10.VOOGHT (Voogt), Claes Jansz. (? - 1696) Carta do litoral do Brasil entre os cabos do Norte e de Cumã. Gravura; 51 x 57 cm Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 81 – 31

[30] FRITZ, padre Samuel (1654 - 1725) Mapa do Rio Amazonas e região circunvizinha. 1707. Gravura 31 x 42 cm; Elaborado em 1691, o mapa tornou-se mais conhecido pela edição de 1707. Contém importantes informações geográficas e uma longa descrição da região amazônica e das missões da Companhia de Jesus nela situadas. Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pag 80 – 30

rainha inglesa Anne, foi assinado na Holanda o Tratado de Ultrecht que estabelecia como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa, o Rio Oiapoque.[31]

Como os anteriores, o Tratado de Ultrecht também não foi respeitado. Corsários franceses, sobretudo durante o governo de Claude d'Orvilhers, frequentemente organizavam incursões, sobretudo com o fito de escravizar nativos que conseguissem aprisionar.

Os combates às ações dos franceses foram a princípio muito tímidos. A reação portuguesa só se fez efetivamente sentir, a partir de 1722 quando João da Maia da Gama, assumiu o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará. O novo Governador organizou expedições guarda-costas (1723 a 1728), que deveriam percorriam o litoral, em busca dos corsários. As quatro grandes expedições militares organizadas não chegaram a entrar em combate com os franceses, mas sua ação de presença desestimulou aquelas ações.

Em 1738 a colonização portuguesa foi retomada; inicialmente com a instalação de um destacamento militar. De nada valeram as ponderações do Governador o Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco que instava em estabelecer um povoado e em fortificar a foz do Amazonas. Mas durante o reinado de D. João V, apenas providências meramente administrativas foram tomadas, sem repercussões sobre o efetivo povoamento da região.[32]

As ações efetivas de colonização tiveram início durante o reinado de D. José, quando o Marques de Pombal, ministro do reino estabelece uma política para a região amazônica.

Em 1751, assume o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Neste mesmo ano, envia uma expedição, em que soldados e colonos trazidos dos Açores, deveriam fixar-se em Macapá.

Em 1758 o Governador Mendonça Furtado visita novamente Macapá, desta feita acompanhado de uma numerosa comitiva. Iniciara-se a missão de demarcação de fronteiras da Colônia portuguesa com as terras espanholas, na região Amazônica, definida pelo Tratado de Madri, assinado em 1750.

[31] AA, Pieter van der (1659 - 1733) Guiana ou país das Amazonas. (1713); Gravura 29 x 36 cm Aa, 64, 16; Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. pág 82 – 3

[32] LA CONDAMINE, Charles Marie de (1701 - 1774) Mapa do curso do Maranhão ou do grande Rio das Amazonas. Gravura 18 x 38 cm. Uma nota informa que os portugueses do Pará, em 1743, subiram os rios Amazonas e Negro, passando deste para o Orinoco. Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 83 – 33

As obras do final de século XVIII e do XIX já refletem o cunho de estudos científicos que se emprestam às expedições.[33]

Uma nota diz que acima do Rio Negro o Amazonas é chamado pelos portugueses de Solimões ou Rio dos Peixes.[34]

Além deste mapa, Bellin elaborou outro, sob encomenda, intitulado Description górgraphique de la Guyane, à época em que o Governo francês pretendia estabelecer uma colonização agrícola na região.

Tem-se ainda o Mapa da região setentrional do Brasil percorrida pela "expedição Filosófica" (1783/1793)[35], e o precioso trabalho do Capitão Smyth[36], da Marinha britânica, avaliando a comunicação entre o Peru e o Atlântico, pela via fluvial.

Mas é na segunda metade do século XVIII que se concentram os estudos cartográficos que focalizam as terras ao sul de Macapá, onde foram fundadas as vilas de Nova Mazagão e a Vila Vistoza da Madre de Deus.

São estudos sucessivos que gradativamente fecham o foco na área onde a vila de Nova Mazagão seria implantada. A partir deste ponto, a iconografia reunida expõe os estudos sobre o terreno onde será construída a vila. Desde a hidrografia, aos diferentes fácies do terreno: áreas firmes e alagados. O estudo do plano da vila, com suas ruas, praças; os edifícios públicos religiosos e temporais; os lotes familiares e a área a ser edificada em cada um deles.

[33] Mapa que mostra a região setentrional do Brasil, compreendendo as capitanias de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas. 1778. MS 48 x 83 cm. "Rede hidrográfica minuciosa e indicação suas vilas e povoações marginais. No Rio Negro situam-se os fortes de São Carlos (Espanha) e de São José (Português), e no Rio Branco, o de São Filipe (Português)". Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 85 – 35

[34] Bellin, 1764, 2, 46 BELLIN (Jacques Nicolas), o velho (1703 – 1772) Guiana portuguesa e trecho do Rio Amazonas. Gravura 21 x 46 cm Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 84 – 34

[35] (FERREIRA, Alexandre Rodrigues) (1755 – 1815) Mapa da região setentrional do Brasil percorrida pela "expedição Filosófica", de setembro, de 1783 a janeiro de 1793. MS39 x 39 cm

Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pág 86 – 36

[36] Smyth, 1836, 250-1 Litrografia . L. Haghe 10,5 x 17,5 cm Passagem por uma ilha do Rio Amazonas. O capitão W. Smyth, da Marinha britânica, foi um grande conhecedor da região amazônica. A narrativa da viagem é um estudo sério sobre a possibilidade de comunicação entre o Peru e o Atlântico, via fluvial. Adonias, Isa; Furrer, Bruno. Mapa: ... 1993. Pag 81 – V31

Análise comparativa da cartografia antiga

Inicialmente a análise comparativa da cartografia buscou identificar em cada um dos trabalhos em escala regional, selecionados, o local onde teria sido instalada a vila. Nesta avaliação se buscou identificar:

- O momento a partir do qual é assinalado qualquer assentamento humano na área correspondente à vila;
- O momento a partir do qual a vila de Nova Mazagão é assinalada;
- Até que momento a vila de Nova Mazagão é assinalada

Considerando as diferenças de abrangência dos mapas, e sobretudo o nível de detalhamento utilizado, dois elementos serviram de referência básica nesta etapa: a linha equinocial e a rede hidrográfica.

Em um segundo momento, já em escala local, a hidrografia continuou sendo um dos elementos fundamentais de análise. A forte relação entre a rede hidrográfica e a topografia tornou-se um fator primordial para as associações buscadas em campo.

Em resumo, buscou-se identificar, na iconografia histórica reunida, elementos consistentes que se mostrassem passíveis de terem persistido ao longo do tempo e que permitissem estabelecer-se sua identificação no terreno. Tais elementos estão representados principalmente por acidentes geográficos de interesse estratégico para a época, que teriam sido consequentemente registrados. Outros elementos, decorrentes da ação humana, foram também considerados de grande importância nesta busca por reconhecer em campo o local assinalado na cartografia.

Avaliação Geoarqueológica

A avaliação geoarqueológica buscou reunir e avaliar a inter-relação entre os dados iconográficos, topográficos e os registros da ação antrópica sobre o terreno, confrontando-os com os dados textuais, de modo a servir na avaliação dos resultados obtidos com o georreferenciamento dos pontos selecionados.

Resultante da análise comparativa da cartografia antiga observou-se que, tanto na cartografia, quanto nos desenhos que ilustram a área, estão assinalados:

- A vila está situada à margem esquerda de um rio afluente pela margem esquerda do Amazonas; (ver Figura 13)
- A documentação histórica faz referência à escolha do sítio para erguer a Vila como sendo aquele para o qual Portillo havia levado os índios que fugiam às doenças que grassavam em assentamento anterior, na ilha de Santana, fazendo referência a aldeia de Santa Anna. Na cartografia que reflete o estudo do terreno para a escolha do sítio, há uma clara indicação deste povoado de Santa Anna, como se pode ver na Figura 18.
- Dois igarapés, de curso aproximadamente paralelos, limitam lateralmente o terreno da vila. (Ver Figura 15)
- Não há limitador hidrográfico na face oposta ao rio principal.

Em uma sequência progressiva de aproximação, o primeiro ponto a ser buscado é a identificação do rio que, a partir do Amazonas, dá acesso à vila. Nesta identificação se buscou a interpolação dos rios de maior porte, constantes nas diferentes plantas. Neste tocante a toponímia foi um fator primordial, a despeito das muitas alterações na denominação dos rios, ao longo do tempo. Neste contexto foi particularmente importante o Rio Preto que manteve, pelo menos desde a segunda metade do século XVIII até os dias atuais a mesma denominação. (Ver Figura 11 e Figura 12)

O nível seguinte de aproximação buscou identificar na disposição das casas, das ruas, dos prédios públicos (mormente religioso), traços, similaridades que pudessem permitir uma associação com o traçado da vila, projetado por Sambucetti. Neste nível de aproximação foi particularmente significativa a análise da topografia atual, correlacionada ao perfil estratigráfico das sondagens realizadas durante a prospecção, e sua comparação com o delineamento dos terrenos alagados, assinalados na cartografia. (Ver Figura 19)

Avaliação das Plantas do século XVIII

Considerando-se os antigos limites ribeirinhos de Mazagão do século XVIII, a pesquisa geoarqueológica concentrou esforços na área compreendida entre o Rio Mazagão (outrora Rio Mutuacá) e os seus dois afluentes pela margem esquerda que hoje limitam o povoado.

Inicialmente se buscou elencar aspectos relevantes que pudessem apresentar persistência temporal. Assim foram levantados aspectos revelados através da iconografia, buscando confrontá-los com a documentação textual. Paralelamente tais aspectos foram buscados no povoado atual, com o fito de identificar aspectos convergentes e divergentes que pudessem permitir avaliar-se a continuidade espacial dos assentamentos do século XVIII e o atual.

Aspectos considerados relevantes nas Plantas do século XVIII

- A aldeia de índios trazidos por Portillo mencionada na documentação textual, registrada na Figura 11, pode também ser observada na planta de estudos de Sambucetti.

Ao se buscar inicialmente acidentes naturais que pudessem apontar a localização da Vila projetada por Sambucetti, vejamos inicialmente o “Mapa topográfico dos rios Preto, Mutuacá e seus repartimentos 1769”. (Sambucetti. Casa da Ínsua 60ª), que coloca o terreno escolhido na margem esquerda do Rio Mutuacá, afluente do Amazonas. Ali está situada a Aldeia de Santana (ou Santa Anna), mobilizada por Portillo, face às doenças que grassavam na antiga situação.

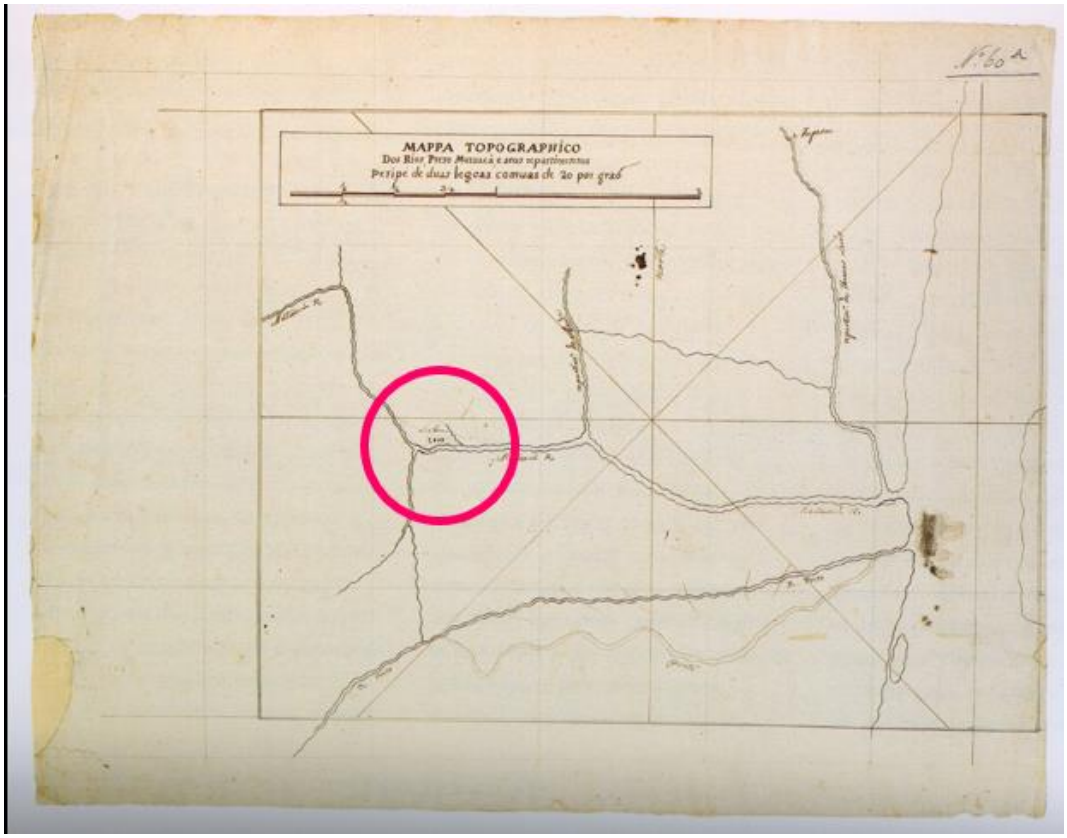


Figura 11 - “Mapa topográfico dos rios Preto, Mutuacá e seus repartimentos 1769”. (Sambucetti. Casa da Ínsua 60ª) Modificado.

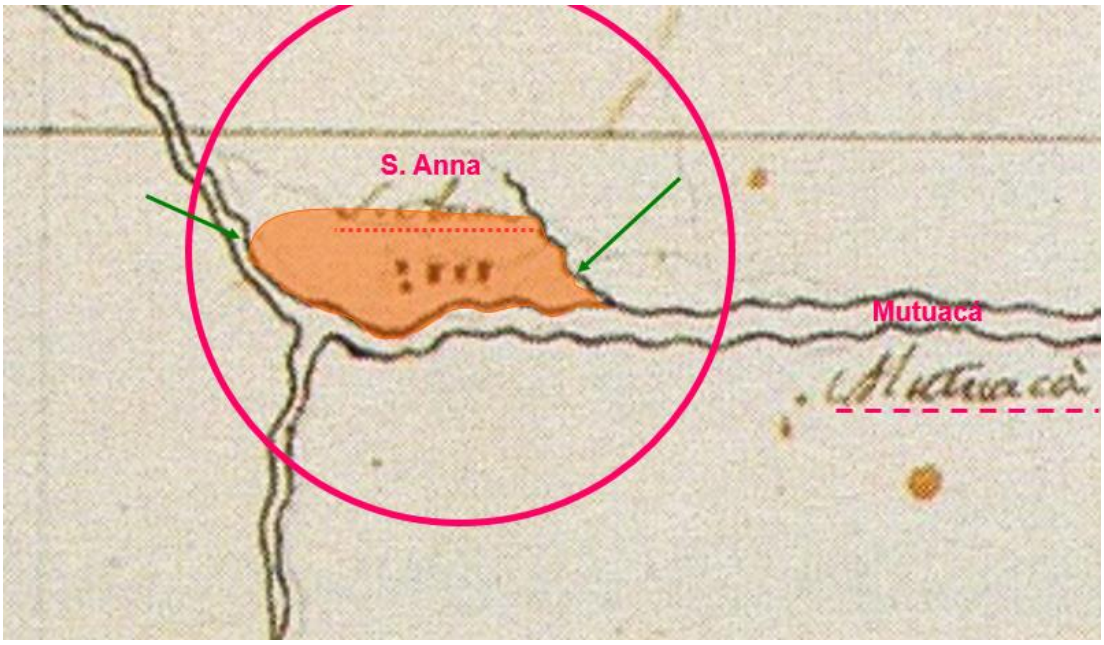


Figura 12 - Detalhe do anterior – área da aldeia Santana onde foi planejada a Nova Mazagão.

A localização da Vila pode ser estudada ainda na Carta Thopografica da Circunferencia da Villa de Mazagam.

Figura 13 - Carta Thopografica da Circunferencia da Villa de Mazagam (modificada, pondo em realce a Vila).

Figura 14 - Detalhe da planta anterior, modificada, pondo em relevo a Villa.

Figura 15 - Detalhe da Carta Thopografica..., modificada onde se observa a área delimitada por dois igarapés.

Nesta Carta observa-se ainda a situação da Vila delimitada por dois igarapés, cujos nome não são referidos.

Figura 16 - Detalhe da EXPLICAÇÂO da "Planta do Terreno místico ao lugar de Ata. Anna do Rio Mutuacá" (adiante).

Ali uma vila foi planejada, com ruas largas e uma disposição em quadras ortogonais.

Uma série de plantas em distintos momentos, dá conta da evolução das obras de implantação da Nova Mazagão. Desde os cálculos de cada quadra e de cada casa, incluindo a igreja da aldeia que ao que parece seria mantida.

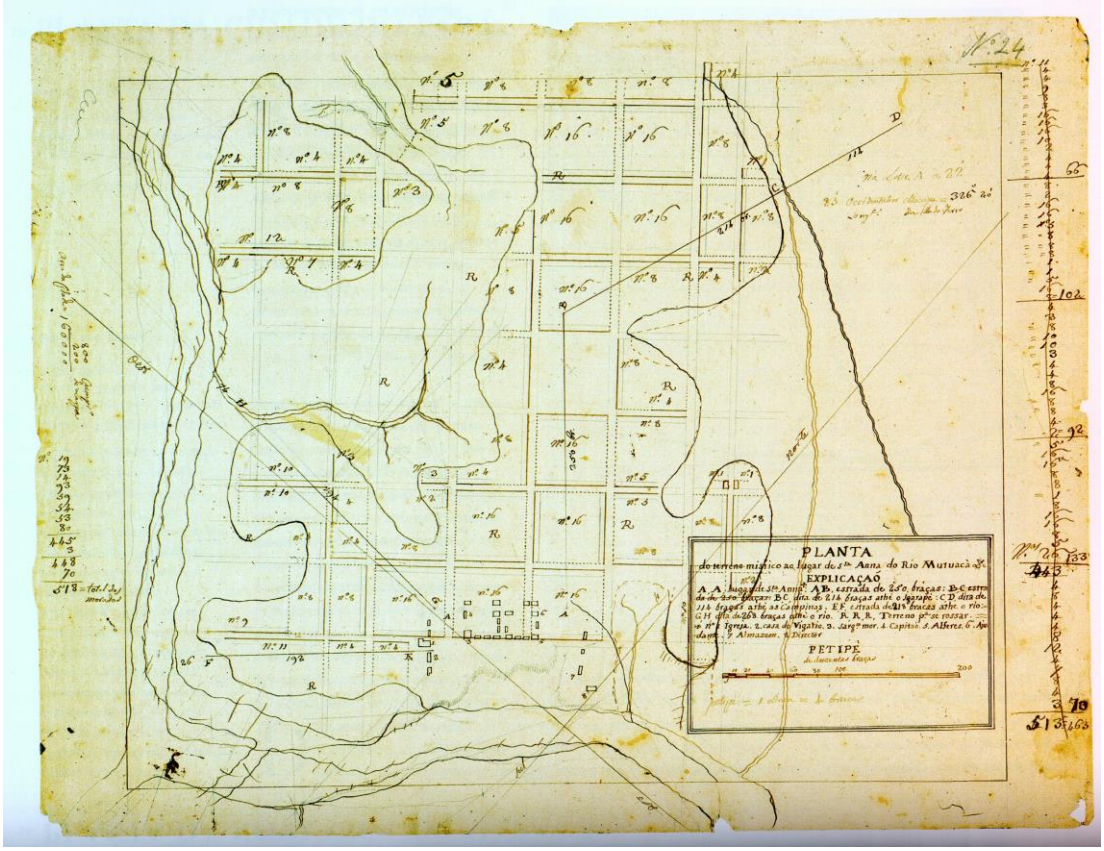


Figura 17 - "Planta do Terreno místico ao lugar de Ata. Anna do Rio Mutuacá".

- Por outro lado, na planta que mostra o adiantamento das obras, pode-se observar claramente que as casas da missão foram desconsideradas no conjunto urbano.
- Entretanto, nesta mesma planta, onde assinala a edificação de *Nº. 1 Igreja Matriz*, assinala como *Nº. 2 S Anna Igreja dos índios.* A presença da 'igreja dos índios' ainda naquela ocasião, permite supor que aquela igreja estava sendo mantida no conjunto da vila. Haveria, portanto na vila duas igrejas, ambas nas proximidades do rio.

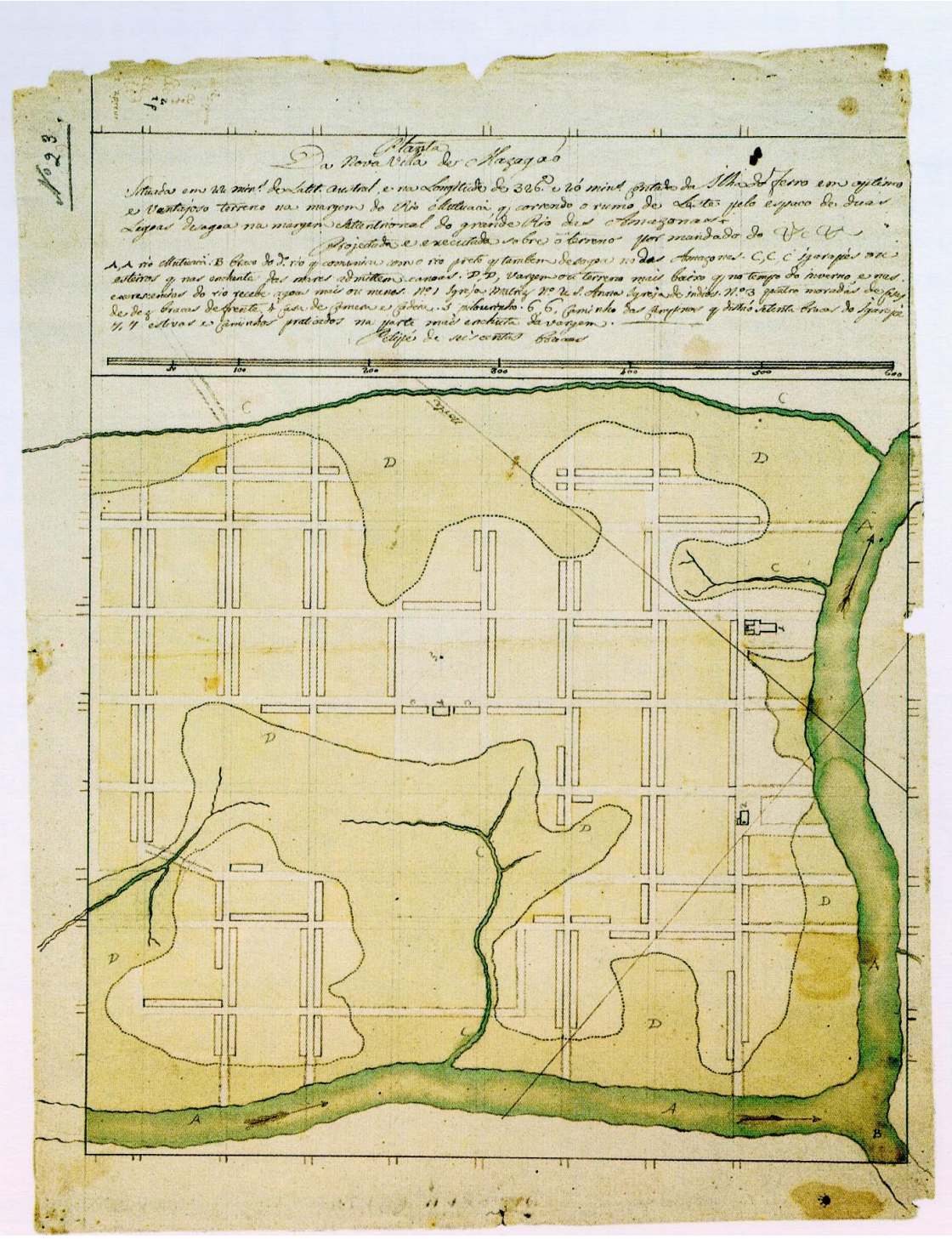


Figura 18 – “Planta da nova Vila de Mazagão situada em 22’ minutos de latitude austral e na longitude de 326º e 20’ min contado na Ilha do Ferro em ótimo e vantajoso terreno na margem do rio Mutuacá que correndo o rumo de leste pelo espaço de duas léguas deságua na margem esquerda do

- Ainda nestas plantas, a julgar pela distribuição das áreas alagadas, a igreja dos colonos, ainda que próxima à margem, ocupava um local elevado, que se destacaria à vista de quem se aproximasse pelo rio. Estaria voltada para o rio, de costas para a vila?

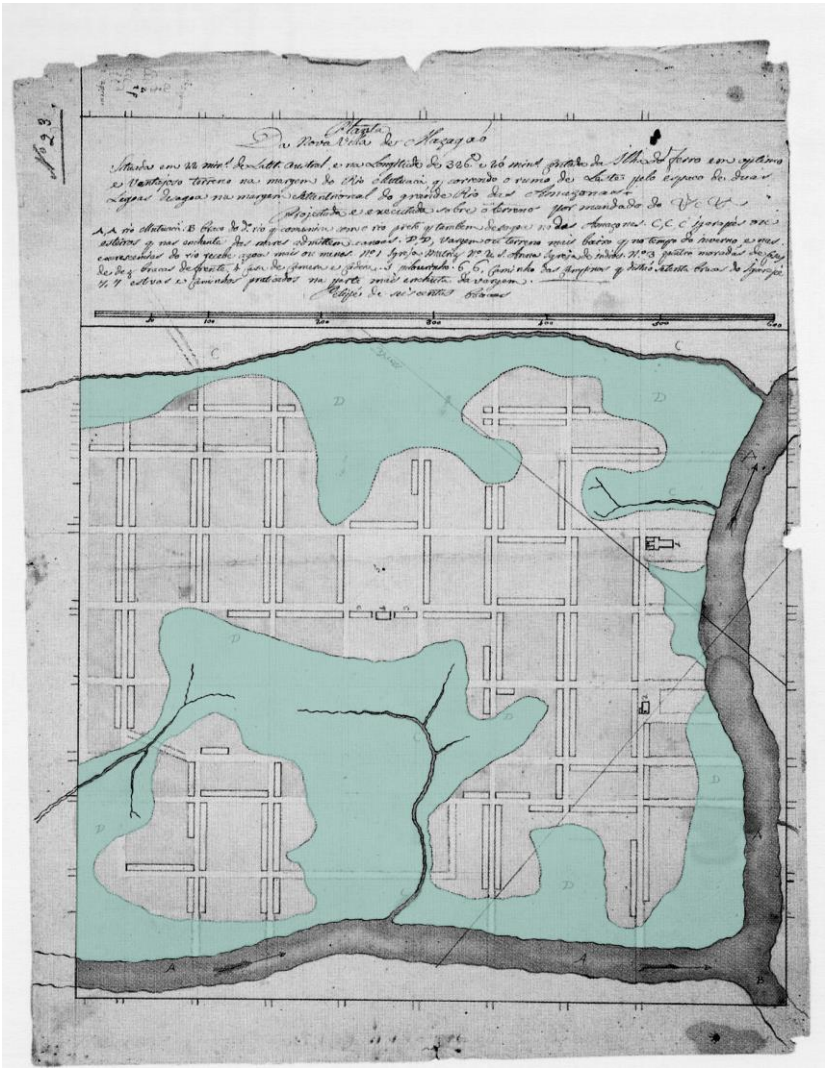


Figura 19 - Planta anterior, modificada, ressaltando as áreas alagadas.

- Ao longo da margem, apenas dois trechos se mostram com terras suficientemente elevadas para não estar à mercê das marés. Em ambos os trechos não foram previstas edificações. Apenas a igreja dos colonos seria construída, o que lhe conferia um espaço aproximadamente equivalente a uma quadra.

- Presença de duas igrejas – dos índios de Portillo e a da Vila, ambas próximas ao rio.

Todavia, um outro aspecto chama ainda a atenção.

- Na planta de situação da Vila, na ilustração, a localização da igreja não é próxima ao rio.
- Nesta mesma planta, a igreja não está voltada para o rio

Figura 20 - Detalhe da Carta Thopografica..., modificada, onde se observa a igreja afastada do rio.

- Embora as ruas atravessem as áreas ribeirinhas assinaladas como sujeitas a inundação (fluxo e refluxo das marés? Grandes cheias?), não se observa a presença de casas nestas ruas.

Outros aspectos foram ainda considerados:

- As construções relacionadas à administração da Vila via de regra se concentram em torno de uma praça, no centro da Vila.

Na “Planta da nova Vila de Mazagão aproximadamente no centro da Vila, observa-se uma quadra onde não está prevista a construção de casas. Seria provavelmente uma praça, e no centro (Nº 3) existiria um pelourinho (a elevação a nível de vila se deu depois que chegaram os primeiros mazaganenses).

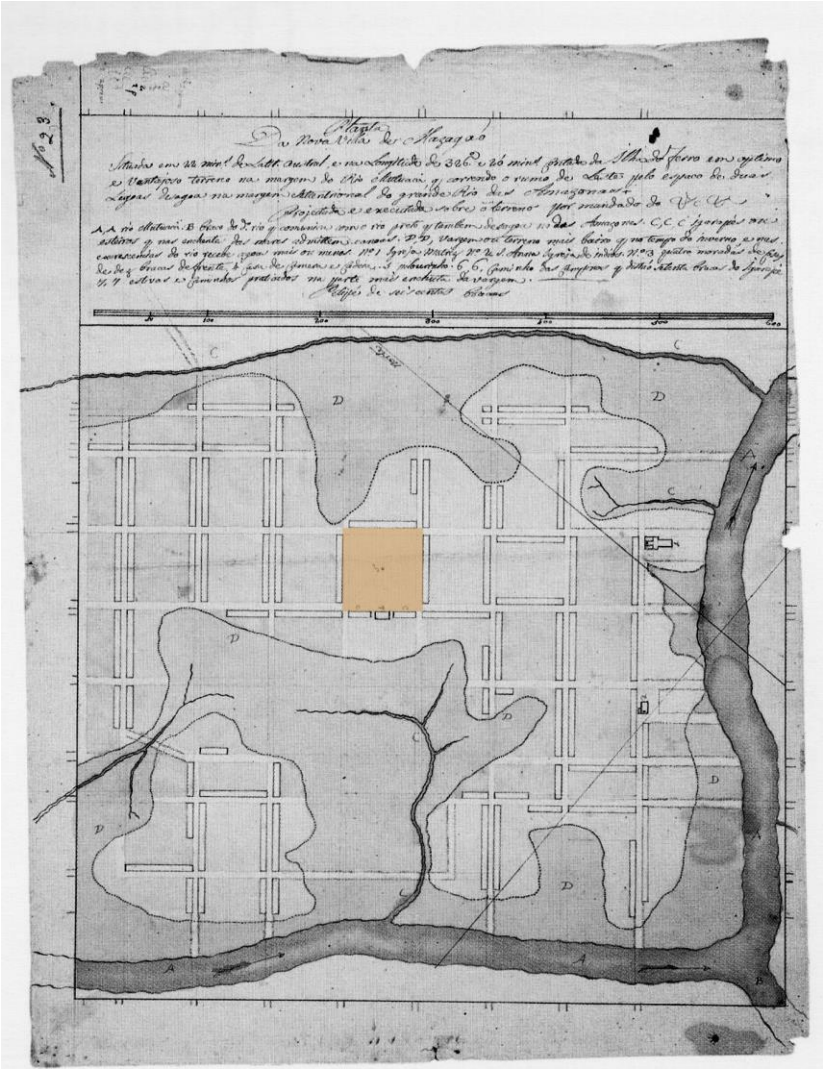


Figura 21 - Planta anterior, modificada, ressaltando a praça maior.

Considerou-se ainda:

- Número de ruas paralelas ao rio
- Número de ruas perpendiculares ao rio
- Não foi localizada a indicação do cemitério

Elementos observados no Povoado que podem ser confrontados com a documentação setecentista.

- O povoado está a margem do rio Mazagão (outrora Mutuacá)

[

Figura 22 - Povoado de Mazagão Velho, visto do porto no Rio Mazagão.

- Dois igarapés limitam o povoado (a tradição oral não registra denominação específica para os igarapés)

- Atualmente o número de ruas paralelas ao rio é bem inferior àquele da planta setecentista

- Número de ruas perpendiculares ao rio é bem inferior àquele da planta setecentista.

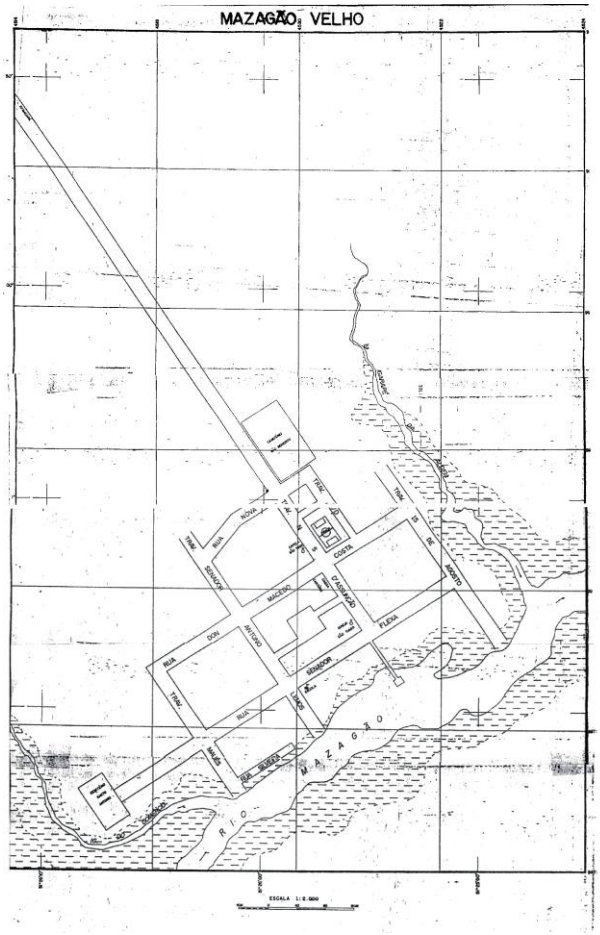


Figura 23 - Planta do Distrito de Mazagão Velho, fornecida pela Prefeitura municipal.

- Localização das duas igrejas católicas em funcionamento diferem daquela proposta na planta setecentista, considerando-se os igarapés que limitam o povoado.

Figura 24 - Vista da rua principal, a partir do rio.

- A igreja da vila, de construção recente, está voltada para o rio mas a posição relativa à rua e porto não corresponde àquela da planta do século XVIII.
- Não foram localizados até o momento vestígios de construções que pudessem ser diretamente associadas por sua forma e dimensão às construções administrativas (casa de câmara e cadeia) comuns ao século XVIII.
- O trapiche atual mostra uma posição compatível com as ruas que acessam o rio, na planta, considerando-se os igarapés que limitam o povoado.
- O antigo cemitério (Sec. XIX) ocupa o extremo da rua que corre paralela ao rio (1ª paralela ao rio), próximo a uma área alagada.

Figura 25 - O chamado cemitério velho, guarda muitos túmulos, em sua maioria do século XIX.

Figura 26 - Túmulo do final do século XIX.

- O novo cemitério, obra do final do século XX está situado fora dos limites do povoado, próximo à estrada que dá acesso à sede do Município e a Macapá.

- Considerando-se o número de casas atualmente existentes, o tráfego de veículos e o trânsito de pedestres, as ruas são bastante amplas

- O traçado ortogonal das ruas sugere um assentamento planejado.

Figura 27 - O traçado ortogonal ostenta ruas largas.

- Entre os dois igarapés que limitam o povoado não existe o pequeno córrego corrente como o que foi assinalado na planta da vila. Entretanto, pode-se observar uma depressão (um riacho, do ponto de vista geomorfológico), que restitui a conformação de duas áreas elevadas à margem do rio.

Figura 28 - Vista da área onde antes corria um riacho.

Avaliação dos resultados comparativos

O traçado das ruas do povoado é retilíneo e ortogonal; esta característica entretanto, corresponde à de muitas das áreas urbanas planejadas, como é o caso da planta da Vila Nova Mazagão. Por outro lado, ao se analisar a largura das ruas, medidas as larguras das fachadas das casas que se confrontam, os valores obtidos mostram uma correspondência inequívoca, com os valores projetados para as ruas, na planta setecentista. Além das ruas as quadras formadas, com algumas exceções também correspondem às dimensões das quadras projetadas. Entretanto, análise da planta do povoado atual revela um número de quadras significativamente inferior àquele que consta da planta de planejamento da Vila.

O povoado atualmente conhecido como Mazagão Velho, é de fato remanescente da vila setecentista Nova Mazagão, mandada construir por D. José I para receber a população que mandara evacuar da Mazagão, no Marrocos.

Com a depopulação resultante do abandono que ocorreu em 1783, os remanescentes ou as futuras gerações se aglutinaram ocupando apenas uma pequena área do espaço urbano.

A área que permaneceu ocupada se concentra nas imediações do rio, entre os igarapés.

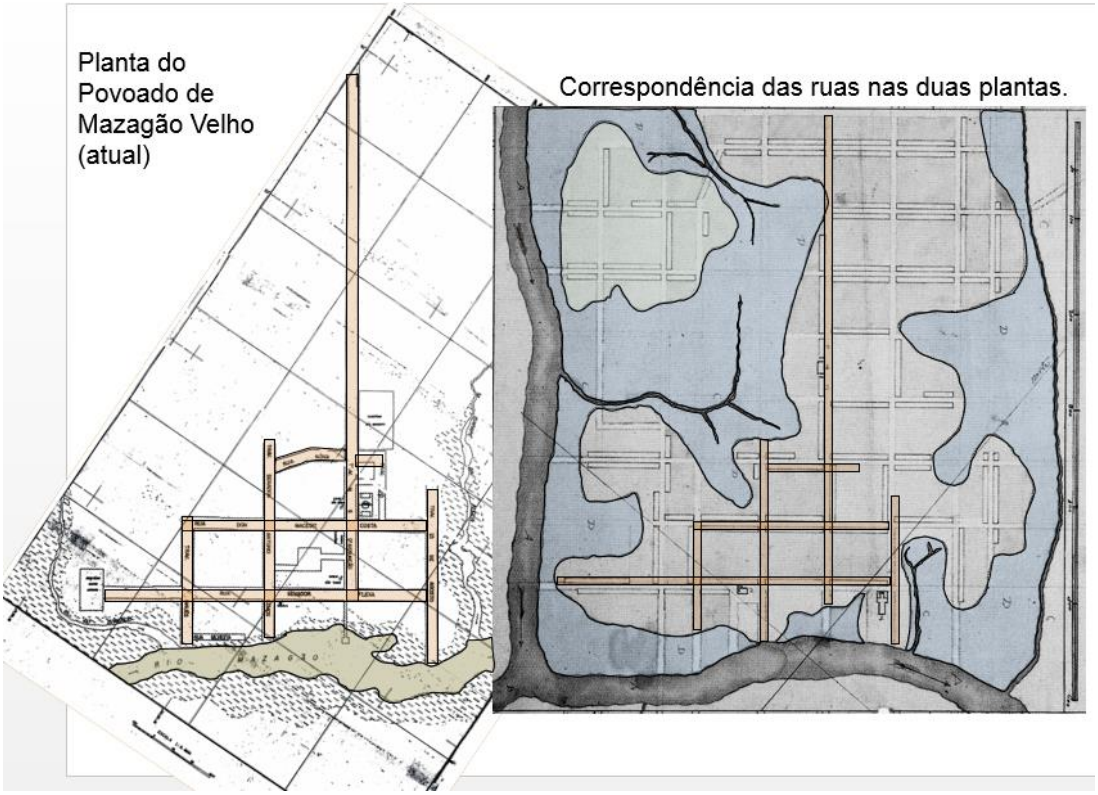


Figura 29 - Confrontando-se e escalonando as plantas da povoação atual e a planta da antiga Vila.

Considerando que os edifícios públicos da administração, a praça principal, representavam a área central, de maior importância da vila, há que se buscar entender porque não foi esta a área em que teria se concentrado a população remanescente. Alguns pontos podem ser levantados: a vila não foi destituída de suas prerrogativas quando grande parte da população a abandonou. Assim, os edifícios públicos continuavam desempenhando sua função ainda que desocupados. Deste modo teriam permanecido até arruinarem-se, ruírem.

Nova Mazagão não era de fato uma vila pequena, estendia-se por uma ampla área entre o Rio Mutuacá e os dois igarapés que nele desaguavam. A praça principal ocupando aproximadamente o centro da Vila, ostentava seu pelourinho, possivelmente

um tronco de acapu[37] fincado no solo, direito auferido por seu status de Vila. Por outro lado, o rio foi durante muito tempo a via de acesso a Mazagão.

Durante o século XVII, embora se buscasse intensamente encontrar um caminho por terra que ligasse a Nova Mazagão a Macapá, não se logrou êxito. Grande parte das terras que separam Mazagão de Macapá, é constituída de terras baixas, cobertas ora por campos inundados ora por florestas de igapó, que permanecem alagadas boa parte do ano. A ausência de comunicação por terra é mencionada em vários documentos, e mais, é exposta através do traçado da vila que praticamente se fecha em si. Não se observam saídas da vila, caminhos de acesso, em toda a documentação iconográfica resgatada.

No contexto da evasão de grande parte da população, quiçá dos administradores, a população remanescente pouco a pouco se concentra em torno do rio. Dali poderiam partir para outros povoados, para Macapá, ou simplesmente pescar.

[37] "No centro da Praça está ficado um esteio de acapú a que chamam pelourinho". (Referindo-se à ARRA YOLOS, Vila fundada em 20 de Fevereiro de 1758 com a presença de Mendonça Furtado (Baena, p. 285)

CONEXÕES HISTÓRICAS E CONEXÕES MATERIAIS.

A história de Mazagão, seja na África, seja na América, é uma história em que se alternam períodos florescentes e períodos de profunda desarticulação, quando se vê praticamente condenada ao desaparecimento. Entretanto, mesmo estes momentos parecem não exaurir a capacidade de soerguimento, ou no mínimo de sobrevivência.

Avaliando-se os diferentes tempos de Mazagão, registrados pela história, desde a Mazagão na África, à Nova Mazagão às margens do Rio Mutuacá, à Mazagão Velho, somos tentados a buscar identificar possíveis ou prováveis continuidades, conexões entre cada uma destas fases. Conexões quanto à população, conexões quanto ao aparato material, quanto à topologia.

Os mazaganenses quando trazidos da África, trouxeram consigo o nome da vila; ao se dispersarem ou se transferirem no contexto das terras da Amazônia, teriam levado consigo mais uma vez o nome da vila? Ou o nome restara no local em que o Rei D. José mandara erguer a vila?

O Rio Mutuacá, com a implantação da vila passara a ser referido como Rio Mazagão, seria ele a conexão entre povoações distintas, distantes no tempo?

A mobilidade das populações é uma prática que se manteve ao longo dos séculos. Uma prática relacionada ao sistema econômico-produtivo, e também relacionada a questões de saúde. Estaria o povoado atual, Mazagão Velho ocupando o mesmo espaço da antiga Nova Mazagão?

Mas uma outra questão que se põe, diz respeito à continuidade material da Nova Mazagão: até que ponto o espaço da atual comunidade guardaria vínculos com a vila projetada por Sambusetti no século XVIII. Existiriam estruturas remanescentes?

A vila fora projetada para cerca de 2000 habitantes. De início, pelo menos mais de mil pessoas chegaram a morar na Nova Mazagão, ainda nos tempos de D. José.

O abandono da vila no final do século XVII, os surtos de crescimento que voltou a experimentar no curso do século XIX, que marcas teriam deixado no traçado, na distribuição do espaço urbano? É um vácuo que se cria no início do século XX, levando à transferência da sede administrativa?

A busca pelos reflexos materiais destas mudanças, os limites entre os registros oficiais e a tradição oral e os vácuos observados na linha do tempo são aspectos que se

buscou recuperar através da prospecção arqueológica realizada no povoado de Mazagão Velho, no Amapá.

O estudo arqueológico de uma vila do porte de Mazagão Velho não pode ser realizado em uma única etapa, em decorrência da complexidade de que é revestido. Nesta etapa, a pesquisa arqueológica esteve principalmente centrada na identificação topográfica, nas possíveis conexões topológicas entre a antiga Nova Mazagão e a atual Mazagão Velho. Ainda durante a pesquisa, foram realizadas prospecções na mata que circunda a atual povoação, buscando-se outros vestígios da Vila abandonada, que eventualmente permitissem localizar-se seus antigos limites.

A escavação arqueológica restringiu-se à área das ruínas de uma antiga igreja, localizadas em meio à mata, durante a prospecção preliminar.

Vestígios do abandono da Vila.

As referências históricas dão conta de detalhes acerca da construção das casas, suas dimensões e material de construção. Pelo que se apreende desta documentação pelo menos parte das casas foi construída em madeira, e cobertas de palha (buçu). Outra parte teria sido construída em taipa, ainda que suas vergas, em canga, fossem de boa madeira.

Figura 30 - Casa em taipa, provável remanescente do século XVIII. Gradil do XIX. Patrimônio em vias de desaparecer.

Desta construção em taipa alguns exemplares parecem ter resistido aos tempos, ainda que tendo sofrido severos reparos.

Figura 31 - Detalhe da técnica de taipa utilizada.

Outra casa de taipa, possivelmente remanescente do século XVIII. Hoje já destruída

Figura 32 - Casa em taipa existente em 2002, hoje destruída.

Das primeiras casas de madeira, já não restam exemplares conhecidos. Todavia a antiga tradição de casas de madeira, cobertas com ‘buçu’, como acontecia no século XVIII, ainda é preservada.

Figura 33 - Casa de madeira com coberta de buçu.

Todavia, um aspecto chamou a atenção: observou-se que sob as casas de madeira o solo se mantém mais elevado, enquanto que no entorno, a erosão carreia as camadas superficiais promovendo o rebaixamento do terreno, como se pode constatar nos exemplos abaixo.

Figura 34 - Observe-se o desnível no terreno, correspondendo à biqueira.

Figura 35 - Outro exemplo da erosão no entorno da casa, promovido pelas águas que caem do telhado.

Este mesmo desnível pode ser observados em casas abandonadas, já sem coberta, cujas marcas permaneciam visíveis.

Figura 36 - Ruínas de uma casa de madeira, mostrando a estrutura básica.

Mesmo no terreno a céu aberto foi possível observar-se as marcas de antigas casas, já desaparecidas.

Figura 37 - No terreno foi possível observar o desnível que assinalava o antigo traçado da casa que ali existiu.

As cicatrizes no terreno deixadas pela erosão diferencial no entorno das casas alertou para a possibilidade de eventuais vestígios arqueológicos das antigas quadras abandonadas, que se encontrariam envolvidas pela mata.

Assim optou-se por uma prospecção fora dos limites atuais do povoado, em meio à mata que se regenera, na busca de eventuais vestígios geoarqueológicos.

A prospecção realizada pela equipe, como de costume foi seguida por pessoas da comunidade local, adultos e crianças.

Figura 38 - Prospecção arqueológica nas áreas florestadas, adjacentes ao povoado.

A presença de fragmentos de tijolos e pedras em meio à mata, sugeria que naquela área teria havido construções. A hipótese foi ainda reforçada pelo fato daquelas pedras não serem compatíveis com a geologia local, naquela cota. Seria necessariamente um material transportado pelo homem.

Figura 39 – Detalhe mostrando a presença de tijolos e pedras

Comprovando a hipótese previamente estabelecida, observou-se a presença de marcas de erosão diferenciada na superfície do terreno, idênticas àquelas observadas sob as casas de madeira.

Figura 40 - Marcas da erosão diferenciada no interior da mata.

Figura 41 - Detalhe da erosão diferenciada associada a vestígio de estaca, no trecho menos erodido.

Durante a prospecção arqueológica realizada, foi possível localizar vários “chãos de casa”, demarcados pela erosão diferenciada do solo. Certamente ao longo do tempo, expostos às intempéries as marcas mostravam uma tendência a se atenuar. Contudo, foi possível ainda se observar que sua distribuição formava aproximadamente um alinhamento. Marcando-se aproximadamente os vértices de cada ocorrência, buscou-se identificar a distância entre eles. Tais medidas se mostraram compatíveis com a largura das ruas que

Figura 42 - Possível vestígio de antiga cacimba aterrada.

caracterizaram o traçado da Nova Mazagão.

Uma outra observação que merece ser mencionada, foi a presença de depressões aproximadamente circulares, que bem poderiam representar antigas cacimbas ali escavadas, e depois aterradas, quando do abandono da área.

Ruínas em meio à mata

O resultado obtido nesta análise comparativa permite se identificar que apenas uma diminuta parcela da área anteriormente ocupada pela Vila de Mazagão é hoje ocupada pelo povoado. Grande parte da antiga Vila hoje se encontra tomada pela floresta. Considerando-se a superposição das antigas plantas com a configuração atual do terreno, obtida durante a prospecção preliminar através da triangulação de pontos notáveis, temos que considerar a hipótese de que o antigo centro administrativo foi abandonado e as principais quadras de seu entorno estariam hoje em meio à mata.

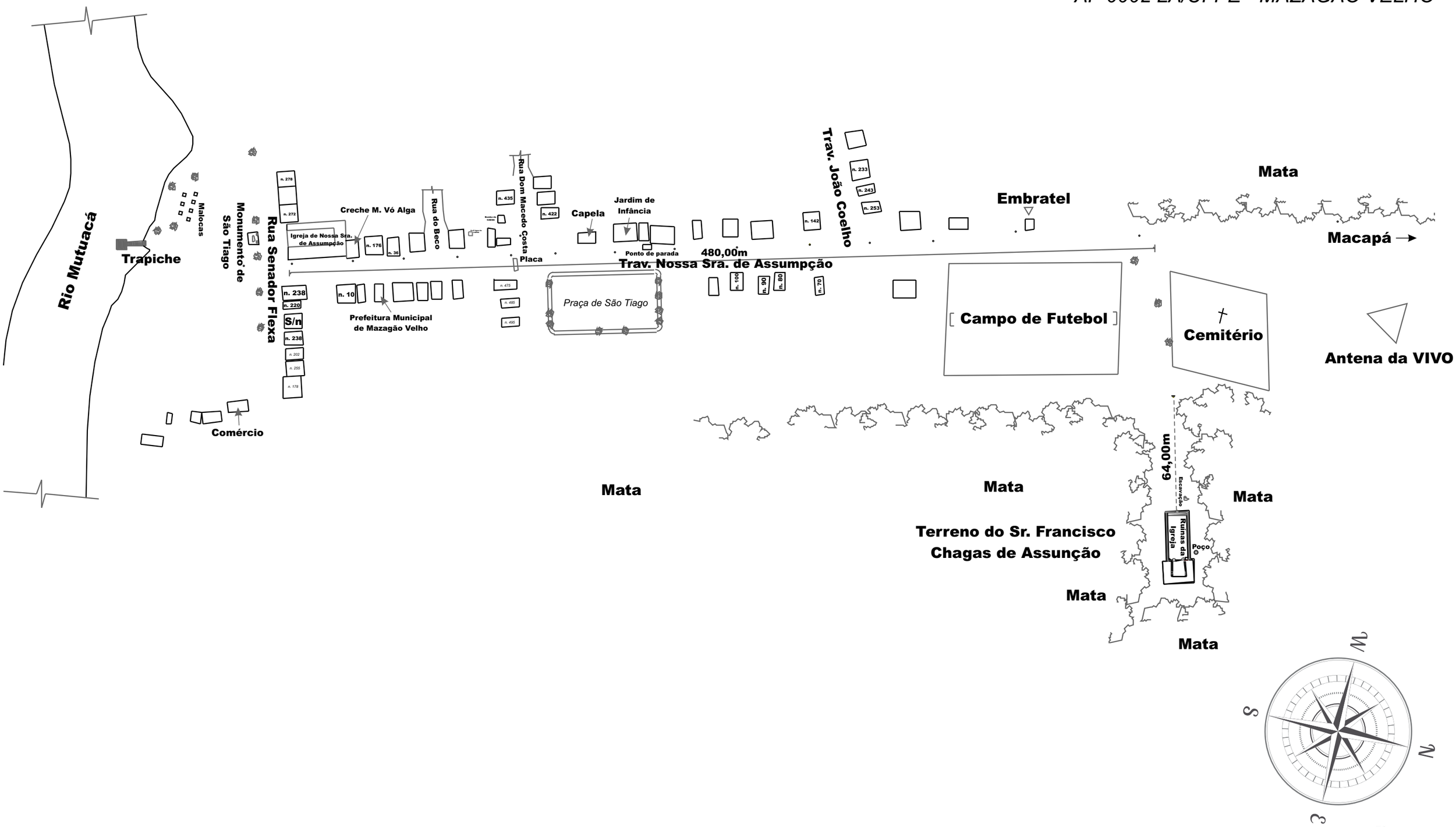
Figura 43 - No limite da povoação atual. Observa-se os limites com a mata.

Assim, a pesquisa arqueológica de campo concentrou esforços prospectando principalmente áreas hoje ocupadas pela floresta, que circundam o povoado de Mazagão Velho.

Durante a prospecção de campo foram localizadas ruínas de uma construção em pedras, em meio à mata. A escavação arqueológica foi então centrada naquelas ruínas.

Localização das ruínas da igreja dentro de Mazagão Velho

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO



Localização das ruínas da igreja dentro de Mazagão Velho

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO

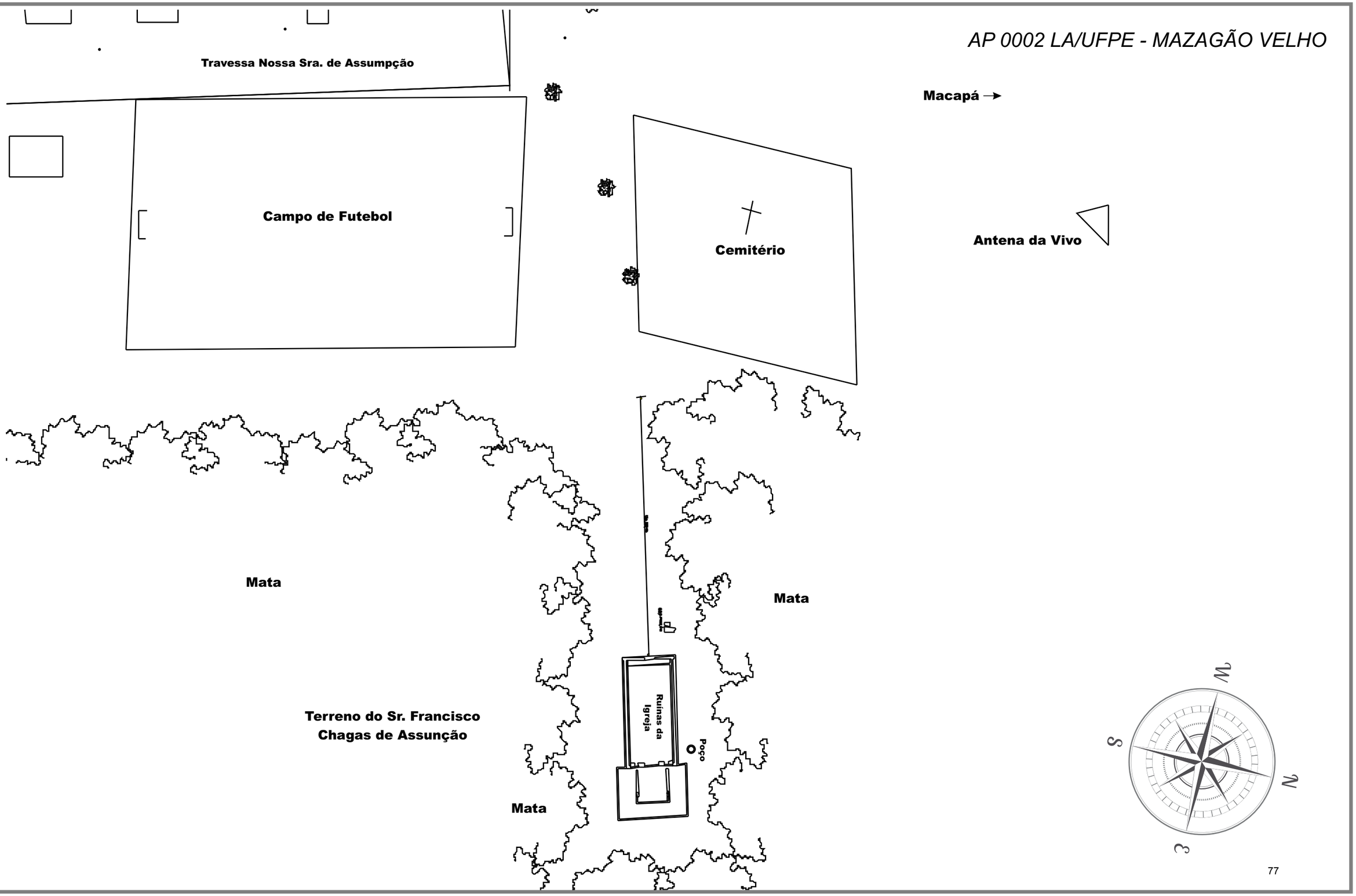


Figura 46 - Ruínas em meio a mata foram os primeiros indícios da extensão da antiga Vila.

Escavação arqueológica

Inicialmente se buscou, identificar na planta setecentista a área em que foram localizadas as ruínas, de modo a se buscar associações entre a ruína existente e a estrutura planejada. Através de triangulação, foi possível sobrepor-se elementos conhecidos nas plantas setecentistas à planta atual do povoado.

Os primeiros elementos utilizados foram os referenciais hidrográficos, ainda que levando em consideração a possibilidade de alteração do curso, ao longo do tempo.

A despeito do assoreamento que sofrem muitos rios amazônicos, sobretudo em decorrência do desmatamento, dos trabalhos agrícolas, um dos cursos d'água que limitam o povoado, é um típico rio de áreas úmidas, com o curso profundamente encaixado no terreno, e portanto relativamente mantido ao longo do tempo.

Figura 47 - Aspecto das ruínas antes da prospecção.

A prospecção arqueológica realizada permitiu uma avaliação preliminar da correspondência espacial entre o atual povoado de Mazagão Velho e a antiga 'Nova Mazagão', bem como o potencial de vestígios arqueológicos da área.

O trabalho realizado abrangeu etapas de gabinete e de campo, onde se buscou inicialmente a análise comparativa entre o traçado do povoado atual e o traçado proposto para a Vila da Nova Mazagão, por Sambucetti.

A despeito de pequenas distorções entre o atual traçado do povoado e a planta fornecida, reveladas durante a checagem em campo, Muitos pontos de coincidência puderam ser observados.

Um ponto entretanto, chamava a atenção. A presença de ruínas de uma construção em pedras, em meio à floresta que circunda o povoado, fora da área habitada.

Toda a área do povoado é praticamente plana, exceto pela presença de algumas depressões que servem de drenagem natural indo alimentar o rio durante a estação das águas. Entretanto, no entorno das ruínas o solo se mostrava um pouco mais elevado que as cercanias.

E mais, a argila que se mostrava à superfície estava depositada sobre tijolos, fragmentos de telhas e algumas pedras de até 20 cm de envergadura. Por outro lado, os dois trechos de paredes que restavam em pé eram constituídos por blocos de pedra bem maiores que aqueles poucos fragmentos que restavam aparentes no chão.

Recorrendo-se à memória dos antigos habitantes do local, buscou-se levantar informações que pudessem trazer alguma luz sobre a identificação de tais ruínas.

Figura 48 - Início da prospecção, quando foram reunidos os tijolos esparsos após registrar-se a área de ocorrência.

Reunindo-se alguns acontecimentos mais recentes relatados, foi possível se conhecer um pouco da história pós-abandono daquela construção.

As ruínas são identificadas pela tradição popular como de uma antiga igreja, a primeira da Vila de Mazagão. Abandonada, a igreja teria entrado em ruína e desabado parcialmente.

Quando da implantação do Município de Mazagão, buscou-se na praticamente abandonada Mazagão Velho, as pedras da igreja em ruínas para construir-se os alicerces do novo Grupo Escolar que seria construído. Naquela ocasião muitas paredes restavam em pé e foram derrubadas para recolherem-se as pedras (informação oral de moradores antigos).

Posteriormente a área que fora retomada pela vegetação florestal, foi desmatada para dar lugar a um grande plantio de mandioca. Possivelmente por ocasião da derrubada das árvores outras paredes que porventura restassem em pé teriam caído sob o impacto dos troncos derrubados.

Restaram apenas dois trechos de paredes e um grande acúmulo de fragmentos de tijolos, telhas e pequenas pedras.

De alguma forma restou no inconsciente coletivo uma associação entre o local da antiga igreja e a presença de sepultamentos, o que conferia ao local um a aura de mistério e um certo temor por parte de alguns moradores.

Figura 49 - Quando a prospecção identificou as ruínas da igreja, moradores ali realizaram uma cerimônia elevaram flores que deixaram no local, juntamente com a referência escrita em uma lâmpada florescente.

Além das paredes que restaram em pé, nada se podia observar à superfície afora os vestígios do desmoronamento de permeio com a argila. A rua que fora aberta em frente ao novo cemitério do povoado (nas proximidades das ruínas) terraplenara o local até bem próximo às paredes. À superfície nada restava do traçado do imóvel que pudesse levar à sua identificação.

Considerando que o terreno circunjacente não apresentava cota capaz de servir de fonte natural que justificasse o acúmulo de argila no local a igreja, e que a elevação do local poderia estar relacionada ao desabamento, utilizou-se um processo de decapagem horizontal de ampla superfície para tentar localizar a superfície de ocupação da época, assim como vestígios dos alicerces.

A prospecção arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE no povoado de Mazagão Velho, revelou que os dois paredões em ruínas, localizados fora da área ocupada pelo povoado, estão relacionados a uma igreja que ocupou cerca de 600 m^2.

Figura 50 - Aspecto da prospecção por decapagem onde se pode observar resto de um piso em tijoleira.

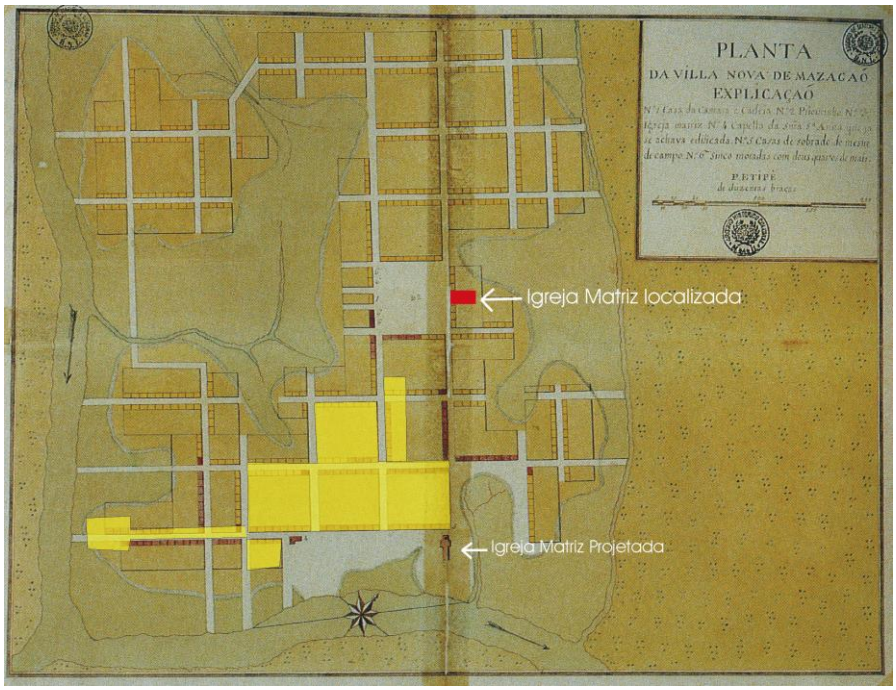


Figura 51 - Sobre planta de Sambucetti, assinalado em amarelo a dimensão atual do povoado. Estão ainda assinaladas as posições da matriz, no projeto e a posição das ruínas localizadas.

O traçado apresenta muitas semelhanças com outras obras propostas por Sambucetti para a região (a matriz de Macapá, por exemplo).

Figura 52 - Lacuna deixada no alicerce pela desintegração da madeira do esteio.

Um ponto, entretanto, é díspar em relação à documentação histórica: sua localização. Segundo todas as plantas até o momento identificadas com a Vila de Nova Mazagão, a igreja seria construída nas proximidades do Rio e não naquele ponto, distante das águas.

Por outro lado, do ponto de vista do traçado urbanístico, a igreja localizada nas proximidades do rio, de acordo com a planta da cidade, divergia das práticas de então, quando a matriz era, quase sempre posicionada no conjunto da praça principal, compondo com a casa de Câmara, o pelourinho, e demais prédios públicos, o centro administrativo.

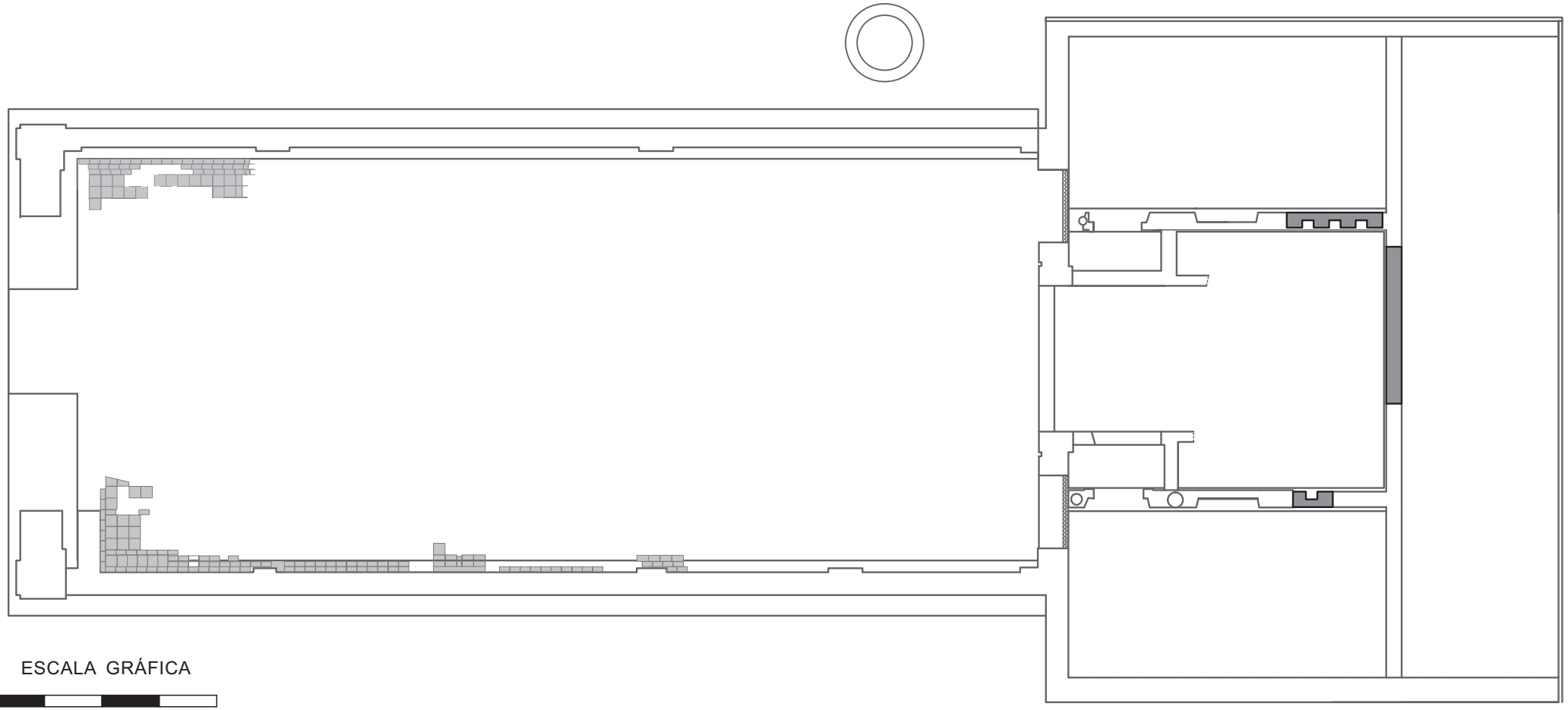
Estruturas reveladas na escavação

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO

ESTRUTURAS CONHECIDAS ANTES DA A ESCAVAÇÃO.

PAREDES E ALICERCES REVELADOS COM A ESCAVAÇÃO.

PISOS REVELADOS COM A ESCAVAÇÃO.



ESCALA GRÁFICA

0 1,5 3 4,5 60 m

ESCALA 1:150

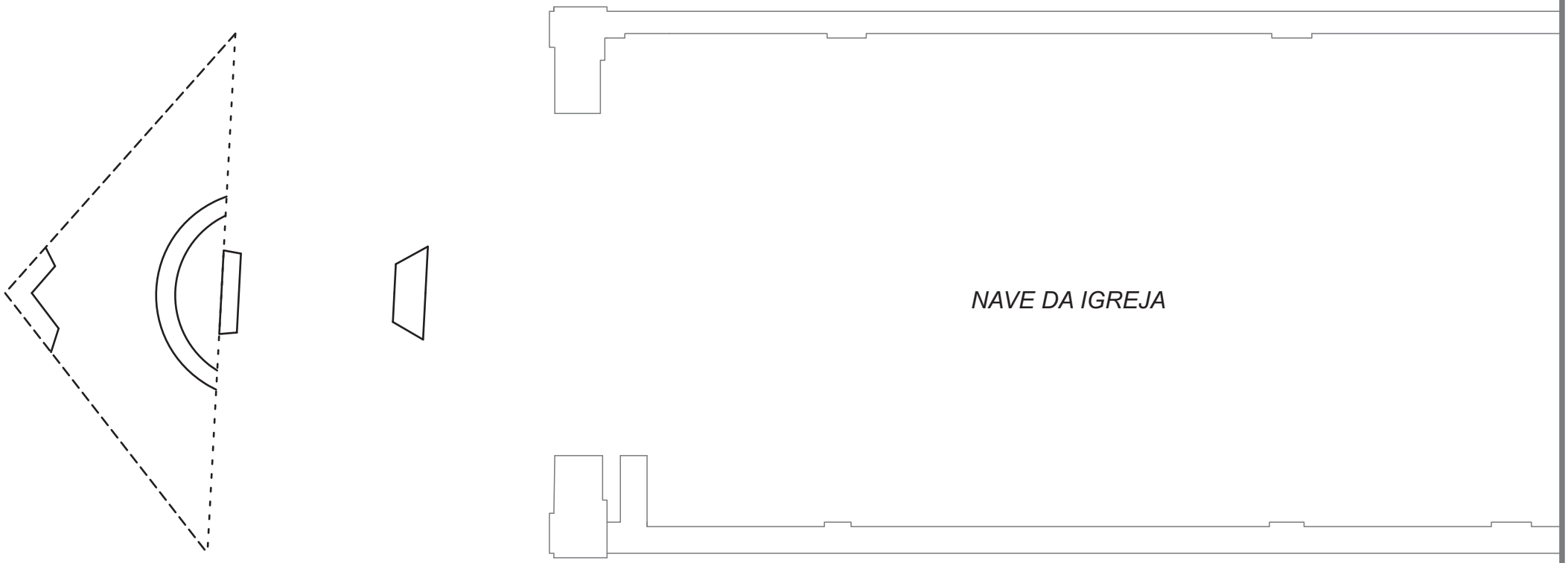
Estudo da área de desabamento do frontão

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO

PAREDES LOCALIZADAS COM A ESCAVAÇÃO

CONCENTRAÇÃO DE DESTROÇOS

ESTRUTURAS IDENTIFICADAS EM MEIO AO DESTROÇOS DO DESABAMENTO



A superposição da antiga planta da Vila ao terreno, indica que o local ocupado pela ruína da igreja corresponde a um dos lados de uma grande praça, no centro da qual teria existido o pelourinho.

Um outro aspecto revelado pela prospecção realizada diz respeito à técnica de construção utilizada e ao material empregado. Com base na documentação história acreditava-se até então que na construção dos edifícios da Vila apenas havia sido empregado madeira e taipa. As cobertas seriam em palha.

Este não foi o quadro revelado pela análise das ruínas.

Figura 55 - Marcas deixadas nas paredes que permaneceram em pé, pelos esteios incrustados em seu interior.

Certamente as paredes estruturais da igreja foram em pedra, com esteios de madeira. Grossas madeiras, algumas em sua forma natural, cilíndricas, outras lavradas com cerca de 30cm de lado.

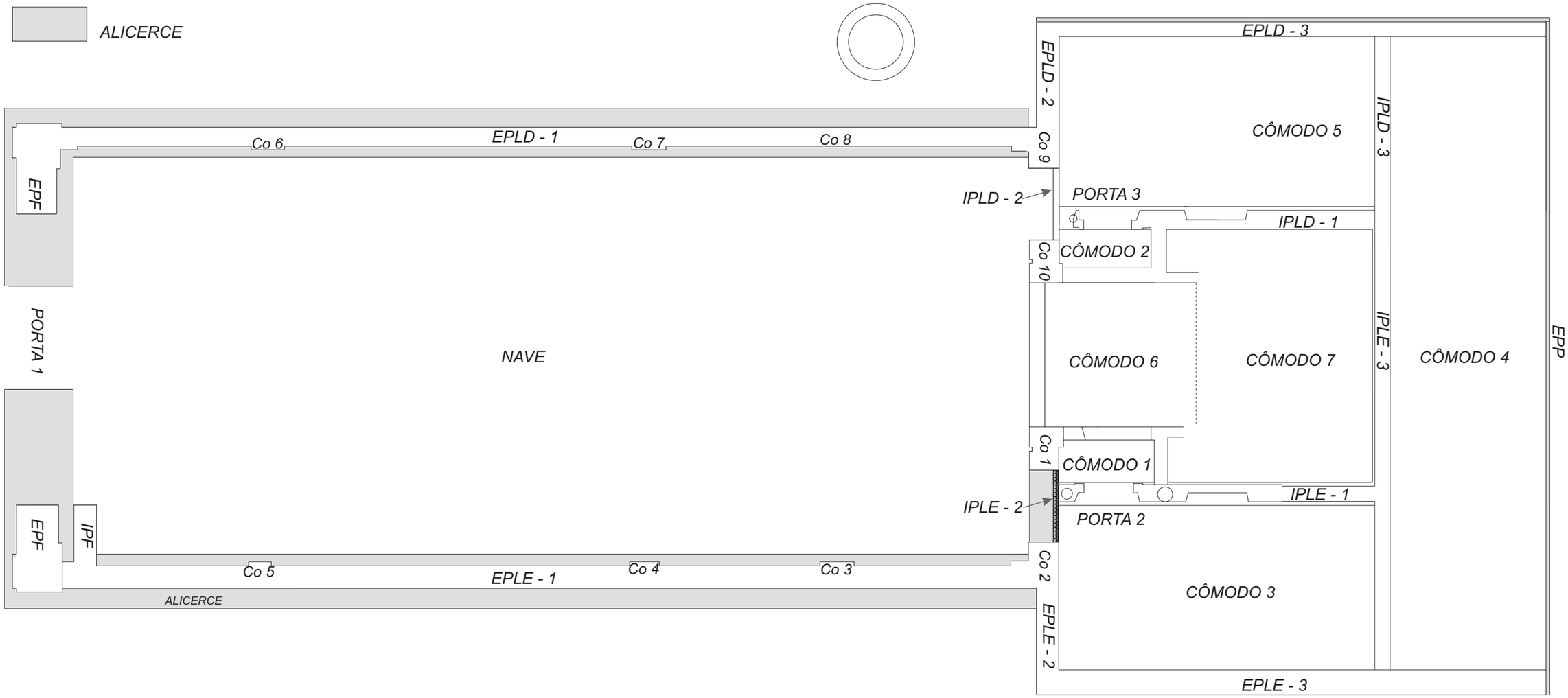
Figura 56 - ista do alicerce da parede da nave onde se pode observar a sequência de lacunas decorrente da decomposição dos esteios de madeira. No limite do alicerce, a partir de onde teria início a parede, a estrutura era nivelada por uma camada de tijolos.

Os esteios de madeira nasciam da base dos alicerces, com cerca de 1,70m[38] de profundidade e elevavam-se até a empena. A profundidade dos alicerces, associada à sua espessura revelam que provavelmente a construção da igreja previa a utilização da nave para abrigar sepultamentos. Uma

[38] Foi possível determinar a profundidade dos alicerces devido ao espaço gerado pela decomposição dos esteios de madeira.

Nomenclatura

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO



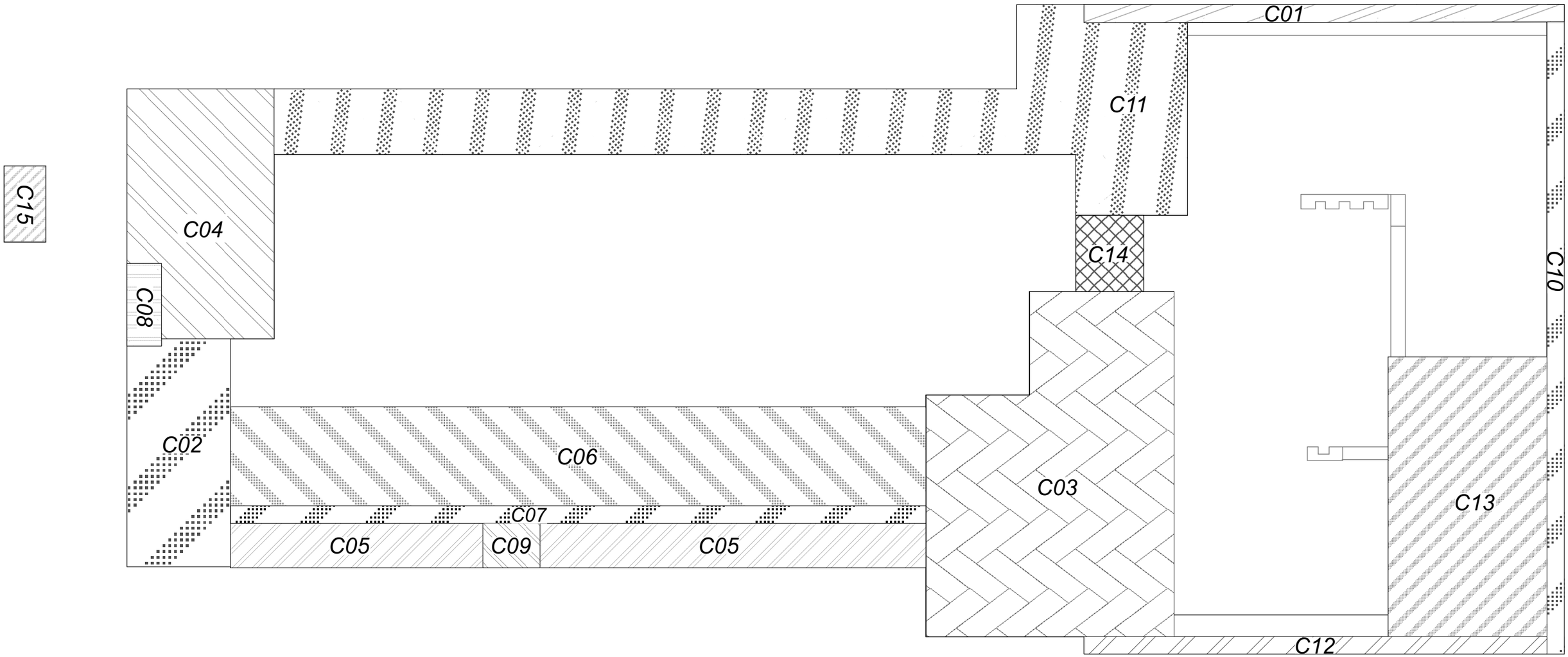
ESCALA GRÁFICA

0 11,1 22,2 44,4m

ESCALA 1:110

Cortes Realizados

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO



ESCALA GRÁFICA

0 10,56 21,12 42,24 m

ESCALA 1:105,6

PERFIL DA PAREDE IPLE - 1

AP. 0002 - MAZAGÃO VELHO

ESCALA 1:17,85

ESCALA GRÁFICA

0 1,78 35,7 71,4 m

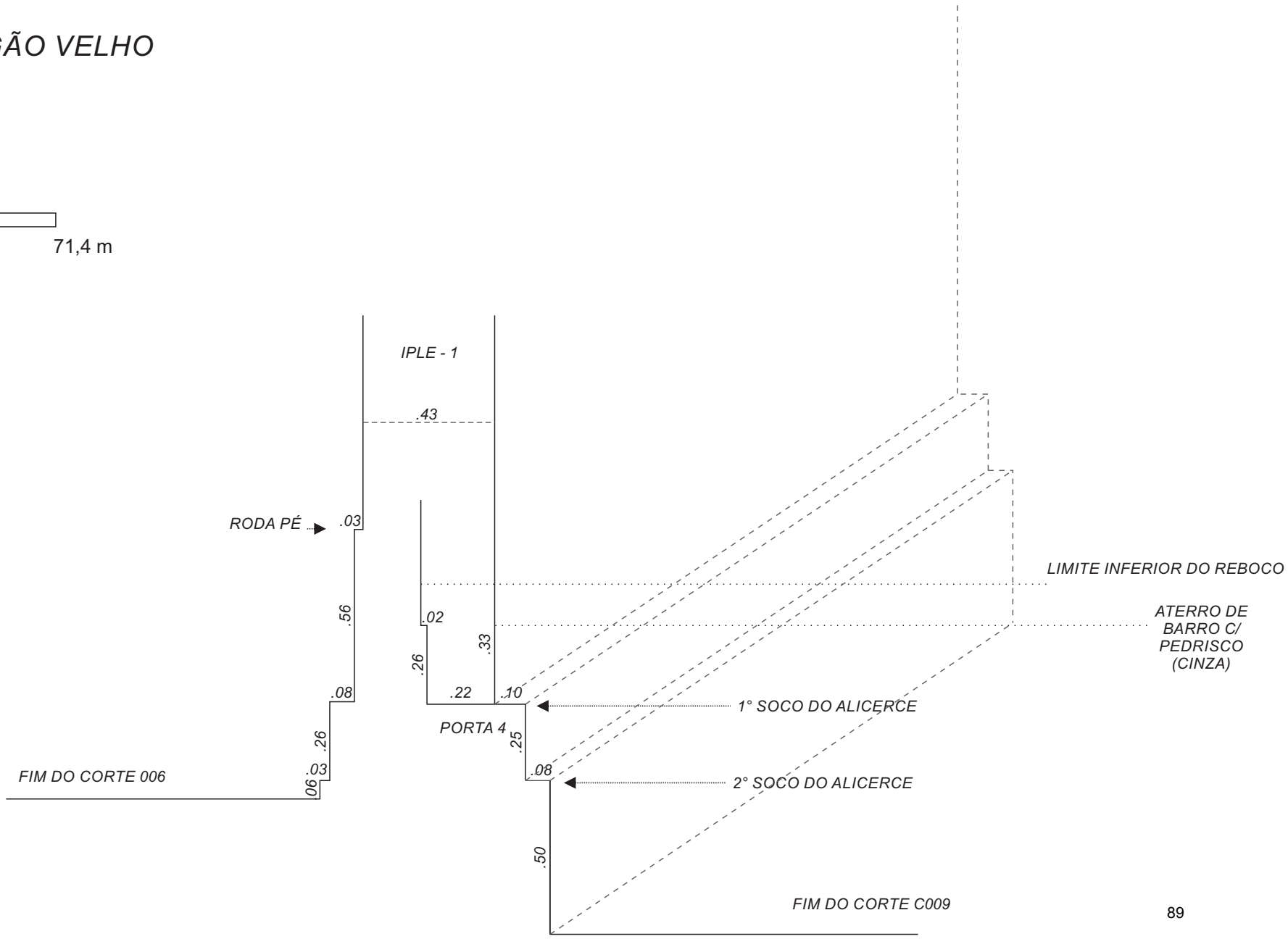


Figura 60 - Colunas e paredes interiores em tijolos rejuntados com argamassa de cal.

Por outro lado, as paredes internas e as colunas de sustentação dos arcos que introduziam ao altar mor e alteres laterais, estas foram construídas em tijolos rejuntados com argamassa de cal.

Outras estruturas foram reveladas pela presença de tijolos especialmente fabricados para atender às formas especiais.

Figura 61 - Tijolo em semicírculo, disperso na superfície do terreno.

São tijolos em semi-círculo utilizados na estruturação de colunas singelas e geminadas (duas e três colunas geminadas)

Figura 62 - Trecho remanescente de uma coluna geminada.

Figura 63 - Vista de perfil de tijolo com a extremidade chanfrada, utilizado na decoração das colunas que suportavam os arcos do altar mor.

As paredes da igreja não foram simplesmente rebocadas e caiadas. Atenção especial foi dispensada à decoração das paredes, como se pode observar através dos fragmentos de reboco tombados sobre o piso, coloridos, desenhados com esmero.

Figura 64 - Fragmentos de reboco pintado que tombaram sobre o piso.

Figura 65 - Observa-se a camada de fragmentos de telhas sob uma camada de argila superficial.

Outro aspecto a ser considerado neste tocante é que a coberta da igreja fora de telhas.

A grande quantidade de fragmentos de telhas que pode ser observado no limite da antiga superfície de ocupação registrou o desabamento da coberta.

Um outro ponto a ser referido diz respeito ao material arqueológico (excetuando-se as estruturas arquitetônicas) identificado no local das ruínas da igreja.

Figura 66 - Vestígios de tijoleira quadrada, que constituía o piso da igreja, provavelmente do século XX.

Na realidade a prospecção praticamente não ultrapassou o limite de uma antiga superfície de ocupação.

Figura 67 - Vista panorâmica da área da igreja, durante a decapagem.

Figura 68 - As setas indicam os locais em que o alicerce foi interrompido para dar lugar a uma cova para sepultamento.

A decapagem horizontal no interior da igreja foi interrompida ao nível de um revestimento de piso encontrado. Apesar de se tratar de um piso provavelmente relacionado a uma ocupação do início do século XX, este limite não foi ultrapassado.

Por outro lado, ao serem identificados os remanescentes das paredes que limitavam a igreja, buscou-se deixar a mostra seu traçado.

Naquela ocasião foi possível perceber-se a presença se diversos sepultamentos (marcas de covas, fragmentos dispersos de ossos) realizados não no interior da igreja, ou em suas laterais, mas sobre a linha de alicerces. Certamente tais sepultamentos foram realizados quando a igreja já entrara em desuso. Ou melhor,

Figura 69 - Observe-se plaquetas brancas que assinalam a presença de sepultamentos, localizados ao nível de uma antiga soleira de porta.

quando já desmoronara e sequer se poderia perceber seu traçado, pois não se buscaria cavar uma sepultura ao longo de uma parede.

Figura 70 - Observe-se a quantidade de fragmentos de telha expostos pela tradagem.

Observou-se ainda que a área foi intensamente utilizada para efetu-arem-se sepultamentos

Do mesmo modo que foram identificadas sepulturas sobre os alicerces, por já não mais estar visível a localização das antigas paredes, outras sepulturas, além das mais antigas, foram abertas na área correspondente ao interior da nave. A suposição se baseia no fato de grande parte do piso localizado não mais se encontrar in situ.

Outro fator convergente foi a identificação de grande quantidade de fragmentos de telhas em uma cota abaixo da superfície de ocupação de então, registrada através dos testes por tradagem que antecederam a escavação por decapagem. Provavelmente, após o desabamento do telhado e a queda das paredes, quando o terreno praticamente se uniformizara, as covas abertas e fechadas alteraram a ordem das camadas levando as telhas depositadas na antiga superfície para pontos de cota mais baixa, o que foi detectado através da tradagem.

A distribuição espacial e cronológica dos sepultamentos será tratada mais adiante assim como o material arqueológico resgatado na área.

Conjuntos funerários localizados na área da igreja da antiga "Nova Mazagão"

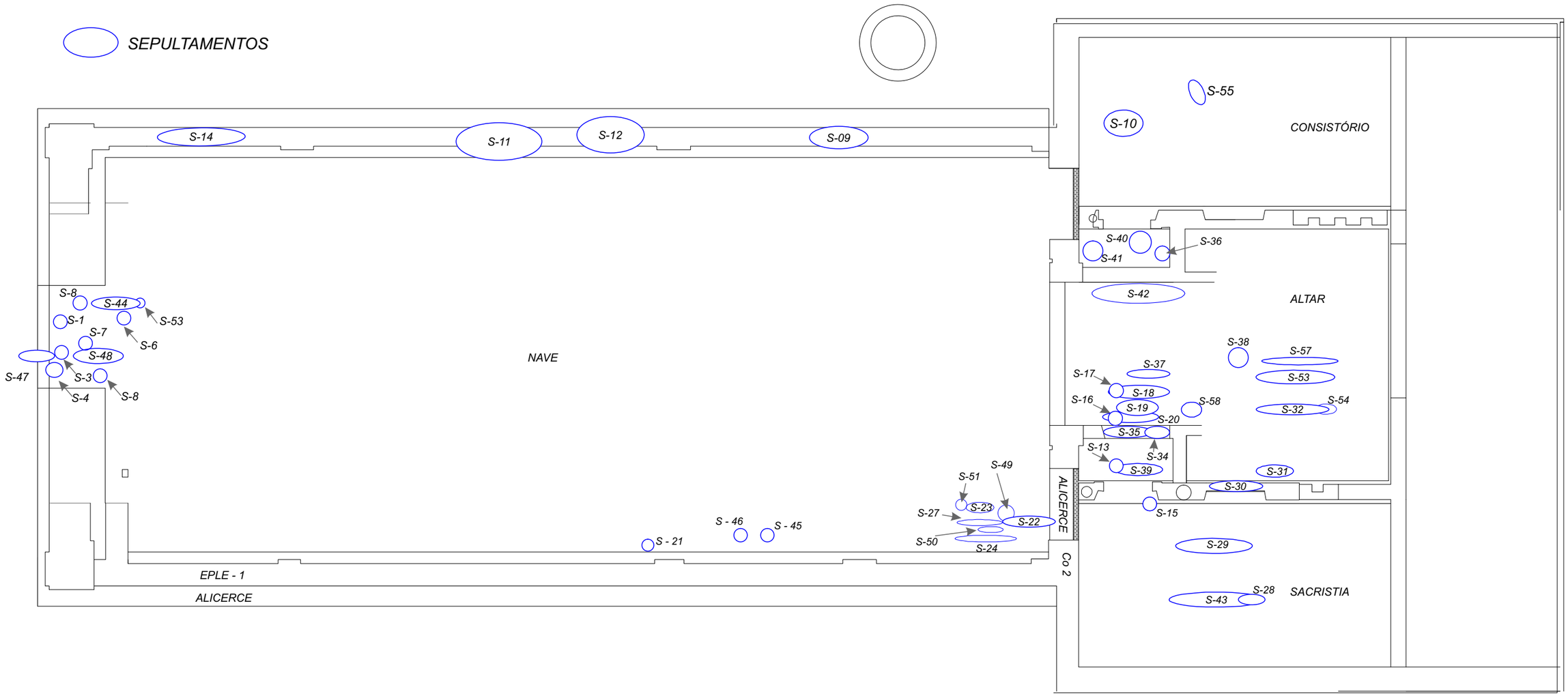
Os trabalhos de prospecção realizados na área e no entorno das ruínas de antiga igreja localizada fora da área ocupada pelo atual povoado de Mazagão Velho, no município de Mazagão-AP possibilitou a localização de remanescentes humanos associados a estruturas funerárias existentes no local. A existência de estruturas funerárias no entorno e no interior de uma unidade religiosa cristã, como é o caso desta igreja, um templo católico setecentista, reflete uma prática normal que perdurou até a criação dos cemitérios públicos em 1850. Naturalmente, aqueles que não viviam ou morriam de acordo com as regras da Igreja não teriam direito ao sepultamento no solo sagrado da Igreja. Convém lembrar que, em meados do século XIX, os sepultamentos primários foram definitivamente suspensos nas igrejas, porém, os sepultamentos secundários continuaram sendo realizados. Atualmente, igrejas, principalmente as mais antigas, ainda mantém um ossuário, em uso.

Considerando que a igreja em estudo teria sido desativada como cemitério no século XIX, quando da instalação do novo cemitério (hoje cemitério velho), era de se esperar encontrar sepultamentos primários e secundários entre suas estruturas, remontando ao período entre a segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX.

Os sepultamentos mais antigos são atribuídos aos primeiros mazaganenses, ou seja, de portugueses que teriam vivido no Norte da África, mais especificamente da colônia portuguesa Mazagão, no Marrocos, que teria sido tomada pelos mouros. Outros, mais recentes, estariam relacionados à população que no século XIX que habitou a localidade. Todavia, observou-se que alguns sepultamentos foram realizados quando aquela igreja já se encontrava arruinada, com suas paredes tombadas. Prova disso são os sepultamentos localizados sobre os alicerces da igreja, como foi o caso dos S-09, S-11, S-12, S-14. Tais sepulturas estariam relacionadas a ascendentes da população que hoje habita o atual Povoado de Mazagão Velho. Na realidade, quando do início dos trabalhos, a memória da população apontava o local como um antigo cemitério. Já não restava a memória do antigo templo. A associação do local com um antigo cemitério possivelmente decorria do encontro fortuito no local, de ossos humanos, quando alguma atividade agrícola atingia as camadas mais baixas. Talvez, por esta razão alguns sepultamentos mais recentes foram ali realizados.

Localização dos Sepultamentos

AP 0002 LA/UFPE - MAZAGÃO VELHO



ESCALA GRÁFICA

0 11,1 22,2 44,4m

ESCALA 1:110

O avanço dos estudos, com a escavação da área, possibilitou a localização de remanescentes humanos de sepultamentos primários e secundários.

Figura 72 - Detalhe do S-27, com restos de um solado de calçado e fivela.

Figura 73 - Parte das pernas do sepultamento primário S-13 evidenciada durante as escavações.

Poucas evidências foram registradas e resgatadas como acompanhamento funerário. Associados aos sepultamentos, registrou-se a presença de uma cruz pátea, uma medalha religiosa, contas azuis, colchetes, botões, alfinete, fivela, restos de calçado, couro e tecido, além de pequenas tachas e pregos presos em resto de madeira, sugerindo a possibilidade de se tratar de resto de caixão.

Os sepultamentos localizados durante as escavações arqueológicas realizadas no local se apresentavam perturbados e mesmo incompletos.

Em alguns casos, apresentando o conjunto ou partes do esqueleto em posição de articulação e, em alguns momentos, ossos e fragmentos de ossos que poderiam ser deste ou de outro sepultamento realizado no mesmo local ou em áreas de intersecção.

O estado de deterioração dos ossos e de esfacelamento, revolvimento e mesmo supressão de parte dos esqueletos, reflete a dinâmica das interferências promovidas na área a partir do momento em que a igreja tombara, e até muito recentemente. Mas as perturbações começaram bem antes, desde quando ainda eram realizados enterramentos na igreja. Evidências da perturbação de um sepultamento pela abertura da cova de outro indivíduo, sepultado quando o anterior já se encontrava decomposto, foram observadas durante os trabalhos de pesquisa arqueológica realizada no local. Todavia as ações mais intensas que resultaram na perturbação das sepulturas se deveu provavelmente às atividades agrícolas que ali tiveram lugar.

A umidade registrada na área também pode ser apontada como um dos fatores que interferiram no estado de conservação dos ossos e sepultamentos identificados no local, contribuindo para a aceleração do processo de decomposição destes remanescentes humanos. Um outro fator a ser apontado é o sistema radicular das árvores que se implantaram desde que a área não mais foi cultivada.

Um outro aspecto a ser considerado é a distribuição espacial das sepulturas. As escavações revelaram a realização de sepultamentos em diferentes áreas no interior da estrutura, tendo-se constatado haver concentrações em algumas delas. O maior número de sepultamentos registrados se concentrou nas áreas dos altares central e laterais. Todavia, é importante registrar que o interior da nave não foi escavado em sua totalidade. Foi nesta área que os cortes-teste realizados apontaram um severo processo de perturbação.

Figura 74 - Evidências da perturbação das camadas e, consequentemente, dos sepultamentos foram registradas durante as escavações. O S-15, por exemplo, apresenta ossos esfacelados

Apesar das perturbações, dos ossos dispersos, fora de seu contexto original, dos sepultamentos incompletos, identificou-se na área, tanto a prática de sepultamento primário quanto secundário, tendo-se distinguido os conjuntos funerários, que foram estudados in loco quanto ao contexto arqueológico e removidos para estudos complementares posteriores, em laboratório. No que se refere à prática de sepultamentos primários, registrou-se casos em que os corpos foram depositados com os pés voltados para o altar. Esta orientação foi registrada, por exemplo, nos sepultamentos S-18, S-19 e S-20.

Figura 75 - Os sepultamentos S-18, S-19 e S-20 foram realizados muito próximos uns dos outros, no mesmo nível, abaixo da parte superior dos alicerces. Os S-16 e S-17 foram localizados pouco acima.

Figura 76 - Conjuntos funerários, onde se observa a diferença de posicionamento em relação ao altar. Observa-se ainda que a área recebeu diversos sepultamentos, em momentos diferentes, e que alguns deles removeram parcialmente os anteriores.

Retomando a questão do mobiliário funerário resgatado observou-se que um dos sepultamentos mais antigos portava, como parte de sua indumentária funerária, uma cruz pátea[39], já mencionada. É interessante observar que nem todos os sepultamentos apresentaram acompanhamento funerário. Além da cruz, foram registradas contas azuis, que, apesar da cor, considerou-se tratar de reminiscência de um terço e uma medalha apresentando a cruz mariana e os instrumentos da Paixão de Cristo.

Figura 77- Detalhe do S-27, onde se pode observar uma grande quantidade de colchetes e botões, vestígios de sua vestimenta.

Todos os outros artigos associados aos sepultamentos eram evidências de peças do vestuário e foram, de modo geral, mantidos juntamente com os remanescentes esqueletais, quando de sua remoção.

Figura 78 - Em destaque o S-27, sepultado com a cabeça voltada para o altar.

Convém ressaltar ainda que o S-27 foi sepultado com a cabeça voltada para o altar. Uma posição que

[39] Formato de cruz, na cor vermelha, inicialmente utilizada pela Ordem do Templo (Templários).

poderia representar o rebatimento de uma pessoa de costas para o altar, voltada para o público, correspondente a de um padre durante o sermão.

Esta posição de sepultamento, com a cabeça voltada para o altar tem sido atribuída aos sepultamentos de religiosos, em contrapartida aos leigos, que seriam sepultados com a cabeça voltada para a porta, como se adentrasse à igreja.

Convém mencionar ainda que peças relacionadas aos sepultamentos encontrados sobre as estruturas da igreja, e como tal considerados mais recentes, estavam associados a peças de vestuário, como é o caso de botões produzidos no século XX, o que constitui mais uma evidência do contexto cronológico destes sepultamentos.

Após o estudo do contexto arqueológico realizado no local, os sepultamentos foram removidos, acondicionados em urnas individuais e transferidos para um memorial construído especialmente para acomodá-los.

Figura 79 - Cada sepultamento, devidamente catalogado, foi acondicionado em uma urna de vidro.

Figura 80 - Mausoléu construído pelo Governo do Estado, para receber os restos mortais dos antigos mazaganenses.

Figura 81 a e b - Cerimônia na qual foi realizado o translado dos sepultamentos da área de escavação para um memorial especialmente construído para abrigá-los. Na imagem à esquerda (a), pode-se observar as urnas com os sepultamentos aguardando o momento de serem conduzidos ao Memorial. À direita (b), os sepultamentos seguem em cortejo e são acomodados no interior do mausoléu.

As urnas contendo os conjuntos funerários permaneceram em Mazagão Velho, mediante a recomendação de serem mantidos em condições controladas de umidade e temperatura.

Figura 82 - Aspecto do interior do mausoléu, já com as urnas.

As análises complementares, buscando a identificação de gênero, etnia, patologia, trauma foram programadas para a próxima campanha a ser realizada no local.

O translado dos sepultamentos para o memorial, como resultado das ações de educação patrimonial, foi acompanhado por uma cerimônia que envolveu toda a comunidade e autoridades, locais e internacionais, como foi o caso de representantes da embaixada de Portugal e do Marrocos além do Governador do Estado.

Análise do Material Arqueológico Resgatado na Antiga Nova Mazagão-AP

O material arqueológico móvel resgatado durante a escavação realizada na área e entorno das ruínas da antiga igreja é constituído por peças e fragmentos de peças relacionadas, principalmente, a estruturas construtiva e funerária. Também foram registrados no local, peças de vestuário, moedas, e fragmentos de peças em cerâmica, faiança, faiança fina e vidro, identificadas, na grande maioria dos casos, como fragmentos de peças relacionadas à alimentação.

A análise desse material seguiu a metodologia adotada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE para o estudo de sítios arqueológicos, que inclui, ainda em campo, uma avaliação prévia do material resgatado, objetivando a identificação de indicadores funcionais e cronológicos, prática que, associada a uma avaliação geoarqueológica, possibilita uma maior segurança na interpretação da área sob estudo.

Submetido, ainda em campo, a um processo preliminar de identificação, o material arqueológico resgatado foi classificado em macro categorias viabilizando a retroalimentação gabinete/campo/laboratório. O trabalho preliminar de identificação e classificação do material arqueológico foi realizado a partir da consulta à base de dados de referência criada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, que são mantidos em constante atualização. Esta base inclui bancos de dados que abrangem informações textuais quanto à origem, cronologia, dispersão, de elementos materiais da cultura, em especial aqueles recorrentes em sítios arqueológicos brasileiros. Inclui ainda imagens de peças arqueológicas pré-históricas, do período histórico e mesmo etnográficas.

Ao término de cada etapa dos trabalhos de campo, o material, devidamente identificado quanto a sua distribuição espacial, tridimensional, no sítio, foi encaminhado para o Laboratório Base, para ser submetido à sequência de procedimentos de análise padrão do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Buscou-se, através da análise do material inserido em seu contexto arqueológico, a identificação e compreensão das atividades realizadas no espaço estudado, no cotidiano de seus ocupantes; na vida que transcorria no local. No caso dos fragmentos que não forneciam elementos seguros para a identificação de seu uso e função, utilizou-se outros critérios analíticos para sua classificação (por matéria prima).

Durante a análise, todas as ocorrências constatadas, quer fossem técnicas, funcionais, morfológicas, estilísticas ou mesmo provocadas por intemperismo pós-deposicional foram registradas e documentadas em planilhas específicas. Um representante de cada ocorrência registrada foi selecionado para integrar a "Coleção de Referência" que representa, qualitativamente, o sítio[40]. Ao final do trabalho, procedeu-se a digitalização e/ou fotografia de todo o material que constitui a Coleção de Referência do Sítio. Estas imagens constituem o inventário do sítio, juntamente com seus respectivos dados.

Concluídas o processo analítico e sua documentação, todo o material arqueológico do sítio foi acondicionado por número de registro e categoria de matéria prima.

É interessante observar que, alguns exemplares da "Coleção de Referência", ao final do trabalho, vieram a contribuir para a ampliação dos bancos de referência do Laboratório de Arqueologia da UFPE, que abrange a totalidade dos sítios estudados pela instituição.

Atualmente, o material arqueológico resgatado durante as escavações arqueológicas realizadas na área se encontra acomodado em um monobloco, ensacado e devidamente numerado e etiquetado, por registro e categoria de matéria prima. O material foi acondicionado no Monobloco A269, localizado, próximo à porta de entrada da sala de análise do Laboratório de Arqueologia, no 11º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em regime provisório, uma vez que o material deverá ser transferido de volta para o Amapá. Deste modo se aguarda definição do IPHAN, quanto à transferência de guarda do material para que ele seja mantido no local de origem.

Convém esclarecer, nesta oportunidade, que a preocupação em se separar o material por matéria prima foi mantida, tendo em vista os cuidados com as diferentes condições de conservação; no caso o material foi acondicionado em embalagens plásticas distintas, porém foram acomodados no mesmo monobloco.

[40] O Inventário da "Coleção de Referência" segue como apêndice no final deste Relatório Final da pesquisa.

Material arqueológico móvel resgatado

Conforme foi mencionado anteriormente, buscou-se analisar o material arqueológico resgatado prioritariamente mediante critérios funcionais. Considerando, entretanto, o estado de fragmentação em que parte do material se encontra, não se dispõe, muitas vezes, de elementos seguros para a identificação de sua morfologia e, consequentemente, de seu uso e função. Tal fragmentação, na maioria dos casos, dificulta a identificação da origem e cronologia das peças representadas pelos fragmentos resgatados.

O material arqueológico resgatado na área foi inicialmente organizado nas seguintes categorias de material relacionado a: ***Construção***; ***Fixação e Articulação, Instrumento de Trabalho; Moeda; Material Religioso; Alimentação;*** e ***Peças de vestuário.***

No caso do material que não oferecia indicadores quanto à sua funcionalidade, optou-se por agrupá-lo conforme sua composição, ou seja, sua matéria prima. Assim sendo, algumas peças e fragmentos de peças foram registrados como ***Cerâmica Utilitária***, ***Faiança***, ***Faiança Fina***, e ***Vidro***, na categoria de ***Material não Identificado***. Todas as categorias foram subdivididas, tendo-se utilizado critérios tecnológicos, morfológicos, cronológicos e de procedência.

Figura 83 – Conjunto de tijolos fruto do desabamento do frontão da igreja.

O material relacionado à construção inclui o material construtivo propriamente dito, representado por exemplares e fragmentos de pedra, tijolo e argamassa, de peças de cobertura/telhado, de piso e de peças de revestimento. Todo este material foi identificado como fruto do desmoronamento da estrutura da igreja de Mazagão.

No caso dos exemplares de pedra, tijolo batido e argamassa de cal, e seus fragmentos o registro foi realizado em campo, e, exceto um fragmento de tijolo batido, todo o material permaneceu in loco. Pedras irregulares quanto à dimensão, algumas com até 20 cm de envergadura, foram identificadas como parte do desmoronamento das paredes da igreja. Durante o trabalho de campo observou-se nas paredes de pedra que restaram em pé, uma nítida diferença no tamanho das pedras em alguns setores da construção. Observou-se ainda que as paredes foram construídas parte com argamassa de cal e parte tendo as pedras rejuntadas com barro. Tais diferenças parecem refletir momentos distintos da construção, quando havia carência de material, mas se buscava continuar a obra. O reboco das paredes com argamassa de cal, daria uniformidade ao conjunto.

O uso de tijolos, como se pode observar concentrou-se em estruturas internas (colunas e mesmo paredes dos altares laterais). Todavia a empena do frontão também foi construída em tijolos, como se pode observar em campo, na área de desabamento.

Foram registrados além de tijolos batidos retangulares, exemplares apresentando acabamentos para colunas, como foi o caso de tijolos em semicírculo utilizados na estruturação de colunas singelas e geminadas (duas e três colunas geminadas) e tijolo com a extremidade chanfrada, do tipo utilizado na decoração das colunas que suportavam os arcos do altar mor.

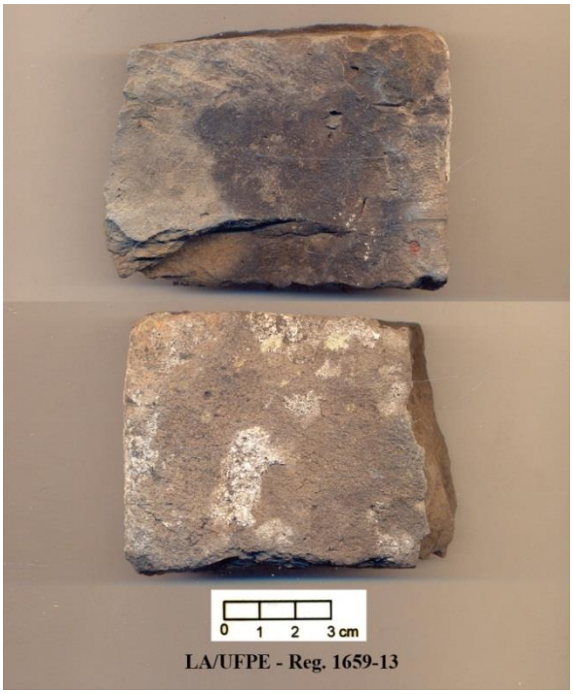


Figura 84 – Exemplar de fragmento de tijolo batido com vestígio de argamassa de cal.

As lajotas retangulares foram associadas ao piso de tijoleira que ainda se apresenta em alguns trechos do interior da estrutura. Uma avaliação em campo levantou a possibilidade deste piso ter sido do início do século XX.

Sobre o piso, registrou-se a presença de fragmentos de reboco, muitos deles, coloridos, desenhados com esmero, além de detalhes em relevo, de acabamento em “massa”, revelando o cuidado dispensado na decoração das paredes.

Figura 85 - Exemplo de acabamento de parede apresentando pintura.

Figura 86 - Exemplo de acabamento arquitetônico em relvo.

Além de fragmentos de reboco com evidências de pintura e relevo, o acabamento aplicado às paredes do antigo templo incluiu também o revestimento com azulejo, tendo-se registrado dois padrões distintos, ambos do século XIX.

Na primeira campanha arqueológica realizada no local, poucos fragmentos de azulejo foram localizados, não possibilitando a reconstituição física das peças. Na ocasião, a partir da avaliação dos poucos fragmentos resgatados, realizou-se uma reconstituição virtual do padrão dos azulejos e dos painéis que teriam constituído.

A reconstituição física das peças só foi possível a partir das escavações realizadas durante a segunda campanha arqueológica, quando um número maior de fragmentos foi resgatado.

Os primeiros exemplares desta categoria de material foram resgatados na camada superficial, na área das ruínas. Esta camada evidenciava perturbações sucessivas, apresentando um material diversificado, fruto de revolvimento em área de sepultamento e desabamento do telhado e paredes da antiga igreja.

O fato de se ter registrado a presença de tão poucos fragmentos de azulejo durante a primeira campanha arqueológica realizada no local e um quantitativo um pouco maior na segunda, conduziu ao levantamento de algumas considerações.

Inicialmente considerava-se a possibilidade de uma incidência maior de azulejos presentes no local, sobretudo por se tratar de peças representantes de dois padrões distintos. Ambos apresentam padrão fitomorfo, tendo a decoração sido aplicada mediante a utilização do molde vazado.

O padrão decorativo que apresentou maior incidência no conjunto se caracteriza por ser policromático, contendo as cores amarela, verde, branca e azul.

Figura 87 - Representantes do material de revestimento apresentando decoração fitomorfa, nas cores verde, amarelo, branco e azul, a partir da utilização de molde vazado. Conjunto de fragmentos, à esquerda e peça reconstituída fisicamente, à direita.

Figura 88 - Reconstituição virtual de azulejo.

Figura 89 - Reconstituição virtual de azulejo; acima; montagem de quatro azulejos.

Figura 90 - Reconstituição virtual de azulejo que, repetido formou o padrão que deveria ter existido no interior da antiga igreja.

O outro padrão identificado nos fragmentos de azulejo resgatados no local apresenta decoração monocromática azul sobre fundo branco.

Figura 91 a e b - Azulejo com decoração fitomorfa, nas cores, azul e branco, a partir da utilização de molde vazado. Conjunto de fragmentos, à esquerda e peça reconstituída fisicamente, à direita.

Figura 92 - Reconstituição virtual de azulejo resgatado.

Figura 93 - Reconstituição virtual de azulejo resgatado; e montagem de quatro azulejos para constituir o padrão.

Figura 94 - Reconstituição do padrão que deveria ter existido no interior da antiga igreja.

A diferença de padrão dos azulejos resgatados no local sugeriu a possibilidade de terem composto painéis de ambientes distintos, no interior do antigo templo, muito embora ambos tenham sido resgatados no mesmo espaço e camada, no interior da igreja.

No que se refere à pequena incidência de cada conjunto no local, é possível que, se tivesse existido um lavabo ou qualquer outro elemento revestido de azulejos, as peças teriam sido retiradas, removidas e levadas para reutilização em outra estrutura, prática

registrada na área, no que se refere a outros representantes da categoria de material de construção.

As peças de cobertura/telhado foram registradas no limite da antiga superfície de ocupação e ficaram no local. Consistiu em grande quantidade de fragmentos de telha do tipo canal, sugerindo se tratar do desabamento do telhado.

Uma outra categoria de material que se apresentou proporcionalmente expressiva do ponto de vista quantitativo, sobre a antiga superfície de ocupação no local, consiste em exemplares do material de fixação, mais especificamente, pregos de secção quadrada. É importante ressaltar, nesta oportunidade, que esta categoria de material inclui peças que podem integrar diferentes subsistemas. No caso específico da maioria dos pregos que integram o conjunto resgatado na área da igreja da antiga Nova Mazagão, considerando o contexto arqueológico no qual foi localizado, é possível que estivessem associados ao madeiramento do telhado ou mesmo à ornamentação da igreja, pois foram registrados pregos de tamanhos diferentes e muitos rebatidos, revelando também a diferença na espessura da madeira que prendiam. Em outro detalhe observado, no que se refere a esta categoria de material, consiste no fato de que alguns pregos que apresentam evidência de que haviam sido rebatidos se apresentam partidos, sugerindo terem sido arrancados, fato que os teria deformado ou partido. Por outro lado, alguns pregos rebatidos se apresentam “intactos”, o que indica que a madeira que prendiam teria apodrecido ou queimado, liberando os pregos sem que sofressem danos.

Figura 95 a e b - Material de fixação: pregos em ferro oxidado, apresentando diferença de dimensão. Alguns exemplares apresentam a ponta curva, rebatida, indicando a espessura da madeira utilizada.

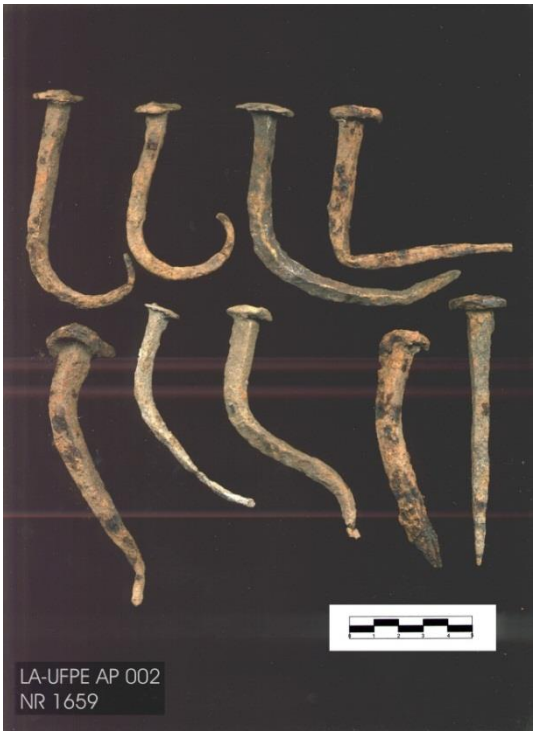


Figura 96 a e b - Material de fixação: pregos de ferro oxidado. Alguns exemplares apresentam evidência de que foram rebatidos, sendo possível mensurar a espessura da madeira que prendeu.

Também foram registrados e resgatados pregos pequenos, já mais recentes, possivelmente do século XX, em ferro oxidado preso em madeira. Outros pregos ainda menores, em latão, presos em resto de couro e tachas pequenas também em latão, igualmente fixadas em madeira. Este último conjunto de peças de fixação, os pregos e tachas fixados em madeira ou couro, deveriam estar relacionados ao material funerário. Os pequenos pregos em latão, apesar de terem sido mencionados neste momento, serão incluídos na categoria de vestuário (associado a “alma de sapato”).

Assim como as peças que integram a categoria de material de fixação, as que integram a categoria de articulação são também peças componentes que podem estar associadas a qualquer dos subsistemas básicos, dificultando sua classificação. Na coleção deste sítio, registrou-se um exemplar: uma pequena dobradiça.

Figura 97 - Material de articulação: pequena dobradiça em ferro oxidado.

Uma única peça foi identificada como representante da categoria Instrumento de trabalho. Trata-se da lâmina de um machado. A peça se encontra oxidada e sem cabo. Peças como estas perduraram ao longo do tempo, chegando aos dias atuais, dificultando a identificação de sua cronologia de produção e, principalmente, de uso. Origem de produção não identificada, cronologia entre os séculos XVIII e XX.

Figura 98 - Instrumento de trabalho: lâmina de machado em ferro oxidado.

Algumas peças de vestuário foram resgatadas. Na maioria dos casos são botões e estavam associados aos sepultamentos realizados na igreja. Botão é um artigo que dificilmente se descarta isoladamente. Seu descarte, frequentemente está associado a uma indumentária na qual estaria costurado. Seu contexto arqueológico original quando não está associado a um sepultamento, é resultado de perda.

Os botões resgatados na área escavada foram identificados como peças mais recentes, do século XIX e principalmente XX, e estavam associados aos sepultamentos. São botões identificados como de 'roupa branca', e alguns botões de fardamento. Os mais antigos são os em osso, com cinco furos.

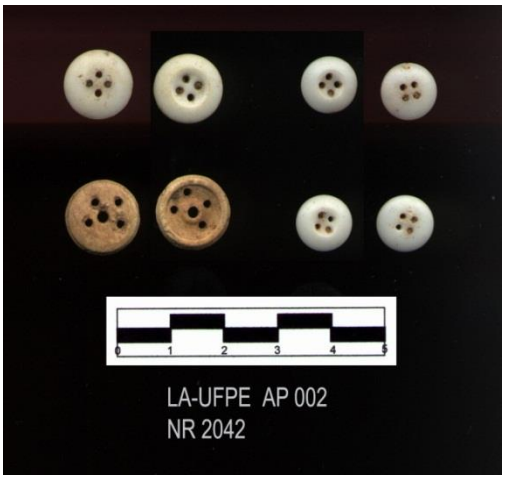


Figura 99 - Botões em osso e em plástico.

Foram também registrados botões metálicos lisos, possivelmente do século XIX, capa de botão em metal apresentando vestígio de decoração em relevo e possível banho dourado, botão metálico plano com aro para fixação, botões metálicos com insígnia da artilharia em relevo e banho dourado, do século XIX, e botões em plástico branco, com quatro furos, que seriam os mais recentes.

No conjunto que inclui os botões de fardamento que apresentam a granada flamejante, foram registrados dois tamanhos.

Figura 100 - Artigos de vestuário em metal.

No que se refere aos botões que apresentam a insígnia da artilharia, uma granada flamejante, o consultor do Laboratório de Arqueologia Professor Adler Homero F. de Castro, com base na descrição da peça, considera que “O botão descrito é certamente republicano, usado no uniforme de gala (o do uniforme diário era preto, feito de massa)”.

Figura 101 a e b - Botões com insígnia da artilharia, ou seja, uma granada flamejante, em metal com banho dourado. Estes botões foram resgatados em dois tamanhos distintos. Período republicano.

A identificação cronológica dos botões registrados na área, possibilitou a constatação de que a área, mesmo após o abandono e arruinamento da igreja, teria servido, eventualmente, de cemitério à população.

Os botões encontrados fora do contexto primário dos sepultamentos bem podem ter sido remobilizados durante práticas de sepultamentos secundários, ou mesmo decorrente de abertura de novas covas quando muitas vezes algumas peças (e até mesmo ossos) são perdidos e alterados de suas camadas originais.

Figura 102 - Fragmentos de sola de calçado.

Fragmentos de couro com pequenos pregos em latão, representam peças de vestuário. São restos de calçados com os quais os mortos foram sepultados.

De modo geral, vestígios como estes foram colocados nas urnas com os sepultamentos após documentação.

Uma medalha religiosa e uma cruz que poderá ser um adereço de devoção como a medalha ou uma peça honorífica, foram também resgatadas no contexto funerário. Possivelmente, ambas as peças são religiosas.

Figura 103 - Medalha religiosa contendo uma cruz com o lençol formando um "M".

Figura 104 - Cruz Pátea, em ferro oxidado. Este formato de cruz foi inicialmente utilizado pela Ordem do Templo (Templários).

A medalha contém em uma face, um símbolo mariano, no caso, um lençol pendurado na cruz, formando um “M”, associado a instrumentos da Paixão de Cristo.

No caso da Cruz Pátea, muitas vezes confundida com a Cruz de Malta, trata-se de um símbolo inicialmente utilizado pela Ordem do Templo, ou seja, pela Ordem dos Templários. O fato de estar bastante oxidada, não possibilitou a visualização de sua superfície, que, no caso do símbolo Templário seria vermelha.

Na área, registrou-se também a presença de exemplar de material bélico, mais especificamente de um estojo de munição de arma de fogo de retro carga, alma lisa, fogo central, calibre 24. Produção brasileira, do século XX.

Figura 105 - Material bélico, arma de fogo: estojo de munição.

Três moedas coloniais em cobre, cunhadas em Lisboa, no século XVIII para o Brasil, foram resgatadas também no local. Uma delas recebeu um carimbo de escudete, alterando seu valor.

Figura 106 - Moeda colonial, em cobre, no valor de V rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1768.

Figura 107 - Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1778.

Figura 108 - Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1796. Recebeu carimbo de escudete, que duplicou seu valor.

Figura 109 - Moeda brasileira, no valor de CR$0,10, cunhada em 1977.

Foi ainda resgatada uma moeda brasileira do século XX.

Esta é uma categoria de material que normalmente é encontrada em contexto de perda. Eventualmente pode acontecer o descarte de uma moeda, quando ela já perdeu o valor, enquanto material circulante, quer seja por estar desvalorizada ou por ter havido mudança monetária.

Material relacionado ao subsistema alimentar também foi resgatado na área, embora se apresente vestigial. São poucos fragmentos, pequenos, na maioria dos casos, e representam poucos recipientes, em cerâmica, faiança, faiança fina e vidro. Foram identificados fragmentos de pote, de prato, de garrafa.

Além de fragmentado, o material, no caso da cerâmica também se apresenta erodido.

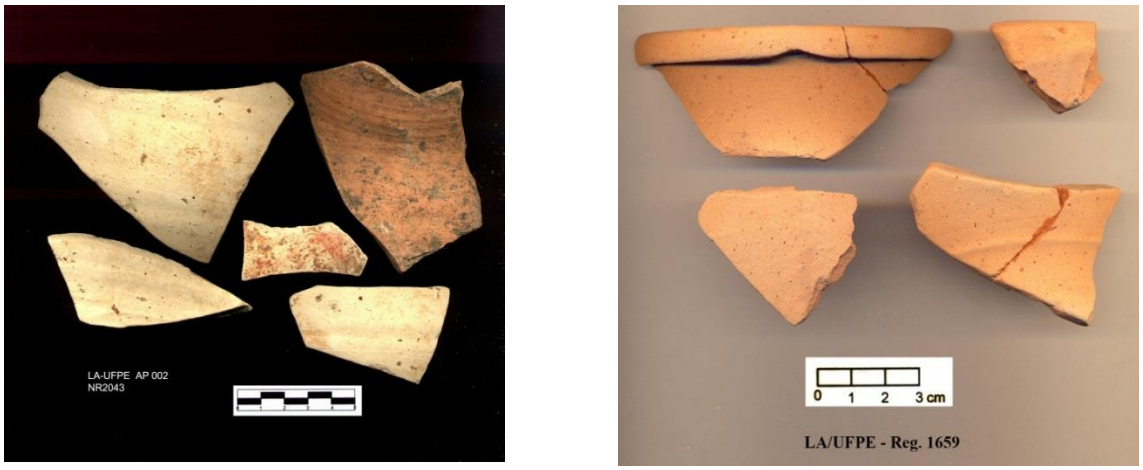


Figura 110 a e b - Conjunto de fragmentos de borda e bojo, de recipientes distintos, integrantes do subsistema alimentar.

Alguns fragmentos de cerâmica evidenciam um desgaste hídrico, superficial. Em cerâmica foram identificados, pelo menos três recipientes distintos.

Fragmentos de recipientes em faiança branca não decorada e apresentando decoração em azul, foram registradas como peças relacionadas ao serviço de mesa foram registrados e resgatados na área, em camada perturbada do desmoronamento da antiga igreja. São fragmentos de peças de origem portuguesa, compatível com os séculos XVII e XVIII.

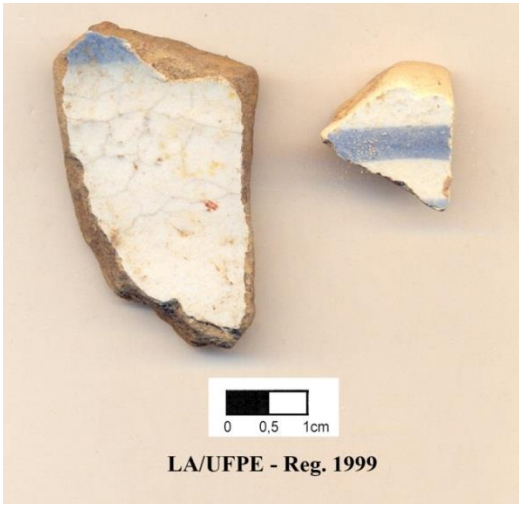


Figura 111 - Fragmentos de peças em faiança portuguesa, compatível com os séculos XVII e XVIII.

Outras peças em faiança fina branca decoradas integram o conjunto de recipientes relacionados à alimentação, mas especificamente ao serviço de mesa. Ambos são fragmentos de aba de peças produzidas no século XIX.

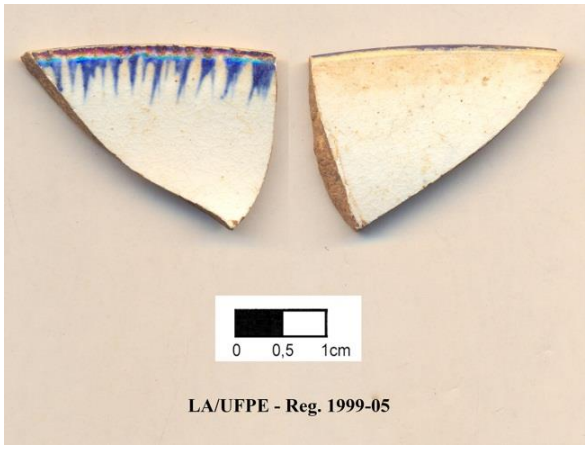


Figura 112 - Fragmento de aba de prato apresentando a decoração conhecida como Shell Edged na cor azul. Produção Britânica do século XIX.

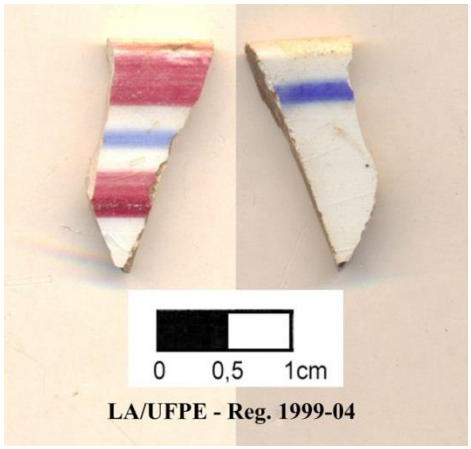


Figura 113 - Fragmento de aba de peça apresentando decoração caracterizada pela presença de friso e faixas. Século XIX.

A categoria de material relacionado ao acondicionamento, transporte e serviço de alimentos líquidos, ou seja, de bebidas, está representada no conjunto de material arqueológico que compõe o acervo deste sítio, por fragmentos de garrafas em vidro.

Observou-se, dentre os fragmentos de gargalos e bocas de garrafas em vidro desta coleção, diferenças que refletem não apenas a presença de peças distintas, mas também de peças apresentando diferenças no processo de manufatura, no tocante ao acabamento da boca. As peças apresentam diferenças na tipologia das bocas das garrafas resgatadas no local.

O caráter artesanal do processo de manufatura das garrafas registradas na área em estudo se evidencia no acabamento da boca dessas garrafas.

Figura 114 - Gargalo evidenciando o processo artesanal do acabamento da boca cortada com fita aplicada abaixo do lábio.

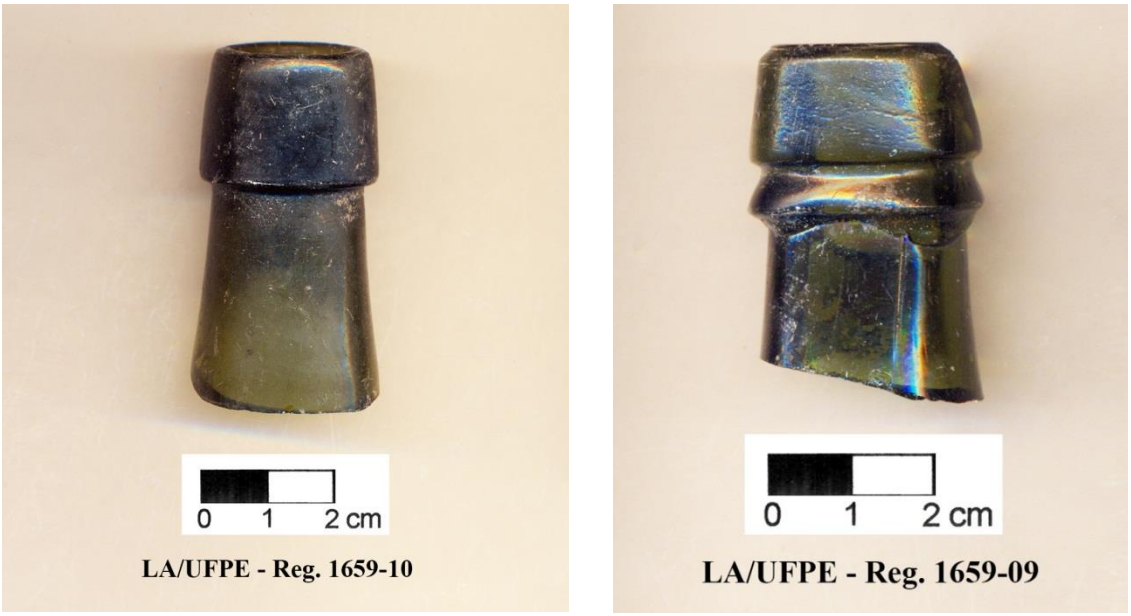


Figura 115 a e b - Fragmento de gargalo de garrafa evidenciando a implantação artesanal da boca no final.

Foram reunidos na categoria de material não identificado algumas peças e fragmentos de peças que não apresentaram indicadores seguros que possibilitasse sua vinculação a um dos subsistemas básicos ou a uma categoria funcional mais definida.

Nesta categoria estão peças e fragmentos de peças em diferentes matérias primas, tendo-se incluído também alguns pregos pequenos e tachas, que poderiam estar associadas à estrutura funerária.

De modo geral, o material associado aos sepultamentos não foi desvinculado de seu conjunto, exceto nos casos em que já estivesse dissociado de seu contexto original, por perturbações anteriores. O conjunto de pequenos pregos em ferro oxidado e impregnados em madeira que foram analisados, foi resgatado em camada de sepultamento, porém perturbada. O fato de estar na camada já perturbada, dificultou sua classificação.

Figura 116 - Conjunto de pequenos pregos que integravam um contexto funerário.

Além dos pequenos pregos, pequenas tachas em latão oxidado também foram resgatadas no mesmo contexto funerário perturbado e estavam igualmente fixos em madeira. Possivelmente os pregos e as tachas se encontravam presos na mesma peça de madeira.

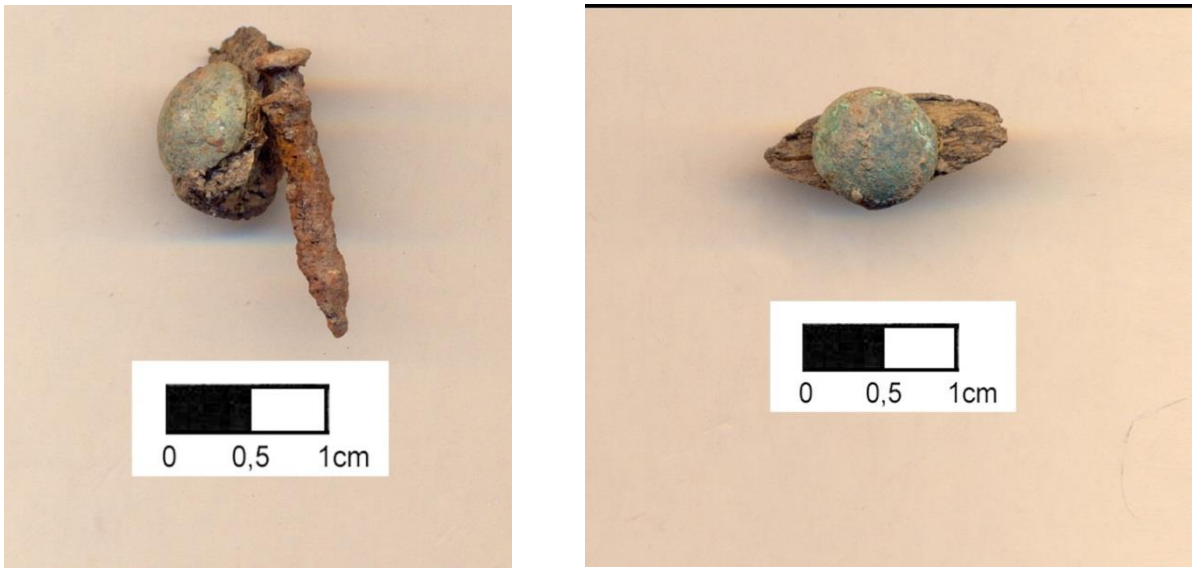


Figura 117 a e b - Tachas em latão presas em madeira. A peça da esquerda também inclui um prego.

Ainda nesta categoria de material não identificado estão alguns fragmentos de peças em faiança banca não identificadas quanto a sua morfologia funcional.

Grande parte das peças em faiança está associada à categoria de material relacionado ao subsistema alimentar, mais especificamente ao serviço de mesa. Todavia muitas peças de decoração, de lavabo, como jarros, jarras, bacias, foram também produzidos em faiança. Categorias estas mais compatíveis com o uso em uma igreja. Estes fragmentos, contudo, não apresentavam elementos indicadores que possibilitassem uma identificação segura quanto a sua vinculação a um dos subsistemas básicos.

Entre estes fragmentos de faiança alguns não apresentavam evidência de decoração. No que se refere à origem e cronologia de produção das peças representadas pelos fragmentos resgatados, pode-se identificar, a presença de peças de origem portuguesa. Quanto à expectativa cronológica, pode-se afirmar haver representantes de peças compatíveis com os séculos XVIII.

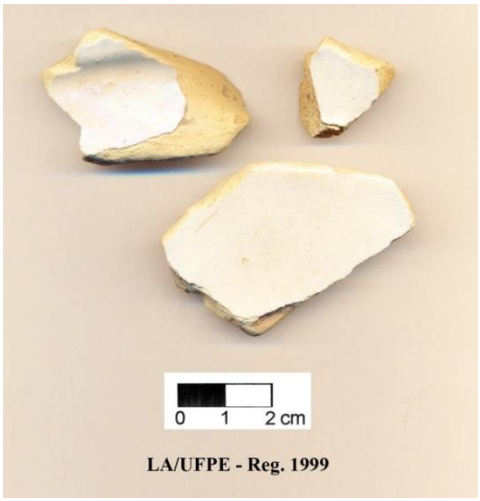


Figura 118 - Fragmentos de recipiente em faiança branca não decorada de origem portuguesa.

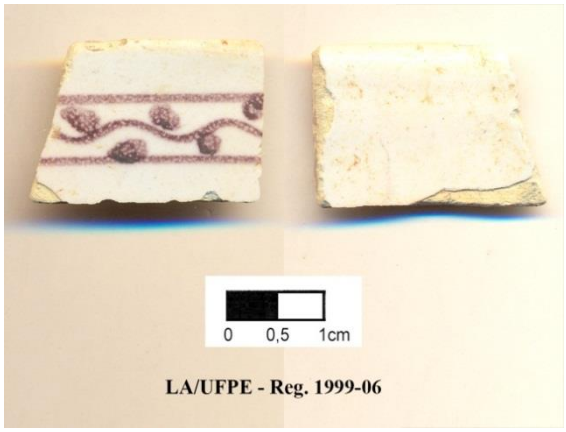


Figura 119 - Fragmento de peça de origem portuguesa, produzida entre 1751 e 1825.

Figura 120 - Fragmento de peça em faiança branca apresentando decoração marmorizada em verde.

Na categoria de material não identificado, foram também incluídos fragmentos de peças em vidro. Alguns dos fragmentos incluídos neste conjunto não foram identificados quando a sua morfologia funcional, outros, no entanto, como é o caso da peça que pode ser observada ao lado, não foi identificada funcionalmente, porém sua morfologia funcional, ou seja, sua identificação como garrafa, é inquestionável.

Figura 121 - Boca de garrafa artesanal, em vidro.

PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A área das ruínas foi cercada e instalada uma passarela de madeira, garantindo assim a visitação e evitando danos às estruturas.

Figura 122 - Passarela sobre as estruturas encontradas nas escavações arqueológicas

Mas durante as prospecções e a escavação a população sempre se manteve acompanhando cada passo da pesquisa

Figura 123 - As placas apostas no local, informavam acerca da pesquisa realizada, e convidava a todos a acompanhar.

Figura 124 - Técnicos atendendo o público que visitou as escavações.

Figura 125 - Pessoas de todas as idades acorriam ao local, acompanhando de perto a escavação.

Figura 126 - Após as aulas, crianças acorriam ao local, acompanhando cada descoberta.

Figura 127 - Estudantes e imprensa foram também recebidos pela equipe, que buscou transmitir os objetivos buscados, bem como os resultados alcançados.

HOMENAGEM AOS ANTIGOS MAZAGANENSES

Relatório Imagético comentado

Figura 128 - Urnas projetadas pelo arquiteto Alcir Matos, onde foram encerrados cada um dos sepultamentos resgatados.

Figura 129 - Placa alusiva, na área das escavações arqueológicas.

Figura 130 - Porto de Mazagão Velho, onde as autoridades foram recebidas.

Figura 131 - Chegada das autoridades para a cerimônia. Rememorando a chegada dos antigos mazaganenses, o Governador do Estado, o Embaixador de Portugal e o representante da Embaixada do Marrocos fizeram o percurso de barco a remo, ao som dos tambores.

Figura 132 - Recepção às autoridades, quando do desembarque

Figura 133 - Autoridades recebidas pelo Prefeito de Mazagão.

Figura 134 - Autoridades cumprimentando a equipe de do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 135 - Urnas cobertas com as bandeiras do Brasil. de Portugal e do Marrocos, durante a cerimônia religiosa de 'encomendação'.

Figura 136 - Ofício religioso assistido pelo povo e autoridades.

Figura 137 - Cerimonia de 'encomendação'.

Figura 138 - Urnas funerárias sendo conduzidas por integrantes da Polícia Militar do Amapá.

Figura 139 - Aspectos do cortejo com maciça participação da comunidade.

Figura 140 - Cerimônia na área da antiga Praça Maior da Vila, próximo às ruínas da igreja e do novo cemitério do povoado.

Figura 141 - Palanque montado para a cerimônia em homenagem aos primeiros mazaganenses.

Figura 142 - Em frente ao cemitério foram hasteadas as bandeiras do Brasil, de Portugal, do Marrocos e do Amapá.

Figura 143 - Representantes do 34º BIS prestaram as honras militares aos antigos guerreiros de Mazagão.

Figura 144 - Os "cavaleiros de São Tiago" prestam sua última homenagem aos antigos guerreiros de Mazagão.

Figura 145 - Sob as tendas, perfilados, representantes da Polícia Militar do Amapá, montam a guarda de honra aos antigos mazaganenses.

Figura 146 - Homenagem do 34º BIS.

Figura 147 - Homenagem do 34º BIS.

Figura 148 - Disposição das urnas durante a cerimônia.

Figura 149 - Vista panorâmica da homenagem prestada pela população de Mazagão Velho.

Figura 150 - Religiosos católicos procedendo ao ritual para a deposição dos corpos.

Figura 151 - Salva de tiros, homenagem prestada aos antigos mazaganenses, pelo 34º BIS.

Figura 152 - Cerimônia de aspersão de água benta nos restos mortais.

Figura 153 - Governador do Estado acompanha a deposição de urna no mausoléu.

Figura 154 - Urnas, em cortejo, sendo conduzidas ao mausoléu.

Figura 155 - Toque de Silêncio em homenagem aos antigos mazaganenses.

Figura 156 - Urnas no interior do mausoléu.

Figura 157 - Placa aposta no mausoléu, alusiva à homenagem aos antigos mazaganenses.

Figura 158 - Visita ao local das escavações, após a cerimônia.

Figura 159 - Sobre a passarela, população visita o local das escavações arqueológicas.

Figura 160 - Demonstração de compromisso do povo de Mazagão Velho para com a preservação da História.

Figura 161 - O aniversário de Mazagão Velho é comemorado em 23 de janeiro, data em que chegaram os primeiros mazaganenses ao Amapá. Durante o restante do dia após a cerimônia póstuma aos primeiros mazaganenses, a população voltou-se para o marabaixo, dança local

Figura 162 - Ofício religioso assistido pelo povo e autoridades.

EQUIPE:

A prospecção arqueológica foi realizada em duas campanhas em 2004 e 2006 pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, que contou com a participação dos seguintes integrantes:

Coordenação geral	Marcos Albuquerque
Direção de campo	Veleda Lucena
Arqueóloga auxiliar	Darlene Maciel
Arqueóloga de laboratório	Eleonora Guerra
Documentação fotográfica	Doris Walmsley
Gerência de escavação	Marcelo Milanez
Técnica administrativa	Katarina Moura
Técnico administrativo	Fredson Corpes
Auxiliar de pesquisa	Alberes da Silva Pessoa
Auxiliar de pesquisa	Severino Ramos Barbosa
Auxiliar de pesquisa	Edson Leôncio
Auxiliar de pesquisa	Paulo Silva

Contou ainda com a participação de mazaganenses que atuaram diretamente em apoio à equipe:

Darcon Sampaio Nogueira
Nelson Conceição da Silva
Laudigério Cardoso Balieiro
João Gábio Cardoso Balieiro
Antônio Alves da Silva
Araci Barriga da Câmara
Marcelo Barriga da Câmara
André Adriano Alves dos Santos
Manoel dos Santos Duarte Pereira
Renato Almeida da Silva
Nelson Conceição da Silva
André Adriano Alves dos Santos
Araci Barriga da Câmara
Jorge da Conceição Videira

CONCLUSÕES

A análise cartográfica associada os georeferenciamendo de pontos notáveis permitiu identificar-se que o atual povoado de Mazagão Velho representa uma continuidade topológica da antiga Nova Mazagão, implantada no século XVIII durante o período pombalino.

Foi possível ainda identificar-se que o traçado atual (2005), apenas com leves alterações, representa a continuidade do traçado estabelecido por Sambucetti.

Com base em prospecções arqueológicas de campo foi possível identificar em alguns trechos dos arredores do atual povoado, vestígios de casas compatíveis com o traçado original, o que vem a corroborar as informações quanto a maior amplitude da Vila de então.

Outo ponto que merece destaque é a identificação das ruínas de uma antiga igreja, do século XVII, nos arredores da área hoje habitada. Ali, nas plantas de Sambucetti, não se previra uma igreja. A igreja fora localizada na planta, nas proximidades do Rio Mutuacá. A sobreposição cartográfica ao terreno identificou que as ruinas da igreja estão localizadas no limite de uma área que constituía à época a praça maior da Vila. Embora fosse comum à época que tais praças, onde se assentava o pelourinho, fossem ladeadas pela Casa de Câmara e Cadeia, facejando a Matriz (do lado oposto da praça), na planta de Sambucetti apenas estavam indicados o pelourinho e a casa de Câmara, não mencionando a Igreja. É possível que a igreja tenha tido uma construção um pouco mais tardia.

A técnica construtiva da igreja envolvia fortes esteios de madeira que foram implantados desde a base até a empena. Os esteios circundavam toda a “caixa” estrutural da igreja. Alguns dos esteios apresentavam secção quadrada cujas dimensões variavam entre 16 e 30 cm de lado, enquanto outros, de secção circular variavam entre 22 e 35cm de diâmetro. Em média os esteios distavam entre si cerca de 50cm. Durante a construção os esteios foram envolvidos pela alvenaria de pedras, não restando aparentes quando a igreja foi concluída. Após o abandono, exposto às intempéries pelo desabamento do telhado, as madeiras deterioraram-se e desapareceram. Hoje pode-se observar nas fundações e nas paredes remanescentes o vazio deixado por aqueles troncos retilíneos que constituíram a estrutura básica da construção daquela igreja de grande envergadura.

As fundações, com espessura de 1,30m (medida na área do altar) se mostrava compatível com a altura que se pretendia erguer a nave. Mais espessa ainda na base da parede frontal, onde atingiu 1,49m.

As paredes laterais da nave, contudo, não se mostravam uniformes. Pelo menos três espessuras de parede puderam ser registradas. No corpo da nave as paredes eram de 50cm de espessura, enquanto que no conjunto que envolvia a área do altar, sacristia e consistório, a parede direita apresentava uma espessura de 64cm e a esquerda 40cm. A parede frontal desabou justo no limite com o alicerce, não dando margem para medi-la. Todavia foi possível reconstituir-se aproximadamente a altura da igreja, com base na distância entre os vestígios da parede desabada e a base da nave.

A parede frontal da nave parece ter desabado por inteiro. O frontão, construído em tijolos permaneceu no local do desabamento permitindo avaliar-se sua forma e estimar-se a altura da nave.

Dimensões da igreja:

Medidas externas da nave 12,20m de largura x 26,80m de comprimento.

Comprimento total da igreja 40,20m

Largura da área do altar, sacristia e consistório 17,80.

Altura do pé direito 7,07m altura da empena (4,87) 11,94m

A coberta certamente foi de telhas, das quais restou uma espessa camada de fragmentos sobre o piso da nave.

Analisando-se os remanescentes das paredes, observou-se que não houve, ao longo da construção, uniformidade de material quanto às dimensões das pedras utilizadas, nem quanto ao material aglutinante. Ao longo da parede se pode observar trechos construídos com pedras maiores que 20 cm e trechos com pedras arredondadas de cerca de 10cm ou menos. Esta falta de uniformidade de material construtivo, possivelmente reflete períodos em que havia escassez de matéria prima, pois nem sempre era fácil encontrar pedras naquele tipo de terreno.

Esta mesma escassez de material para construção parece se refletir nos trechos em que as pedras são aglutinadas com barro em vez de se utilizar, como em outros trechos, argamassa de cal.

Todavia, ficou claro através dos remanescentes arqueológicos resgatados que a igreja foi concluída, e com esmero. Suas paredes eram rebocadas com argamassa de cal e

pintadas, não apenas a caiação, mas pinturas decorativas das quais alguns fragmentos foram recuperados.

A igreja foi utilizada também para sepultar os mortos, costume compatível com as práticas funerárias em uso até o início do século XIX. No século XIX rígidas ordens proibiam os sepultamentos primários no interior das igrejas.

A análise do material arqueológico móvel resgatado durante os trabalhos de escavação arqueológica realizadas na área da igreja, revelou ainda que aquela área voltou a ser utilizada como área para sepultamento, já no século XX, depois de seu desabamento. As localizações de tais sepultamentos já não correspondiam ao traçado da antiga igreja, naquela ocasião, já imperceptível pelas camadas que ali se acumularam sobre as fundações. Tanto que alguns deles, estavam localizados sobre os alicerces, o que corrobora a hipótese de reutilização da área para sepultamentos, mesmo depois de destruída a igreja e de haver sido instalado no povoado um cemitério, desde o século XIX. Junto àqueles sepultamentos foram resgatados botões de plástico, compatíveis com o século XX.

Provavelmente com a redução da população a igreja entrou em declínio e chegou ao início do século XX já em estado de abandono.

Após o desabamento, o material construtivo foi, em grande parte, removido do local, restando apenas elementos vestigiais de suas paredes e suas fundações.

A escavação arqueológica da igreja, nesta etapa, restringiu-se a deixar a mostra as estruturas remanescentes, permitindo, deste modo identificar-se as dimensões da igreja, e suas áreas funcionais. Assim, foram identificadas as áreas da nave, do altar mor, dos altares laterais, e as prováveis áreas da sacristia e do consistório, além de uma outra área suplementar (planta adiante). Foi ainda possível reconstituir-se hipoteticamente parte da fachada da igreja, com base nos elementos resgatados.

A escavação arqueológica voltou-se ainda para o resgate de alguns dos numerosos sepultamentos, que ao que tudo indica estão presentes na nave e altares da igreja. Assim apenas uma pequena parte da igreja foi escavada, restando uma grande área a ser pesquisada em futuras campanhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila de Mazagão, apesar de se encontrar discretamente reclusa nas profundezas da Amazônia, encerra em sua singeleza um bojo de historicidade que a insere em um contexto internacional. A sua história, desde a sua mais tenra infância, relaciona-se a expansão do sistema colonial europeu. Relação não apenas ao que viria a ser chamado de Novo Mundo, mas a outros mundos, a outras crenças, que não apenas ao cristianismo predominante na Europa.

A expansão do Sistema Colonial europeu, particularmente o português, atingiu praticamente todos os continentes, contatou com diferentes crenças e culturas. Construiu fortificações, igrejas, cidades e pontos comerciais, nos mais distintos e distantes rincões. El Jadida, no Marrocos, foi mais um, dentre tantos, que marcou a presença portuguesa neste processo expansionista lusitano. Alguns tiveram sucesso, outros nem tanto, alguns foram perdidos em acordos ou batalhas. Apesar da forte estrutura portuguesa fixada no Marrocos, a geopolítica portuguesa, à época, determinou o transplante da população lusa que se encontrava no Marrocos para a selva amazônica. Esta não foi uma simples migração de algumas pessoas, mas um deslocamento em massa de gentes, saberes e crenças para um mundo novo. Novo em todos os sentidos; na vegetação, nos ares, nos potenciais inimigos, e ainda nos objetivos individuais e coletivos de uma comunidade já estabelecida em um contexto que em tudo diferia do que seria encontrado no atual estado do Amapá, a época.

Determinações emanadas de Lisboa, e providencias assumidas pelo governo do Grão Pará, transpondo oceanos e selva, deram início a faina de edificar, as pressas, uma vila para receber para receber uma população que se encontrava radicada em um outro contexto social, econômico e político. Apenas estes procedimentos iniciais já seriam suficientes para inserir a Vila de Mazagão em um contexto histórico internacional. Mas a história destes mazaganenses não foi interrompida com a sua chegada a esta nova realidade. A sua presença na Amazônia significava mais um passo da expansão portuguesa em terras do que viria a ser Brasil.

O governo do Estado do Amapá, o IPHAN, a Prefeitura de Mazagão, o Laboratório de Arqueologia da UFPE e sobretudo o povo de Mazagão irmanaram-se com o objetivo de resgatar parte desta História que se encontrava soterrada pelo tempo. Teve início uma ampla pesquisa arqueológica, subdivida em etapas, das quais apenas duas

campanhas foram executadas. Embora este relatório tenha recebido a denominação de Relatório Final, deve ser entendido apenas como a finalização destas duas campanhas, haja vista que a pesquisa arqueológica deve continuar em outras campanhas como é do interesse do governo do Estado e da população local.

Os sepultamentos encontrados no interior da Igreja não se constituem na totalidade dos mortos ali sepultados. O núcleo da nave deve ser escavado em próximas campanhas onde novos sepultamentos devem ser encontrados. Os sepultamentos resgatados até o momento foram acondicionados em urnas e depositados temporariamente em um mausoléu que deve ser climatizado de modo a manter uma temperatura e umidade compatíveis com a sua conservação. De modo análogo espera-se, com a continuidade das pesquisas, realizar estudos de biotipologia, possíveis patologias, cronologia e DNA. Inclusive, alguns portugueses que acreditam em suas relações genéticas com os primeiros mazaganenses já se prontificaram a enviar amostras de seus DNA para possibilitar um estudo comparativo.

Mesmo considerando-se que esta pesquisa ainda não se encontra conclusa, os resultados até então obtidos não apenas permitiu o resgate de importantes revelações arqueológicas quanto ao passado desta Vila, como estimulou a autoestima de seus habitantes. Esperamos que os achados arqueológicos sejam devidamente mantidos, conforme recomendações, para que, em próxima campanha arqueológica possamos dar continuidade aos estudos laboratoriais e de campo que continuarão a enriquecer o conhecimento histórico não apenas de Mazagão como dos demais atores que interagiram nesta saga transcontinental. Muito honrou a nossa equipe o fato de ter dado a nossa contribuição nesta pesquisa por acreditarmos que uma sociedade que não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro.

FONTES E REFERÊNCIAS

1.BIBLIOGRAFIA

ADONIAS, Isa; Furrer, Bruno. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro; Fundação Emílio Odebrecht em 1993.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. O estudo da cerâmica arqueológica. In 4ª JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL – Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, 2000. **Actas das...** Porto: Câmara Municipal de Tondela, Edições Afrontamento, 2008. pp. 355-364.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica: uma releitura dos descobrimentos. **Anais da IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 1997. Publicação digital.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Situação Crono-espacial de Unidades funcionais em Pernambuco: uma abordagem de pré-escavação. **Revista de Arqueologia - Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, EDIPUCRS, n.1, v.2, 393-408, 1995-96.

ALBUQUERQUE, Marcos. Assentamientos militares: Una perspectiva en abordagem. Conferência Internacional de Arqueologia Histórica Americana, 2ª, 16-20X. 1995, Santa Fé, Argentina. **Atas I…** Columbia, S. C. USA, the University of South Carolina. 1995, V. 14, p. 19-38.

ALBUQUERQUE, P. T. de S. A faiança portuguesa – demarcador cronológico na arqueologia brasileira. In 4ª JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-

MEDIEVAL – Métodos e resultados para o seu estudo, 4 Tondela, 2000. **Actas das...** Porto: Câmara Municipal de Tondela, Edições Afrontamento, 2008. p. 221-270.

ARAÚJO, Renata Malcher **As cidades da Amazônia no século XVIII**. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998

CARTA de 16 de Março de 1769, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando o governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde e Teive da decisão régia de abandonar a praça marroquina e de transferir os seus moradores para o Pará.

CARVALHO, Fabio. **Porcelana Brasil: guia de marcas: guia prático para identificação e datação de louça de mesa e louça decorativa fabricada no Brasil**. São Paulo: All Print Editora. 2008, 143 p. il.

DIRETÓRIO que se deve observar das povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário', Lisboa, 1758, p. 34.

DUARTE, Milena. **O POVOAMENTO DA AMAZÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: Execução do projeto pombalino.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

ETCHEVARNE, Carlos. Aspectos da Cerâmica Colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. **CLIO Arqueológica**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, nº 20. Vol. 1. Ano 2006. pp. 53-79. il.

FERNANDES, Isabel Maria. Formas e funções da faiança portuense oitocentista. **Itinerário da Faiança do Porto e Gaia**. Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, IPM, 2001, pp. 29-51. il.

FORREST, Tim; ALLERBURY, Paul (Consultor). **Conheça as Antiguidades. Louça e Prata** – Guia ilustrado para identificar épocas, pormenores e desenho. Lisboa, Editorial Estampa, Ltda. 1998. 160 p. 100 ilustr. Inclui índice remissivo. Título original: Know your Antiques: China & Silver. Tradutora: Maria Eugénia Ribeiro-da-Fonseca.

GARCIA, Mercedes Mesquita. La produccion alfarera de Paterna en la primera mitad del siglo XVI. In **Actas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.** Tondela (22 a 25 de março de 1995). Câmara Municipal de Tondela. Porto, 1998, p. 267- 281. il.

MATOS, J. Semedo de. *Cidade Portuguesa de Mazagão: Patrimônio Mundial em 2004*. Disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2004/pag_17.html, 27/08/2006.

NOGUEIRA, Rúbia. **O Sistema Defensivo da Foz Setentrional do Amazonas.** O Caso da Vila Nova de Mazagão Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História, Recife, 2006

RYE, Owen S. Pottery Technologyn - Principles and Reconstruction. Washington D.C., **Manuals on Archeology** n. 4, Australian National University, 1981, 150p, il.

SCHÁVELZON, Daniel. **Catalogo de Ceramicas Historicas de Buenos Aires (siglos XVI-XX)**. Buenos Aires: EVM, 2001. CD-ROM.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. In: **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, 1972, p. 156-165, il. 102

SILVA, Ricardo Ribeiro do Espírito Santo & HYDE, Lloyd. **Porcelana da China ao gosto europeu**. Lisboa. 1956.

2. SITES CONSULTADOS

Brasil Arqueológico, Site do Laboratório de Arqueologia da UFPE disponível em

http://www.magmarqueologia.pro.br/material_arqueologico/matarq_hist_faianca.asp – última consulta em 02-07-2014

Site de History Archaeology at the Florida Museum of Natural History disponível em

http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/ – última consulta em 23-11-2009

Site de History Archaeology at the Florida Museum of Natural History disponível em

http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/ceramics_intro.asp – última consulta em 23-11-2009

Site de History Archaeology at the Florida Museum of Natural History disponível em

http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/type_list.asp – última consulta em 23-11-2009 104

Site de History Archaeology at the Florida Museum of Natural History disponível em

http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/open_search.asp – última consulta em 23-11-2009

Web Gallery of Art – Site criado por Emil Kren and Daniel Marx. Disponível em

http://www.webexhibits.org/pigments/indiv/history/coblue.html – última consulta em 13-12-2009

http://www.antiguamuseums.org/dockyardheritage.htm&sa=X&oi=translate&resnum=7&ct=result&prev=/search%3Fq%3DCour%2BBatave%26hl%3Dpt-BR%26rlz%3D1T4ADBR_pt-BRBR223BR233 - consultado em 03-03-2008

Referências da Cartografia citada

BLAEU, Willem Janszoon (Blaeuw, Guiljelmus) (1571 - 1638) Guiana ou reino das Amazonas. (1631) Gravura. 38 x 49 cm. Na margem ocidental do lago Parima: Manoa, o el Dorado, reminiscência da lenda do índio empoado de ouro que se banhava no Lago de Guatavitá.

ALBERNAZ, 1631, 34 ALBERNAZ, João Teixeira, o velho (fl. 1602 - 1666) Província do Grão-Pará. Na foz do rio Vicente Pinzón está desenhado um marco cuja face dianteira ostenta o brasão de Portugal e a coroa real, atestando o limite da soberania territorial lusitana, ao norte. MS 39 x 61 cm

ALBERNAZ, 1631, 35 (COCHADO), Antônio Vicente Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas. MS 40 x 66 cm. Indica as nações indígenas e os locais onde foram destruídas as fortificações e casas de holandeses e ingleses instaladas na região. Representação pormenorizada das sondas.

ALBERNAZ, 1666, 2 ALBERNAZ, João Teixeira, o moço (fl. 1627 - 1675) demonstração do Pará. Indicação das sondas, em braças, e a localização de inúmeras nações indígenas, no delta amazônico: Tupinambás, Tocantins, Joanes, Anduras etc. MS 23 x 37 cm

PAGAN, 1656, 1 Mapa do Rio Amazonas. O mapa é uma prova das pretensões francesas na região. Gravura 16 x 19 cm.

VAN KEULEN, 1683, 10.VOOGHT (Voogt), Claes Jansz. (? - 1696) Carta do litoral do Brasil entre os cabos do Norte e de Cumã. Gravura; 51 x 57 cm

FRITZ, padre Samuel (1654 - 1725) Mapa do Rio Amazonas e região circunvizinha. 1707. Gravura 31 x 42 cm; Elaborado em 1691, o mapa tornou-se mais conhecido pela edição de 1707. Contém importantes informações geográficas e uma longa

descrição da região amazônica e das missões da Companhia de Jesus nela situadas.

AA, Pieter van der (1659 - 1733) Guiana ou país das Amazonas. (1713); Gravura 29 x 36 cm Aa, 64, 16;

LA CONDAMINE, Charles Marie de (1701 - 1774) Mapa do curso do Maranhão ou do grande Rio das Amazonas. Gravura 18 x 38 cm. Uma nota informa que os portugueses do Pará, em 1743, subiram os rios Amazonas e Negro, passando deste para o Orinoco.

BELLIN, 1764, 2, 46 BELLIN (Jacques Nicolas), o velho (1703 – 1772) Guiana portuguesa e trecho do Rio Amazonas. Gravura 21 x 46 cm

FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1755 – 1815) Mapa da região setentrional do Brasil percorrida pela “expedição Filosófica”, de setembro, de 1783 a janeiro de 1793. MS39 x 39 cm

SMYTH, 1836, 250-1 Litrografia. L. Haghe 10,5 x 17,5 cm Passagem por uma ilha do Rio Amazonas. O capitão W. Smyth, da Marinha britânica, foi um grande conhecedor da região amazônica. A narrativa da viagem é um estudo sério sobre a possibilidade de comunicação entre o Peru e o Atlântico, via fluvial.

APÊNDICE

AP 0002 LA/UFPE – Mazagão Velho-AP.

Material Arqueológico Móvel – Coleção de Referência

A Coleção de Referência de Mazagão Velho-AP, no tocante às categorias de material arqueológico móvel, apresentadas neste catálogo, inclui todas as peças que representam qualitativamente o universo, ou seja, a totalidade do material arqueológico móvel resgatado pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, durante a realização de prospecções e escavações arqueológicas realizadas nas proximidades do atual povoado de Mazagão, no ano de 2006.

A exibição da Coleção de Referência consiste na apresentação da imagem das peças acompanhada por uma breve descrição que inclui a sua associação a uma macro-categoria funcional, a origem e a cronologia de sua produção.

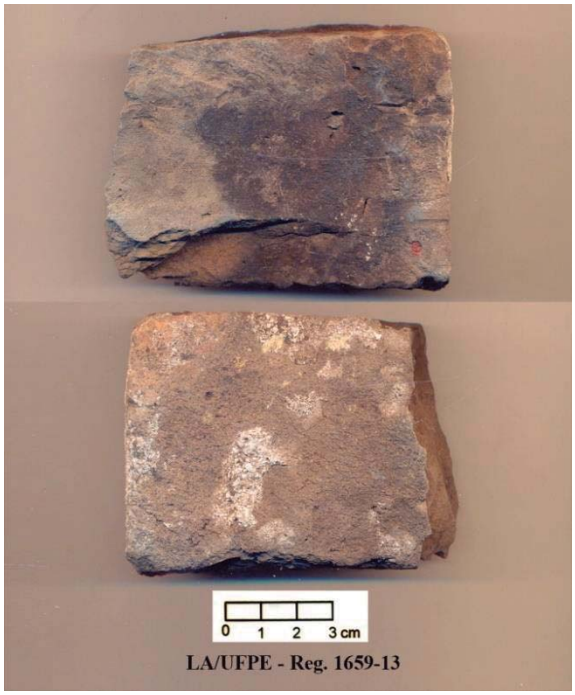
Considerando a metodologia adotada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, na análise do material arqueológico resgatado, durante os trabalhos arqueológicos realizados na área, adotou-se, neste catálogo, uma lógica de apresentação cujo atributo estabelecido como "cabeça de chave" foi o funcional.

As peças desta coleção foram, portanto, ordenadas de acordo com a sequência de classificação funcional estabelecida durante o processo de análise. Consequentemente, o material se apresenta por categoria funcional mais ampla, como é o caso do Material de Construção que se subdividiu, por exemplo, em Material construtivo, propriamente dito, como é o caso do Tijolo; Material de revestimento, por sua vez subdividido em reboco e azulejo; Piso; Telhado.

No caso do material que não apresenta os atributos necessários para uma identificação funcional segura, adotou-se um critério diferente, tendo sido classificado por categoria de matéria prima.

Convém esclarecer, no entanto, que os atributos analisados que foram considerados na elaboração dos tipos não estarão explicitados neste catálogo, mas se encontram na base de dados do Laboratório de Arqueologia da UFPE. E, no caso das peças cujas características as quais representam, não possam ser percebidas através da imagem, optou-se por não exibi-las neste Catálogo.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



Exemplar do material de construção: tijolo batido fragmentado apresentando evidência de redução durante o processo de queima. O fragmento apresenta também vestígio de argamassa de cal. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Fragmento de exemplar do material de construção, relacionado à cobertura/ telhado: telha plana em argila vermelha. Imagem da superfície externa, acima e, abaixo, da interna.

Fragmento de exemplar do material de construção, relacionado à cobertura/ telhado: telha do tipo canal em argila vermelha, apresentando vermelho na superfície externa.

Fragmento de exemplar do material de construção, relacionado à cobertura/ telhado: telha do tipo canal em argila vermelha, apresentando vermelho na superfície externa.

Fragmentos de detalhe em relevo, de acabamento de estrutura arquitetônica. Origem de produção local, expectativa cronológica entre os séculos XVIII e XIX.

Fragmentos de material de construção, mais especificamente de acabamento de parede. São fragmentos de reboco em argamassa de cal e com argila, apresentando pintura. Origem de produção local, expectativa cronológica entre os séculos XVIII e XIX.

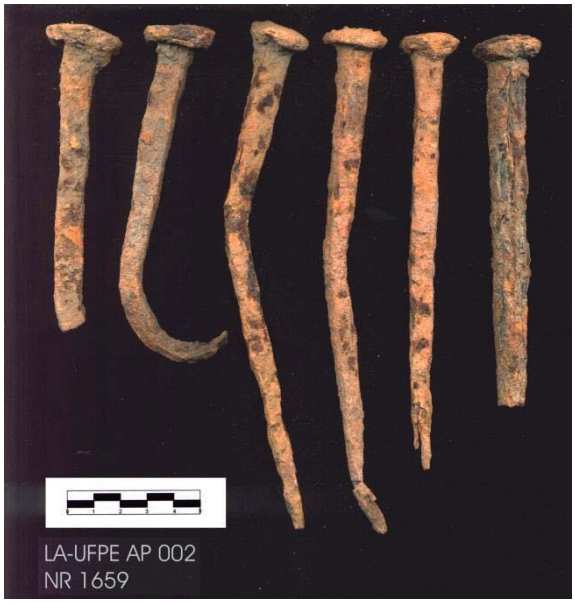
Representante do material de revestimento: azulejo apresentando decoração fitomorfa, nas cores verde, amarelo, azul e branco, a partir da utilização de molde vazado. Produção do século XIX.

Representante do material de revestimento: azulejo apresentando decoração fitomorfa, na cor azul sobree branco, a partir da utilização de molde vazado. Produção do século XIX.

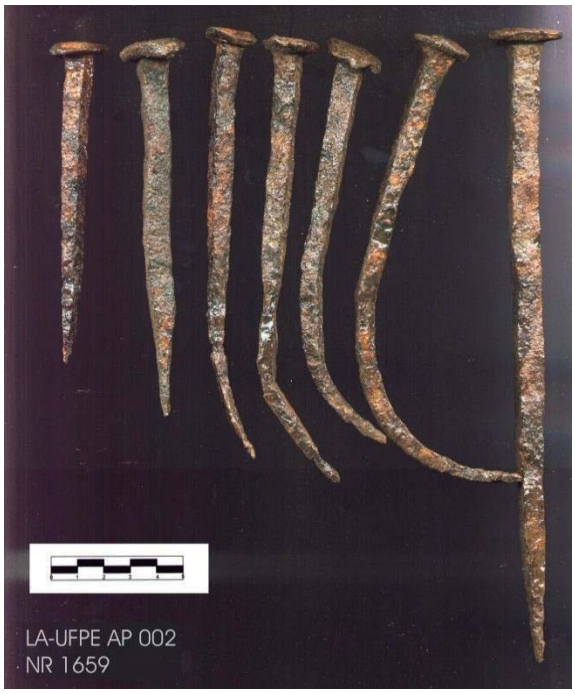
FIXAÇÃO

Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado, apresentando diferenças no comprimento. Alguns exemplares apresentam a ponta curva evidenciando terem sido rebatidas. Dois exemplares, não apresentam a ponta, podendo-se afirmar que, pelo menos dois deles foram rebatidos. Origem e cronologia de produção não identificadas.

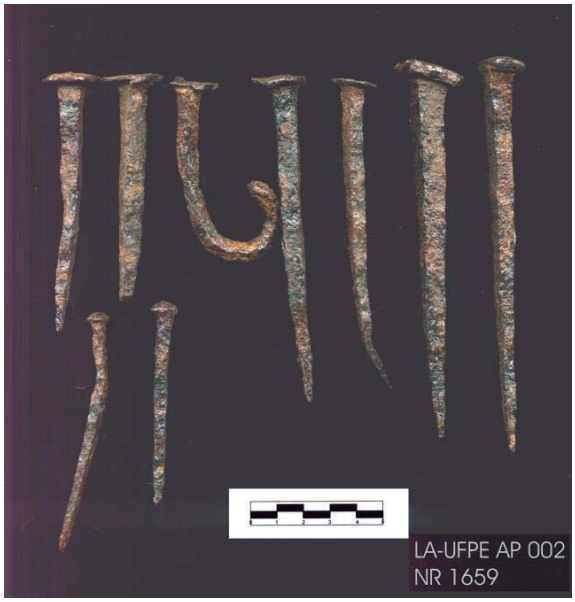
Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado, apresentando diferenças no comprimento. Alguns exemplares apresentam a ponta curva evidenciando terem sido rebatidas. Um dos exemplares não apresentam a ponta, podendo-se afirmar que, pelo menos um deles foi rebatido e deve ter perdido a ponta ao ser arrancado. Origem e cronologia de produção não identificadas.



Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado, apresentando diferenças no comprimento. Alguns exemplares apresentam a ponta curva evidenciando terem sido rebatidas. Dois exemplares, não apresentam a ponta, podendo-se afirmar que, pelo menos um deles foi rebatido e deve ter perdido a ponta ao ser arrancado. Origem e cronologia de produção não identificadas.



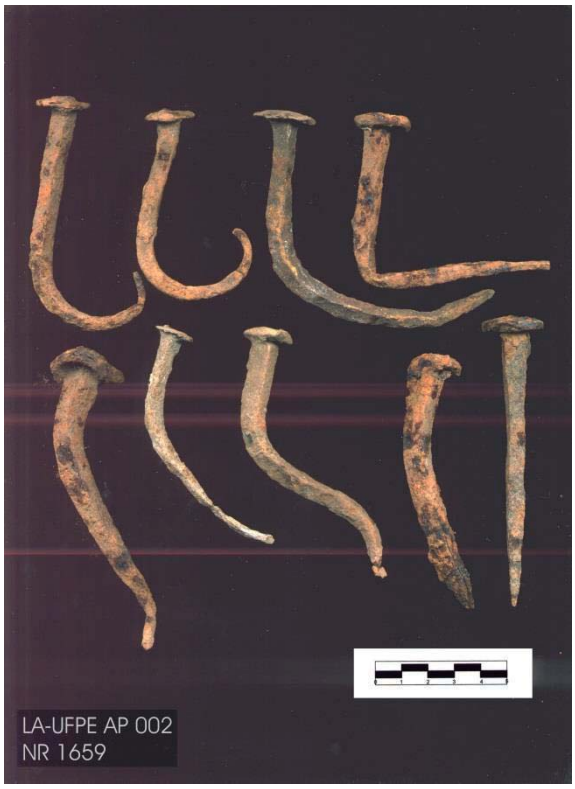
Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado, apresentando diferenças no comprimento. Alguns exemplares apresentam a ponta curva evidenciando erem sido rebatidas. Origem e cronologia de produção não identificadas.



Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado, apresentando diferenças nas dimensões. Alguns exemplares apresentam a ponta curva evidenciando terem sido rebatidas, um deles tendo, inclusive partido a ponta. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado. Alguns exemplares apresentam o corpo curvo sugerindo terem sido rebatidos. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado. Alguns exemplares apresentam o corpo curvo sugerindo terem sido rebatidas. Origem e cronologia de produção não identificadas.



Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado. A maioria apresenta o corpo curvo, muitos evidenciando terem sido rebatidos. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Material de fixação: conjunto de pregos de secção quadrada em ferro oxidado. Alguns exemplares apresentam o corpo curvo evidenciando terem sido rebatidas. Origem e cronologia de produção não identificadas.

MATERIAL DE ARTICULAÇÃO

Material de articulação: pequena dobradiça em ferro oxidado. Origem e cronologia de produção não identificadas.

INSTRUMENTO DE TRABALHO

Instrumento de trabalho: lâmina de machado. A peça se encontra oxidada e sem cabo. Origem de produção não identificada, cronologia compatível com os séculos XIX e XX.

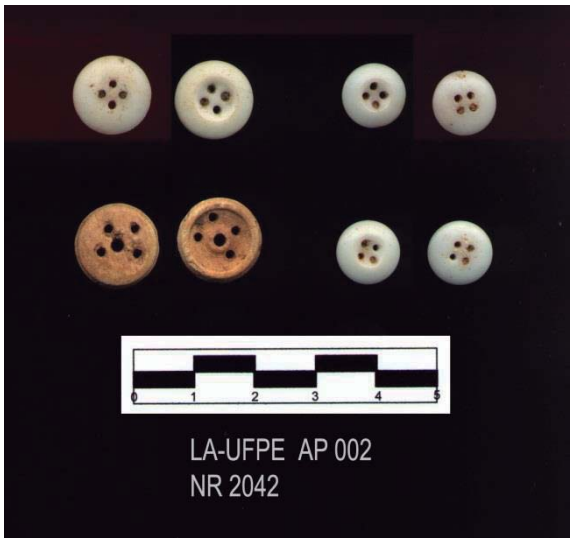
VESTUÁRIO

Conjunto de fragmentos de couro com pequenos pregos em latão, que constituem também fragmentos de peças de vestuário, mais especificamente, sola de calçado de sepultamento realizado na área.

Três botões distintos em metal. O superior é uma capa de botão apresentando vestígio de decoração em relevo e possível banho dourado, o central é um botão metálico plano com aro para fixação, e o inferior, que é menor e convexo, também apresenta um aro para fixação.

Botão de uniforme militar de gala, apresentando insígnia da artilharia, ou seja, granada flamejante, em alto relevo e banho dourado. Trata-se de um uniforme republicano, início do século XX.

Conjunto de botões de uniforme militar de gala, apresentando insígnia da artilharia, ou seja, granada flamejante, em alto relevo e banho dourado. Foram registrados dois tamanhos distintos. Trata-se de um uniforme republicano, início do século XX.



Conjunto de botões de quatro e cinco furos, em dois tamanhos e matéria prima distintos. Origem de produção não identificada, mas possivelmente brasileira. Os botões brancos são em plástico. Cronologia.

MATERIAL RELIGIOSO

Medalha religiosa contendo uma cruz com o lençol formando um "M" (símbolo mariano) e instrumentos da Paixão de Cristo.

Cruz Pátea, em ferro oxidado. Este formato de cruz foi inicialmente utilizada pela Ordem do Templo (Templários).

MATERIAL BÉLICO

Exemplar do material bélico, mais especificamente de estojo de munição de arma de fogo de retrocarga, alma lisa, fogo central, calibre 24. Produção brasileira, do século XX.

MOEDA

Moeda colonial, em cobre, no valor de V rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1768.

Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1778.

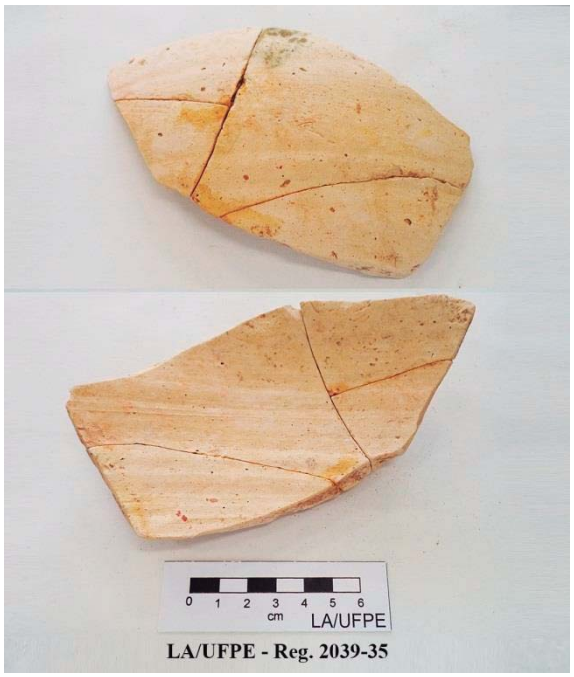
Moeda colonial, em cobre, no valor de X rés, cunhada em Lisboa para o Brasil, com data de 1796. Recebeu carimbo de escudete, que duplicou seu valor.

Moeda brasileira, no valor de CR$ 0,10, cunhada em 1977, em aço inox.

ALIMENTAÇÃO

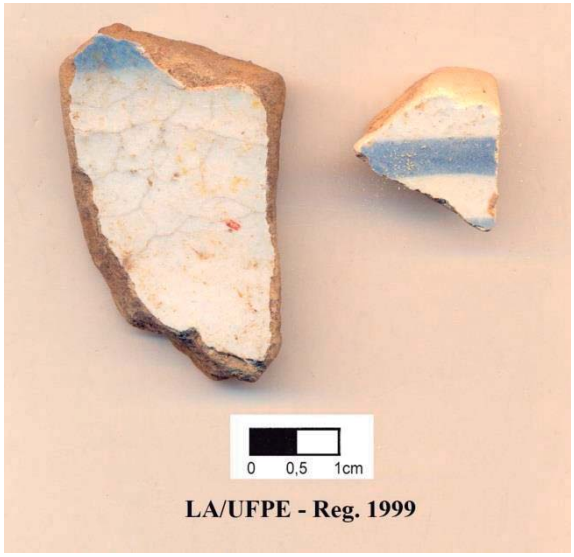
Conjunto de fragmentos de bojo de recipientes distintos, integrantes do subsistema alimentar em cerâmica. Alguns dos fragmentos se apresentam erodidos, não sendo possível afirmar com segurança qual o acabamento de superfície recebido, podendo-se, no entanto, perceber evidência de vermelho na superfície de um dos fragmentos. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Conjunto de fragmentos de borda e bojo, de recipientes distintos, integrantes do subsistema alimentar, em sua maioria relacionados ao preparo de alimentos, em cerâmica vermelha não vitrificada. Os fragmentos se apresentam erodidos, não sendo possível afirmar com segurança qual o acabamento de superfície recebido. Origem e cronologia de produção não identificadas.



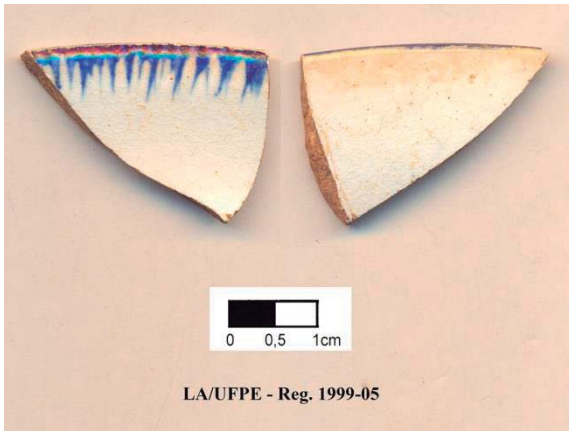
LA/UFPE - Reg. 2039-35

Faces externa e interna de fragmento de bojo de recipiente em cerâmica creme, apresentando pequenas concreções vermelhas na pasta e evidências do processo de manufatura torneada. Origem e cronologia de produção não identificadas.



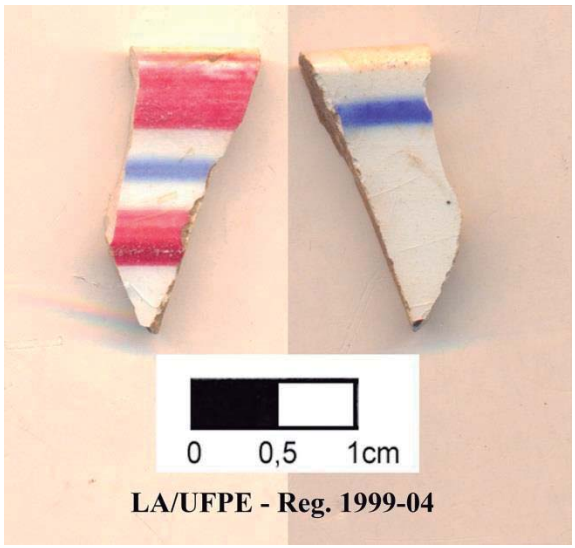
LA/UFPE - Reg. 1999

Fragmentos de peças em faiança portuguesa branca com evidência de decoração em azul. Produção compatível com os séculos XVII e XVIII.



LA/UFPE - Reg. 1999-05

Conjunto de fragmentos de peças , em sua grande maioria relacionada à alimentação, mais especificamente ao serviço de mesa, em faiança branca apresentando decoração na cor azul. Origem de produção portuguesa, compatível com os séculos XVII e XVIII.



Fragmento de aba de peça apresentando decoração caracterizada pela presença de friso e faixas. Século XIX.

Garrafa em vidro verde utilizada como recipiente para armazenamento, transporte e serviço de bebida não identificada.

Fragmento de bojo de garrafa em vidro verde, ombro bem definido, utilizada como recipiente para armazenamento, transporte e serviço de bebida não identificada.

Conjunto de bases e garrafa em vidro, apresentando diferenças em sua manufatura e também na bebida que contiveram. No conjunto há representantes de garrafa de vinho e de “soft drink”, como soda. São peças compatíveis com os séculos XIX e XX.

LA/UFPE - Reg. 1659

Conjunto de bocas e gargalos de garrafas em vidro, apresentando diferenças em sua manufatura e também no líquido que contiveram. No conjunto há representantes de garrafa de vinho, cerveja, e “soft drink”, como soda. São peças compatíveis com os séculos XIX e XX.

LA/UFPE - Reg. 1659- 08

Fragmento de gargalo de garrafa em vidro esverdeado, evidenciando o processo artesanal do acabamento da boca cortada com fita aplicada abaixo do lábio.

Fragmento de gargalo de garrafa evidenciando a implantação artesanal da boca como acabamento no final do processo de fabrico. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Fragmentos de duas garrafas de “soft drink”, mais especificamente soda, em vidro verde, com referência do fabricante na superfície externa em alto Relevo: C.S. & Cº L^{D} (Cannington, Shaw & Cº. Limited). Produção britânica, mais especificamente inglesa, de St. Helens, Lancashire, entre 1892-1913.

Detalhe de base de garrafa de “soft drink”, mais especificamente soda, em vidro verde, com referência do fabricante na superfície externa em alto Relevo: C.S. & Cº L^{D} (Cannington, Shaw & C^{o}. Limited). Produção britânica, mais especificamente inglesa, de St. Helens, Lancashire, entre 1892-1913.

Fragmento de base de garrafa com decantador que apresenta deformação por ação de alta temperatura após seu descarte. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Faces interna e externa de base de garrafa em vidro verde, com decantador, utilizada como recipiente para armazenamento, transporte e serviço de bebida não identificada.

Faces interna e externa de base de garrafa em vidro verde, utilizada como recipiente para armazenamento, transporte e serviço de bebida não identificada. .

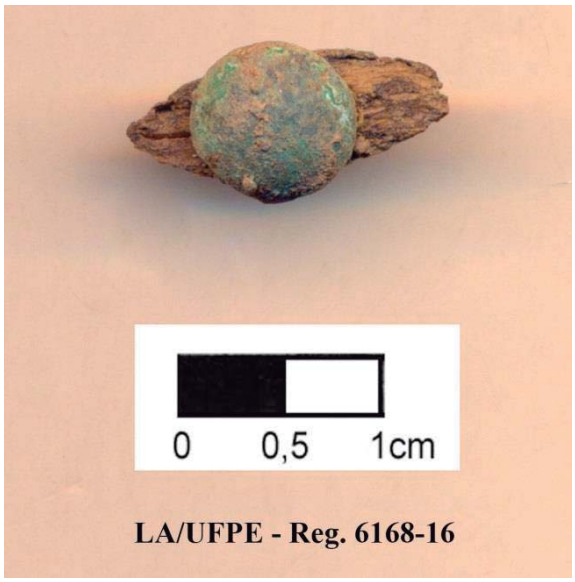
Faces interna e externa de base de garrafa em vidro cor âmbar, utilizada como recipiente para armazenamento, transporte e serviço de bebida não identificada.

Conjunto de bases e garrafa em vidro, apresentando diferenças em sua manufatura e também na bebida que contiveram. São peças compatíveis com os séculos XIX e XX.

MATERIAL NÃO IDENTIFICADO

Conjunto de pequenos pregos com impregnação de madeira que integravam um contexto funerário.

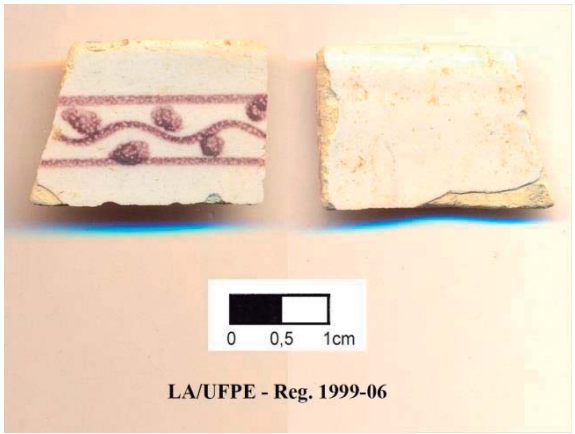
Tacha pequena em latão oxidado e um pequeno prego em ferro, fixos no mesmo fragmento de madeira.



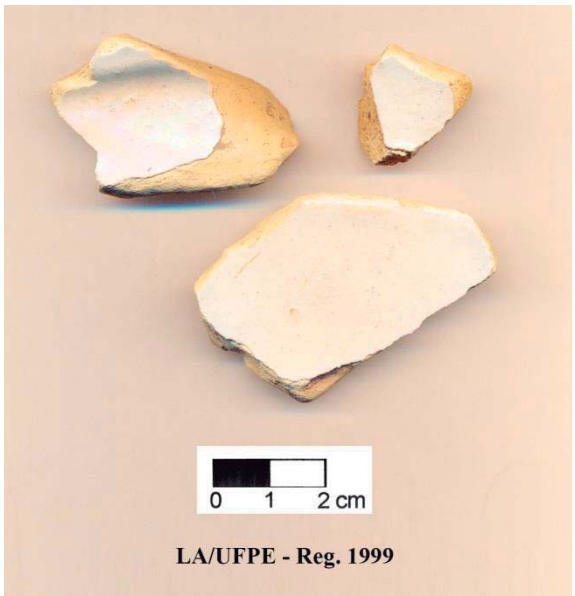
Pequena tacha em latão oxidado fixado em madeira, resgatada em contexto funerário perturbado.

Faces interna e externa de fragmento de base de peça em cerâmica apresentando roletes mal obliterados na superfície externa e evidência de vermelho em ambas as superfícies.

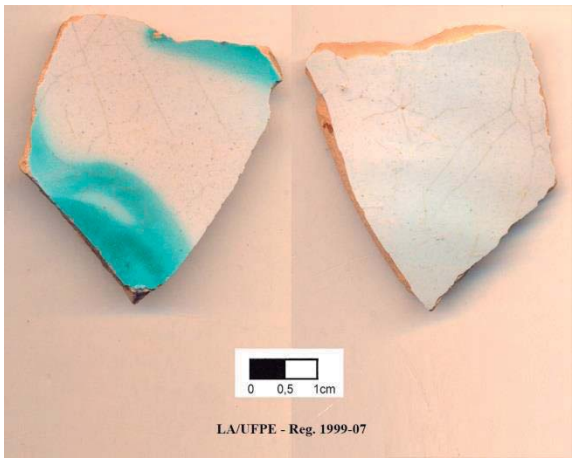
Conjunto de fragmentos de peças em cerâmica creme com evidência de vermelho na superfície. Origem e cronologia não identificadas.



Fragmento de peça em faiança branca apresentando decoração em vinhoso. Produção de origem portuguesa, produzida entre 1751 e 1825.



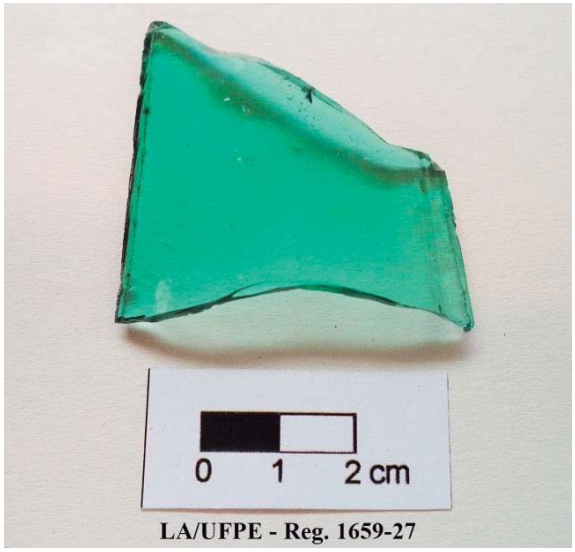
Conjunto de fragmentos de peças em faiança branca sem decoração. Identificou-se fragmento de origem portuguesa, compatível com os séculos XVII e XVIII.



Fragmento de peça em faiança branca apresentando decoração marmorizada em verde, em sua superfície interna. Origem e cronologia de produção não identificadas.

Diferentes ângulos de boca de garrafa artesanal, em vidro verde. A peça apresenta deformação devido a exposição a alta temperatura.

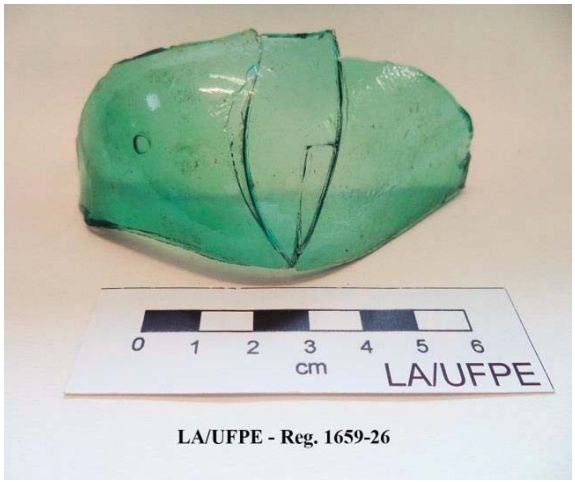
Conjunto de fragmentos de recipientes diversos em vidro, apresentando diferenças no modo de produção, coloração, espessura e morfologia. Origem de produção não identificada, cronologia compatível com os séculos XIX e XX.



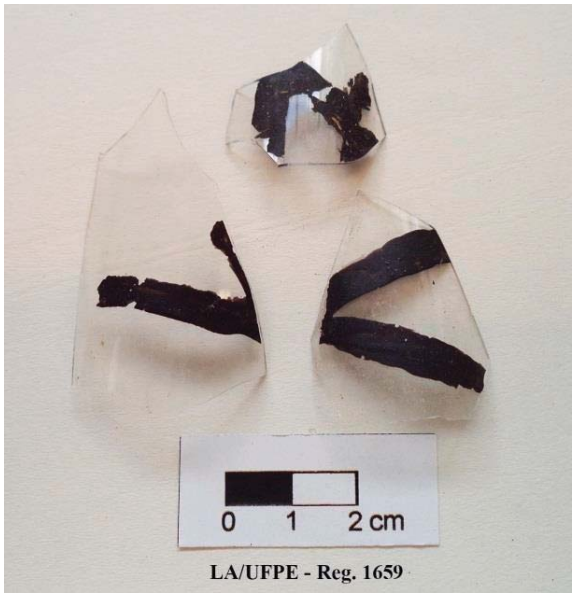
Fragmento de peça em vidro verde, apresentando marca da emenda do molde em relevo. Origem de produção não identificada, século XX.

Fragmento de bojo de recipiente em vidro com vestígio de possível inscrição em relevo. Origem de Produção não identificada, século XX.

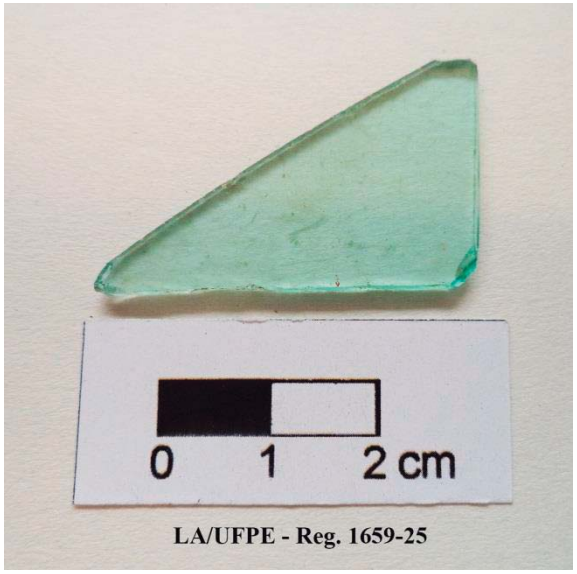
Fragmento de peça não identificada em vidro verde com marca em baixo relevo. Origem de produção não identificada, século XX.



Fragmento de peça não identificada em vidro esverdeado, apresentando bolhas de ar em seu interior. Origem de produção não identificada, século XX.



Fragmentos de peça não identificada em vidro hialino, com espessura de milímetro, apresentando com faixas pretas pintadas na superfície externa. Origem e cronologia de produção não identificadas.



Fragmento de vidro plano de peça não identificada. Origem e cronologia de produção não identificadas.